A REDE VIÁRIA DO ENTRE-DOURO-E-TÂMEGA, BRAGANÇA E SEUS TERMOS, NOS MEADOS DO SÉCULO XIII

RÚBEN FILIPE TEIXEIRA DA CONCEIÇÃO

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FRAUGA
Instituição de Utilidade Pública
PICOTE

A REDE VIÁRIA DO ENTRE-DOURO-E-TÂMEGA, BRAGANÇA E SEUS TERMOS, NOS MEADOS DO SÉCULO XIII

RÚBEN FILIPE TEIXEIRA DA CONCEIÇÃO

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FRAUGA
Instituição de Utilidade Pública
PICOTE

Título: ***A rede viária do Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, nos meados do século XIII***
Autoria: Rúben Filipe Teixeira da Conceição (FLUP-CITCEM; USC; DOI: https://doi.org/10.54499/2021.05262.BD; ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9304-0823)
Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt
Capa: Ponte de São Gonçalo, sobre o rio Tâmega, em Amarante. Fotografia por Rúben Filipe Teixeira da Conceição; edição por João Teixeira Moreira

© 2024 Autores
Coedição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt
FRAUGA – Associação para o Desenvolvimento Integrado de Picote no âmbito do programa de colaboração com entidades locais, municipais e regionais
Rue de la Peinha de l Puio | 5225-072 Picote - Miranda do Douro Portugal | www.frauga.pt | geral@frauga.pt
Este trabalho é sujeito a *double-blind peer review*.
Esta é uma obra em Acesso Aberto, disponibilizada *online* (https://ler.letras.up.pt) e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

ISBN: 978-989-8970-83-1
eISBN: 978-989-8970-80-0
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-80-0/red
CONCEIÇÃO, Rúben Filipe Teixeira da, 2024. *A rede viária do Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, nos meados do século XIII*. Porto: CITCEM. 132 p. eISBN 978-989-8970-80-0; ISBN 978-989-8970-83-1.
Porto, julho de 2024 (1.ª edição)
Paginação: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Este trabalho foi elaborado no quadro das atividades do grupo de investigação «Territórios, Paisagens e Ambiente» e é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020, DOI 10.54499/UIDB/04059/2020.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS 5

ÍNDICE DE TABELAS E LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 6

PRIMEIRAS PALAVRAS 7

NOTA PRÉVIA 9

PREFÁCIO 11
Luís Carlos Amaral, João Carlos Garcia

INTRODUÇÃO 17

1. ESTADO DA ARTE 21

2. METODOLOGIA 29
2.1. Os conceitos e a recolha de informação 31
2.2. A construção da base de dados e o tratamento cartográfico 33

3. ANÁLISE DA FONTE: A 4.ª ALÇADA DAS INQUIRIÇÕES GERAIS DE 1258 37
3.1. Breve introdução ao território 39
3.2. A necessidade de inquirir 41
3.3. O processo no terreno 44
3.4. O processo no arquivo 49

4. AS VIAS NO ENTRE-DOURO-E-TÂMEGA, BRAGANÇA E SEUS TERMOS 55
4.1. Os antecedentes viários 57
4.2. As vias medievais 62
4.2.1. Vias entre Chaves e Bragança 63
4.2.2. A circulação entre os vales do Alto e Médio Tâmega, do Corgo e do Pinhão 64
4.2.3. Panóias — centro administrativo e nó viário 67
4.2.4. Vias entre o Baixo Tâmega e Panóias 70
4.2.5. De Panóias ao vale do Tua e a Freixo de Espada à Cinta 75
4.2.6. A circulação em Trás-os-Montes Oriental 78
4.3. A assistência 83
4.3.1. Os serviços associados à assistência 83
4.3.2. As estruturas tradicionais de apoio 87
4.3.3. Os viajantes 93
4.4. A defesa do território 93
4.4.1. Estruturas anteriores ao século XI 96
4.4.2. Os séculos XI-XII e os castelos românicos 98
4.4.3. Os séculos XII e XIII: os primórdios da fronteira militarizada 101

CONSIDERAÇÕES FINAIS 111

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 117

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1. Esquematização da base de dados 33

Fig. 2. Delimitação da 4.ª Alçada das Inquirições Gerais de 1258 44

Fig. 3. Itinerário dos inquiridores no Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, em 1258 47

Fig. 4. Distribuição das paróquias inquiridas por julgado, no Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, em 1258 54

Fig. 5. Rede viária romana no espaço da 4.ª Alçada das Inquirições Gerais de 1258 58

Fig. 6. Reconstituição da rede viária medieval no espaço da 4.ª Alçada das Inquirições Gerais de 1258 62

Fig. 7. Vias entre Chaves e Bragança 63

Fig. 8. A circulação entre os vales do Alto e Médio Tâmega, do Corgo e do Pinhão 65

Fig. 9. Caminhos entre Panóias e o vale do rio Douro 69

Fig. 10. As vias entre o Baixo Tâmega e Panóias 71

Fig. 11. Vias de Panóias ao vale do Tua e a Freixo de Espada à Cinta 76

Fig. 12. A circulação em Trás-os-Montes Oriental 79

Fig. 13. Rede viária em Trás-os-Montes Oriental no século XIII 81

Fig. 14. Reconstituição do povoamento e da rede viária no julgado de Algoso, no século XIII **82**

Fig. 15. Distribuição dos serviços de aposentadoria e comedoria 85

Figs. 16 e 17. Número de ocorrências relativas à prestação do serviço de aposentadoria e comedoria no Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, em 1258 86

Fig. 18. Estruturas relacionadas com a assistência 88

Fig. 19. Alcaides e castelos 94

Fig. 20. Repartição cronológica das referências a alcaides e castelos 95

Fig. 21. Prestação do serviço de anúduva 104

Fig. 22. A evolução do sistema defensivo 109

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos julgados nos quatro livros de atas referentes à 4.ª Alçada das Inquirições Gerais de 1258 50

Tabela 2. Distribuição das paróquias dos julgados de Baião e Penaguião 51

Tabela 3. Travessias do rio Douro em barcas na época romana 61

Tabela 4. Igrejas e ermidas devotas a São Tiago 91

Tabela 5. Igrejas e comendas da Ordem do Hospital 92

Tabela 6. Alcaides e castelos no Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, em 1258 110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DGPC Direção-Geral do Património Cultural
DGT Direção-Geral do Território
PMH: Inq. Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones
SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

PRIMEIRAS PALAVRAS

A edição deste volume foi tornada possível graças à conjugação do esforço e da boa vontade de duas instituições que encetam, com esta parceria, um caminho que se espera vir a frutificar em mais realizações conjuntas. Tanto o CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Universidade do Porto, como a FRAUGA – Associação para o Desenvolvimento Integrado de Picote, conscientes do valor científico, e também do interesse cultural e turístico da investigação conduzida por Rúben Filipe Teixeira da Conceição, não tiveram dificuldade em alcançar o entendimento necessário que viabilizou a publicação, tanto em suporte digital, como em versão impressa. Deste modo, é possível tornar público um manancial de informações que, visando sobretudo a reconstituição da rede viária de uma grande parcela de Trás-os-Montes no decurso do século XIII, acaba por aclarar também o processo de ordenamento geral de um território extenso e no qual se inscreve um considerável número de comunidades humanas. Em última análise, o estudo que agora se disponibiliza — ultrapassando-se assim os estritos limites académicos —, fala-nos não só da organização social de um espaço concreto, mas igualmente do lento e complexo processo da sua articulação no conjunto do reino português. É, pois, sobre a formação de Portugal que este livro também se debruça. Bastaria esta circunstância para estarmos agradecidos ao autor que, com o CITECM e a FRAUGA, partilhando um mesmo interesse de serviço à comunidade, viabilizaram a presente edição.

CITCEM
FRAUGA

NOTA PRÉVIA

O estudo que agora se publica é uma versão melhorada daquele que defendi publicamente a 27 de novembro de 2020, no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. No geral, manteve-se a estrutura e, em larga medida, a sua essência enquanto texto académico. Corrigi as gralhas, revi a escrita de alguns pontos e fiz algumas melhorias no *dossier* cartográfico, tendo em consideração as observações feitas aquando do processo de revisão cega por pares, bem como os comentários do Professor Mário Barroca na arguição e em momentos posteriores, dos quais ficarei sempre grato. No que toca à bibliografia, foram poucos os acrescentos, pois pouco se tem avançado nos últimos anos em Portugal em torno da temática dos caminhos, sobretudo em estudos focados em Trás-os-Montes. A grande ressalva têm sido os colóquios que, desde outubro de 2020, se têm realizado na Campeã (c. Vila Real), em torno da via do Marão.

Isto não quer dizer que este estudo seja perfeito, antes pelo contrário, mas creio que reflete o contexto no qual foi elaborado: durante uma pandemia, que mais pareceu uma longa travessia de um oceano, repleta de escolhos e de responsabilidades; e revisto três anos após a defesa pública, num momento em que os desafios da investigação são muito mais amplos, acarretando responsabilidades ainda maiores. A própria publicação foi um desafio por si só. Tal é possível graças à Professora Inês Amorim, enquanto coordenadora científica do CITCEM, cujo entusiasmo, seja nas aulas, seja à frente do Centro, é contagiante, à Dr.ª Marta Costa, que foi incansável em todo o processo editorial, e à Frauga – Associação para o Desenvolvimento Integrado de Picote, que ao apoiarem esta publicação, reconhecem o seu valor na dinamização da história local e regional. Também o é graças à insistência do Professor João Carlos Garcia, em fazermos o trabalho de campo que a pandemia não permitiu, e que só a cartografia pôde solucionar. As anuais «romarias» a Trás-os-Montes, que há vários anos tenho o privilégio de fazer, rodeado por aqueles que lá nasceram e que continuam, mesmo que ao longe, a fazer parte das suas comunidades, permitiram olhar para o território com outras lentes e perceber o quanto ficou por fazer. Mas a grande responsabilidade de chegarmos a este ponto recai sobre o Professor Luís Carlos Amaral, que acreditou infinitamente mais no valor deste estudo — e em mim — do que eu.

Por último, dedico este livro aos meus Pais, que mesmo nos momentos mais difíceis sempre me incentivaram a trilhar o meu próprio caminho, e à Cátia, a transmontana com quem tenho o privilégio de partilhar a vida.

PREFÁCIO

LUÍS CARLOS AMARAL*
JOÃO CARLOS GARCIA**

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CITCEM-UP; CEHR-UCP. ORCID: 0000-0002-9661-6605.
** Universidade do Porto; SGL; ACL. ORCID: 0000-0001-8946-3922.

Será redundante sublinhar a importância e a centralidade de uma rede viária enquanto estrutura de ordenamento e domínio do território e fator decisivo na articulação das comunidades. E mais ainda quando não ignoramos ser esta asserção válida em todos os tempos e para todos os espaços de assentamento de populações humanas. No entanto, apesar da evidência, o que seria expectável demora em concretizar-se. Em Portugal tarda em desenvolver-se uma investigação regular centrada na reconstituição sistemática dos eixos viários que atravessaram o país ao longo da Idade Média, à semelhança dos melhores exemplos europeus. Aceitando a dimensão e a complexidade da tarefa — grandemente devedoras do escasso número e das características particulares das fontes que sobreviveram —, nem por isso devemos deixar de reconhecer a particular urgência de uma tal empreitada. Na realidade, o que está em causa é fundamental e condiciona ou enforma muito do que se poderá averiguar e concluir sobre outras matérias, pois não é apenas a organização social do espaço que devemos considerar. Uma vez que pelos caminhos e estradas fluíam tanto pessoas, animais, transportes e mercadorias, gerando fluxos sociais, económicos e culturais, como toda a sorte de autoridades civis, militares e eclesiásticas, a implantação de uma estrutura viária constituiu-se em alicerce incontornável que sustentou e, porventura, modelou a fixação dos vários poderes. Estes, por sua vez, através de configurações e ritmos diversificados, expandiram-se pelas diferentes regiões de um reino em construção, adquirindo identidade e capacidade operativa e conferindo às populações a necessária coesão. A este processo, que demonstrou ser decisivo na reconfiguração de todo o Ocidente Europeu a partir do século XI, chama-se vulgarmente territorialização dos poderes, na medida em que potenciou a identificação quase perfeita entre um espaço concreto, delimitado, e um ou mais poderes distintos, mas progressivamente mais bem definidos e interventivos. Nunca será de mais enfatizar a relevância deste processo na definição primeira do reino de Portugal.

Trabalho de séculos, longe de ser linear, o desenvolvimento de um sistema de comunicações terrestres, não raro de dimensão capilar, revelou-se nuclear na implementação de mecanismos de complementaridade que foram relacionando e, depois, articulando gentes e terras numa entidade estatal/nacional minimamente coerente. Nesta perspetiva, indagar sobre os caminhos medievais portugueses representa uma opção metodológica cientificamente justificada, na abordagem da formação de Portugal. Foi este preciso fio condutor que orientou a investigação conduzida por Rúben Filipe Teixeira da Conceição, em primeiro lugar no âmbito da sua dissertação de Mestrado em Estudos Medievais e, agora, na necessária adaptação do texto original a livro. Consciente de que a lenta edificação do novo reino representava o contexto permanente em que devia integrar, avaliar e questionar os dados recolhidos na documentação, o autor avançou para a reconstituição da estrutura viária da região compreendida entre os rios Douro e Tâmega, englobando Bragança e os seus termos,

tal como se encontravam estabelecidos em meados de Duzentos. E para apoiar a sua pesquisa, elegeu uma fonte de exceção e incontornável, a saber, as Inquirições Gerais de 1258, realização maior da governação de D. Afonso III (1248-1279). Dando continuidade ao que já fora implementado no reinado de seu pai, mais concretamente em 1220, com o novo ciclo de inquirições o Bolonhês projetou um levantamento sistemático do património régio e, subsidiariamente, do dos grupos privilegiados, e aperfeiçoou um instrumento de poder capaz de identificar muitos dos costumeiros atentados contra os bens reguengos. Conduzido por experientes oficiais da Coroa, o alargadíssimo inquérito englobou quase toda a região transmontana na denominada 4.ª Alçada, a qual, naturalmente, se constituiu no acervo documental que sustenta o presente trabalho.

Depois do necessário ponto da situação sobre o estado atual dos nossos conhecimentos em matéria de vias medievais portuguesas e da explicação e justificação da metodologia adotada, o autor avançou para a caracterização da fonte. Como sempre, este derradeiro passo adquiriu uma enorme relevância, já que se impunha demonstrar a fiabilidade e a capacidade informativa da documentação reunida, em função da temática específica do estudo. Deve dizer-se que, neste particular, a presente obra oferece contributos muito significativos para uma melhor compreensão e utilização de uma fonte tão rica, tão polivalente e tão complexa como são as Inquirições do período medieval. De não menor relevância é o facto de o levantamento e tratamento das informações documentais ter proporcionado uma nova luz sobre o aproveitamento continuado de muitos segmentos viários que remontavam à época romana. O seu uso e manutenção justificavam-se pela utilidade que representavam para as populações, mas também porque correspondiam a lógicas de ordenamento do território que permaneciam funcionais.

Avaliando, detalhadamente, conjuntos muito bem delimitados do acervo de dados apurados, começando, obviamente, pelas informações relativas a caminhos e, de seguida, pelas que respeitavam a instituições assistenciais e defensivas, o autor começou por reconstruir as diferentes estruturas, para depois as explicar e interpretar. Para o efeito, encontrou na elaboração de mapas temáticos a linguagem mais adequada e eficaz, capaz de reproduzir de forma rigorosa os resultados da pesquisa.

Esse conjunto de imagens partiu de cartografia corográfica e topográfica de base, com diferentes escalas (regional, sub-regional e local), tendo em vista o estabelecimento de fundos de mapa privilegiando os fatores físicos, como o relevo e a rede hidrográfica, mas também os humanos, em particular o povoamento e a toponímia. Sobre esses fundos tentou o autor reconstituir a rede viária medieval, a partir da bibliografia consultada e, sobretudo, de toda a informação recolhida na fonte e criteriosamente selecionada, validada e classificada, o que, perante a inexistência de mapas coevos, implicou a procura, escolha e análise crítica de exemplares de carto-

grafia moderna e contemporânea. Trata-se de uma tarefa que muitas vezes se revela de difícil solução, atendendo às grandes escalas requeridas, à presença (ou não) do fenómeno no mapa e à sua maior ou menor generalização, tendo em conta a escala e o objetivo do documento e, finalmente, à existência de erros que se difundem e se prolongam no tempo, através de cópias manuscritas ou de várias e repartidas edições de cada imagem. A tudo isto atendeu o autor, revelando-se exemplar a tentativa feita para recriar a rede viária medieval no extremo nordeste transmontano, a partir da 1.ª edição das folhas do denominado *Mapa Corográfico de Portugal*, na escala de 1:100 000, editado na segunda metade do século XIX, que figura estradas e caminhos anteriores à revolução dos transportes rodoviários e fluviomarítimos.

Se é difícil a localização correta e segura de cada núcleo de povoamento, estrutura fortificada, ponte ou local de apoio aos viajantes, pela microescala de observação que exige, mais complicado se revela o desenho preciso das estradas e caminhos, em médias e longas distâncias, quando escasseiam informações sobre pontos intermédios. O mesmo se dirá sobre a etapa interpretativa de espaços abrangentes, na procura de sínteses. Estas são imprescindíveis para o objetivo final e foram levadas a cabo pelo autor: a compreensão da organização de um particular espaço regional português — Trás-os-Montes —, na segunda metade do século XIII, quando um novo reino ibérico tenta consolidar a sua estrutura.

A construção do reino de Portugal impôs realidades diferentes que não podiam coadunar-se apenas com a preservação do existente. O novo cenário político e a nova configuração de poderes tiveram consequências decisivas e duradouras no estabelecimento de vários tipos de domínio sobre as comunidades e os espaços. Nasceram fronteiras que, progressivamente, desarticularam antigas relações de grande proximidade, e criaram-se outras centralidades políticas, administrativas, militares e eclesiásticas. Como fica bem demonstrado pela investigação levada a cabo por Rúben Filipe Teixeira da Conceição, a todos estes desafios a rede viária soube corresponder, adaptando-se e traduzindo, assim, um assinalável pragmatismo da parte das populações de uma região montanhosa, isolada e pobre em recursos materiais. Transformada, desde os finais do século XII, em espaço de fronteira entre as monarquias de Portugal e de Leão e Castela, uma larga parte da terra transmontana adquiriu um estatuto distinto e revestiu-se de funções novas, que os séculos seguintes se encarregaram de reforçar.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo reconstituir a rede viária transmontana, referente ao território do Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, em meados do século XIII, com base na 4.ª Alçada das Inquirições Gerais de 1258. Este processo foi levado a cabo entre 1258 e inícios de 1259, no reinado de D. Afonso III (1248-79), com o objetivo de conhecer e identificar, de forma sistemática, as prevaricações contra o património régio.

Perguntar-se-á o leitor sobre a razão de reduzir a análise de um tema tão vasto e rico a uma só fonte e a um período tão concreto. A resposta prende-se com vários fatores. Certamente a análise de outras fontes, como as chancelarias régias, as cartas de foral, documentos de emprazamento ou de outro tipo, disponibilizariam mais pistas sobre o objeto de estudo, mas as Inquirições Gerais, após entendida a sua estrutura, também o possibilitam. Não são raros os relatos, em primeira mão ou de forma indireta, que viabilizam o cruzamento de dados e a verificação das informações.

Paralelamente, a capacidade da fonte em abranger um território tão vasto e diverso como a região transmontana, por um lado, excluindo os atuais concelhos de Boticas e Montalegre, mas incluindo, por outro, os de Amarante, Baião e Marco de Canaveses, permitiu realizar uma radiografia ao que seria o espaço à época e, consequentemente, reconstituir, com o rigor que a fonte permite, a rede viária e as estruturas a si associadas.

Acrescente-se que das cinco alçadas que compõem as Inquirições Gerais de 1258, esta é a única que utiliza a palavra «termo» na sua designação, o que se demonstrou não só um desafio no que toca à definição do espaço de fronteira com o reino de Castela e Leão, mas também no impacto que este conceito, e a sua aplicação *in loco*, poderá ter tido no dia a dia das populações locais, bem como nas estratégias a levar a cabo, quer pelas estruturas de poder local, quer pelo poder régio.

Um último fator foi a possibilidade de colocar em prática e apurar a metodologia desenvolvida na Licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Conceição 2019; Conceição 2020a), tendo como objetivo final, no futuro, a reconstrução da rede viária do norte de Portugal[1]. Esta etapa, focada no tratamento da fonte e processamento dos dados, deve ser acompanhada, sempre que possível, pelo cruzamento com a cartografia antiga e por trabalho de campo, de forma a consolidar e refinar os resultados obtidos com a maior exatidão possível.

Fascinados pela obra de Iria Gonçalves e desafiados pela tese de Maria Fernanda Maurício, deixamos assim o nosso contributo para que se renove e se intensifique, na melhor das hipóteses, o interesse pelo estudo dos caminhos e dos caminhantes na Idade Média em Portugal.

---

[1] Através do projeto de doutoramento *Vias medievais. Entre o sul da Galiza e o norte de Portugal (1220 a 1311)*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2021.05262.BD).

1
ESTADO DA ARTE

Ao longo deste trabalho deparámo-nos com uma realidade que, apesar de não nos ser desconhecida, tornou-se cada vez mais presente. Referimo-nos à crescente atenção dada ao estudo das vias de comunicação, através do uso de cartografia temática. Uma constante em muitos trabalhos académicos, sobretudo como ferramenta para situar o leitor no espaço em análise.

Desde o século XVI ao século XIX que alguns dos grandes contributos para o estudo deste tema advêm da cartografia antiga. São vários os exemplos, desde o mapa de Álvares Seco, de 1561, o primeiro a retratar Portugal continental na sua totalidade, ou a versão de Pedro Teixeira Albernaz, de 1662, passando pelos mapas de escala regional, como as versões de Grandpré (1730) e de Carpinetti (1762) ou o mapa elaborado por José Monteiro de Carvalho (1777), culminando na *Carta das principais estradas militares de Portugal*, da autoria de Lourenço d'Eça e Romão Almeida, de 1808[2].

Outro tipo de fonte são os guias, livros e registos de viagem elaborados por funcionários régios ou religiosos no cumprimento das suas funções, como o levantamento das fortalezas localizadas na fronteira de Portugal com Castela, por Duarte d'Armas, em 1509-10 (Armas 2006; Gonçalves 2005-2006); o percurso dos oficiais de cobrança entre 1513-27 (Freitas 2004); ou os de Álvaro Vaz, aquando da realização do numeramento de 1527-32, considerado o primeiro recenseamento à escala nacional em Portugal (J. Dias 1996; Galego e Daveau 1986); o relato da viagem de D. Edme de Saulieu à Península Ibérica, redigido pelo seu secretário, Fr. Claude Bronseval, entre 1531 e 1533 (Bronseval 1970); ou ainda a reconstituição de viagens de membros do clero e da alta nobreza (Pereira 2016, pp. 79-86; Marques 1978), bem como de dignitários de outros reinos peninsulares, através de documentação ou despesas emitidas durante a viagem, como o estudo de Iria Gonçalves acerca da comitiva navarra enviada à Corte de Pedro I de Castela que, no verão de 1352, pousava em Sevilha (Gonçalves 1988b, pp. 157-176). Todavia, este género de trabalhos carece do rigor pretendido no que diz respeito à reconstituição detalhada dos trajetos à escala local, com base na microtoponímia.

Simultaneamente, os itinerários régios, ao utilizarem a documentação emitida pelos monarcas, apresentam-se como um exercício interessante visando reconstituir as movimentações da Corte que, durante a Idade Média, tinha uma dimensão itinerante muito importante, permitindo aos monarcas conhecerem e aprofundarem o seu entendimento do território, bem como estabelecer uma relação de maior proximidade com os seus vassalos. Apesar de não se poder aplicar este critério à maioria da população, este género de trabalhos tem contribuído para mitigar a ideia de que

[2] Acerca da cartografia relativa a Trás-os-Montes e a sua utilização na reconstituição da rede viária, veja-se o confronto realizado entre cartografia antiga e algumas fontes textuais em Conceição 2020b.

na Idade Média se viajava pouco. Publicados ao longo da segunda metade do século XX, estes baseiam-se nos locais de emissão da documentação régia para reconstituir o percurso dos monarcas pelo território, tornando claro, à escala nacional, a existência de corredores de circulação (Moreno 1997; Moreno 1988; Moreno 1976; Moreno 1968, pp. 1-168; Serrão 1993; Serrão 1987; Serrão 1975; Serrão 1967; Galego, Garcia e Alegria 1988; Dias 1986; Dias 1980; Machado 1978; Rau 1962)[3].

Contudo, se os historiadores se têm debruçado indiretamente sobre a temática, salvo raras exceções, o protagonismo no estudo das vias tem recaído, em larga medida, sobre estudiosos de outras áreas do saber. Para o espaço em análise faça-se referência, desde logo, a José Leite de Vasconcelos (Vasconcelos 1938; Vasconcelos 1933-1985; Vasconcelos 1928) e Francisco Manuel Alves, o conhecido Abade de Baçal (Alves 2000), cujos estudos acerca da região de Trás-os-Montes, elaborados na primeira metade do século XX, permanecem atuais, mesmo com as devidas reservas.

Mas a segunda metade do século passado trouxe novos protagonistas e abordagens, sobretudo da Arqueologia, destacando-se Carlos Alberto Brochado de Almeida (Almeida 1980; Almeida 1979), Francisco Sande Lemos (Lemos e Martins 2011; Lemos e Martins 2010; Lemos 1993), Jorge de Alarcão (Alarcão 2017; Alarcão 2005; Alarcão 2004; Alarcão 1998; Alarcão 1988a; Alarcão 1988b; Alarcão 1987; Alarcão 1974), Lino Tavares Dias (Dias 2013; Dias 1997; L. Dias 1996) e Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Se os primeiros quatro têm dedicado toda a sua carreira ao estudo da romanização no território nacional, em diferentes escalas, o último estudou a reutilização das estruturas viárias romanas no período medieval. A tese que daí resultou, intitulada *Vias Medievais Entre Douro e Minho*, apresentada em 1968 (Almeida 1968), explora a evolução da rede viária de uma região cujos limites espaciais se mantêm desde a Idade Média. A definição destes parâmetros, associados à capacidade de entender que um estudo de uma área regional deve ser enquadrado à escala nacional, foi outro fator que permitiu que este trabalho permaneça, até hoje, como um dos contributos mais significativos para o estudo das vias medievais em Portugal[4].

Após a difusão do trabalho de Ferreira de Almeida foi necessário esperar cerca de 20 anos para se assistir a um renovar do interesse pela temática. Nas décadas de 80 e 90 do século passado, e contando já com um maior contributo por parte da historiografia nacional, ao qual a vizinha Espanha não ficou alheia, com o desenvolvimento dos estudos relativos ao Caminho de Santiago e em múltiplas abordagens

[3] Recentemente foi publicada a quatro mãos uma monografia acerca dos itinerários de D. Manuel I (Silva e Garcia 2022), recuperando uma tradição que parece olvidada pela historiografia portuguesa.

[4] Trabalho semelhante para a Galiza foi elaborado por Elisa Ferreira Priegue, duas décadas mais tarde, quando estudou os caminhos medievais desta região a partir das fontes existentes nos arquivos da capital espanhola. Veja-se Ferreira Priegue 1988.

(Plotz 2012; Vetere 2010; Piccat 2010; Vales Villamarín 2002; López Alonso, Sánchez Téllez e Navas López 2001; Silva Romero, dir., 1995; Álvarez Álvarez et al. 1993; Gobierno de Navarra 1992; González Vázquez 1989), assiste-se à divulgação de cartografia em estudos locais e regionais. A lista de obras é extensa, mas deixamos ao leitor alguns exemplos (Teixeira 1996, pp. 132-153; Amaral 1994, pp. 36-37; Sousa 1990, p. 58; Barroca e Morais 1985/1986, pp. 89-92; Pereira 1985/1986, pp. 117-126; Ventura 1985, p. 56; Mattoso, Krus e Bettencourt 1982, pp. 26-27).

Paralelamente, dá-se um renovar da temática, com ênfase para os estudos de Iria Gonçalves que, em 1988, publicou uma coletânea de artigos intitulada *Imagens do mundo medieval* (Gonçalves 1988a), sendo que alguns dos textos se centram diretamente no objeto de análise deste estudo (vejam-se também Gonçalves 2007; Gonçalves 2003; Gonçalves 1998); de José Marques que, em 1994, publicou um artigo dedicado ao *Culto de S. Tiago no norte de Portugal* que, por sua vez, é a ampliação de outro (vejam-se Marques 1992 e ainda Marques 1989); de Amélia Aguiar Andrade, coordenadora da coletânea *As Estradas em Portugal. Memória e História* (Andrade, coord., 2003a)[5].

Salientamos ainda Humberto Baquero Moreno e o seu artigo *Linhas de comunicação em Trás-os-Montes no século XV* (Moreno 1982), que à data se configurou como um dos principais estudos realizados por historiadores para o espaço em questão. Nele, o autor levanta três possíveis vias de investigação, nomeadamente a das vias romanas, que exploraremos, com ênfase para a Via XVII e para as ligações às jazidas auríferas romanas de Tresminas/Jales e ao vale do rio Douro. A segunda é a dos itinerários régios, com foco nos de D. Afonso III, D. João I e D. João II e, por último, o estudo dos almocreves, reservando-se o seu estudo para documentação mais tardia. Do mesmo autor e dentro desta temática, vejam-se ainda os seguintes estudos: Moreno 1986, Moreno 1985 e Moreno 1972.

Aproveitamos a referência ao estudo de Humberto Baquero Moreno para fazer um pequeno exercício bibliográfico. É certo que o desenvolvimento dos estudos acerca das vias romanas tem sido marcado, nas últimas décadas, por novos autores, que vieram trazer um novo fôlego à investigação. Aqui, a *História de Portugal* dirigida por José Mattoso terá tido um papel fundamental. No primeiro volume, publicado em 1992, Carlos Fabião comentava o panorama do estudo das vias em Portugal à época, em que à falta de fontes escritas acerca dos percursos das estradas, juntava-se a perenidade dos itinerários seguidos pelas vias romanas, tendo em conta o seu

[5] O propósito desta coletânea foi o de «facultar instrumentos de trabalho que possam propiciar a feitura de trabalhos de investigação sobre uma temática que, no nosso país, tem suscitado escassos estudos alicerçados a partir de pesquisa exaustiva e de acordo com as mais actualizadas metodologias e problemáticas». Chamamos a atenção do leitor para o volume II desta coleção, dedicado à bibliografia existente, à data da sua publicação, acerca do tema. Da mesma autora, vejam-se ainda Andrade 2003b, pp. 26-27 e Andrade 1987.

contínuo aproveitamento, bem como a confusão entre as diferentes épocas de construção, remetendo o rótulo de romano a estruturas posteriores e vice-versa. Mas, apesar das dificuldades, a Arqueologia começava a dar os primeiros passos, apresentando investigações cientificamente conduzidas e documentadas (Fabião 1992, p. 255).

Recuando no tempo, o estudo da romanização do atual território português foi marcado, na segunda metade do século XX, por vários nomes, com destaque para o de Jorge de Alarcão, como já tivemos oportunidade de referir. Aliás, foi à obra deste último (Alarcão 1974, pp. 102-103)[6] que Humberto Baquero Moreno recorreu para fazer a reconstrução da rede viária romana no espaço transmontano. Porém, os estudos mais recentes de Jorge de Alarcão demonstram uma nítida evolução no que diz respeito ao delinear de determinados traçados, sobretudo na região de Bragança e nos espaços mais a sul (Alarcão 2017, p. 230). Se a norte, o autor reconstrói o traçado da Via XVII, excluindo a ligação a Puebla de Sanabria e privilegiando o trajeto por Castro de Avelãs e Bragança, o panorama a sul é completamente diferente. No que antes seria um espaço desprovido de estradas construídas pelos romanos, passaram a existir itinerários que ligavam os vales dos rios Tua, Sabor e Douro à Via XVII do *Itinerário de Antonino*.

Tentamos entender os fundamentos para cartografar tais itinerários. Das quatro obras que o autor refere destacam-se as *Vias romanas das regiões de Chaves e Bragança* de Lereno Antunes Barradas (Barradas 1956)[7], e *As Grandes Vias da Lusitânia* de Mário Saa (Saa 1956-1967), reservando para esta última a seguinte nota: «a ler com muita cautela».

No caso de Barradas, o autor procurou enquadrar a viação romana no espaço, com registos fotográficos dos vestígios existentes e esquemas das vias que foram objeto de análise. Entre a bibliografia consultada recorreu às *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* do Abade de Baçal. As obras, em conjunto, apresentam um importante fator em comum: a utilização de achados arqueológicos, com destaque para os miliários (Barradas 1956, p. 180).

Retornando às últimas décadas do século XX, o maior destaque vai para a obra de Maria Fernanda Maurício, intitulada *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas* (Maurício 1997). Publicada postumamente, é o resultado de uma década de investigação focada no território transmontano, e que teve como fontes principais as Inquirições Gerais desde D. Afonso II (1211-23) a D. Dinis (1279-1325), além das chancelarias régias, partindo do pressuposto que o meio con-

[6] O autor menciona, no prefácio da obra, as motivações que o levaram a redigi-la, nomeadamente, a necessidade de uma síntese que congregasse os esforços realizados nas décadas anteriores, mas que estivesse acessível a toda a comunidade científica.

[7] O próprio autor admite «haver neste trabalho muitas deficiências, e até mesmo possíveis incorrecções, difíceis de evitar» (Barradas 1956, p. 160).

diciona a atividade humana, desde o povoamento, às estruturas socioeconómicas, militares e religiosas, até às divisões administrativas. A autora estuda a ocupação do território, os foros a pagar por parte dos detentores da propriedade aos seus senhores, bem como os delitos e as reincidências face ao poder régio, mas não só. Esta análise segue uma linha comparativa, sobretudo no que diz respeito à identificação da rede paroquial e administrativa. Apesar da inexistência, à época, de algumas ferramentas e dos numerosos estudos locais e regionais de que hoje dispomos, conseguiu identificar 257 das 290 paróquias diretamente referidas na 4.ª Alçada das Inquirições Gerais de 1258.

No que diz respeito à análise da rede viária, a herança romana não podia ser negada. A partir dela, e munindo-se das informações recolhidas, bem como de bibliografia atualizada, Maria Fernanda Maurício realizou uma reconstrução à escala regional. O mapa que daí resultou demonstra a existência de uma estrutura viária com um ordenamento radial, sistema que seria o mais favorável a uma articulação da organização agrária camponesa no planalto transmontano, adaptada a um modelo específico de colonização da terra. Essa rede tinha, por um lado, Vila Real e Torre de Moncorvo como importantes centros distribuidores, dos quais saíam várias das rotas utilizadas pelos mercadores, almocreves e pela população da região nas suas deslocações, e, por outro, o rio Douro, que atuava como importante via de escoamento da produção regional, sobretudo do seu vinho (Maurício 1997, p. 56 [mapa] e pp. 269-270). Apesar de bastante ilustrativa, a construção da cartografia histórica não se afigura totalmente conseguida, apresentando algumas fragilidades, nomeadamente na duplicação de traçados, como é o caso da ligação entre Vila Real e Freixo de Espada à Cinta.

Paralelamente, não são raras as vezes em que a autora resume o exame de alguns tópicos a pouco mais do que umas linhas ou parágrafos. Opta por privilegiar uma abordagem mais elementar, no que toca à análise dos dados, através da enumeração dos casos, não explorando os elementos recolhidos[8]. Não obstante, a investigação de Maria Fernanda Maurício deve ser encarada como uma das referências para quem estuda a região transmontana, pois lança as traves-mestras para a análise de um espaço algo marginalizado pela historiografia nacional, quando comparado com as demais regiões de Portugal.

Apesar de a primeira década do século XXI ter ficado marcada por algumas contribuições no estudo das vias (Costa 2008; Lopes 2006; Pereira, coord., 2006; Saldanha 2005; Barros e Barros 2001), desde 2010 que se tem assistido a um aumento substancial da produção científica na área, através da proliferação de estudos de nível

[8] Tome-se como exemplos as análises realizadas aos espaços concomitantes com Leão (pp. 35-37) e ao tema da insegurança (pp. 251-267).

local e regional (Fialho 2018; Faure 2017; Balsa 2017; Gonçalves 2017, pp. 67-100; Gonçalves 2013; Gonçalves 2012; Ferreira 2016; Resende 2014; Conde e Vieira 2013; Monteiro 2012; Romão 2012)[9], incluindo a análise do impacto de estruturas associadas aos caminhos, onde se incluem, por exemplo, as feiras ou a questão da assistência (Cunha 2019; Rocha 2017; Silva 2017; Teixeira 2015, pp. 126-131; Castro 2014, pp. 8-19; Barcelos 2013; Campos 2013).

[9] Desde 2020 que se tem organizado uma série de colóquios na Campeã, freguesia de Vila Real, tendo como mote a via do Marão. Destes já resultaram, até ao momento, dois volumes de atas, que vêm aprofundar o estudo da temática neste espaço tão único como é a serra do Marão (veja-se Balsa e Nogueira, ed., 2023 e Balsa e Nogueira, ed., 2021).

2
METODOLOGIA

Apesar da larga utilização das Inquirições Gerais para o desenvolvimento de conhecimento científico em diversas áreas da História, o mesmo não se pode dizer para o estudo dos caminhos. Mesmo os autores e as análises com um forte pendor socioeconómico tendem a registar esta temática como um subproduto da informação recolhida da fonte, deixando a sua análise para segundo plano. Deste modo, para estabelecer uma metodologia que permitisse retirar o máximo de informação possível, foi necessário ter em conta estudos realizados para outras cronologias e espaços, com o objetivo de analisar diferentes métodos de trabalho.

2.1. OS CONCEITOS E A RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Não recuando a períodos anteriores, a construção de estradas e caminhos sob o Império Romano obedeceu, em primeiro lugar, à ligação entre os grandes centros de poder, servindo estas vias para a circulação de militares, oficiais administrativos, correios e cobradores de impostos (Almeida 1968, p. 17). Para o território em estudo, o destaque vai para a Via XVII, que ligava *Bracara Augusta* (Braga) a *Asturica Augusta* (Astorga) por *Aquae Flaviae* (Chaves) (Fig. 5, p. 58). Paralelamente, foi desenvolvida uma rede de estradas de âmbito regional que obedecia a objetivos socioeconómicos, interligando

> *a rede de cidades com as estruturas rurais, as explorações de minas e as termas medicinais, ligando-as aos rios navegáveis como o Douro e o Tâmega que atravessavam por ponte e por barco, prosseguindo encosta acima e, daqui, ao mundo globalizado de então, centrado no Mediterrâneo* (Dias 2013, p. 184).

Este é o panorama que moldou a atividade humana no território transmontano ao longo dos séculos, cujas marcas, apesar da sua parca quantidade, são indeléveis, como é possível verificar através das Inquirições Gerais de 1258. Conta-se, para tal, com as alusões a estruturas mais antigas, como é o caso dos povoados fortificados, referidos como *castrum*, *cidadela* ou *cividade*, ou ainda a referência a edificados funerários, como *anta* e *mamoa*. As primeiras são um sinal claro do uso continuado de estruturas castrejas, como é o exemplo da paróquia de São Vicente de Cidadelhe (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1200[10])[11], com igreja nas proximidades do Castro de Cidadelhe, sobranceiro à ribeira da Seromenha, num ponto estratégico que permitia controlar a *ponte dos Martinhos*, que se julga de fabrico romano, e que integrava a estrada que

[10] Optou-se pelo uso desta fórmula para citar os *Portugaliae Monumenta Historica*, podendo consultar-se a referência completa na lista bibliográfica final.

[11] «Roy Martinz abade dessa igreja jurado jurado *(sic)* e preguntado se hi El Rei a algun dereito disse que nõ. Preguntado quen son ende padroes disse que netos de dõ Affonso Ermigit e abadana e ouviu dizer a omees que sabiã que a aldeya de Cidadelha foy regeẽga del Rei e ora an a netos de don A. Ermigit».

ligava Panóias à barca de Caldas de Moledo. Já as segundas, também foram utilizadas como pontos de referência relativamente aos limites de propriedade ou de espaços fronteiriços, como a anta que dividia o reino de Portugal do de Leão por Castro de Alcañices (*Crasto de Latronis*) (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1280)[12].

Paralelamente, foi possível identificar outros topónimos viários, de origem romana, mas que são amplamente utilizados na Idade Média. Vocábulos como *via* e *caminho*, *estradam* e *carrariam*, são essenciais para a reconstrução da rede viária em Portugal, devido à sua ampla utilização nas fontes (Almeida 1968, p. 46). Todavia, existem diferenças no emprego destes termos, não só no que respeita às suas especificidades, mas também à sua proliferação. Entre estes, destaca-se o termo *carreira*, por onde passavam os carros de bois, às vezes utilizado com atributos, como *carreira cova* ou *carreira velha*, esta última em oposição a uma estrutura mais recente. Os termos *carril* e *carril velho*, bem como *corredoura*, são utilizados para descrever caminhos calcetados, pelo menos em locais lamacentos (Almeida 1968, p. 47)[13]. Tomámos ainda como indicadores de via o termo *encruzilhada*, mas também estruturas utilizadas para transpor cursos de água, nomeadamente *ponte*[14] e *barca*[15].

No que diz respeito à toponímia, prestámos atenção a topónimos como *chão*, *laje*, *entrada*, *porta*, *porto*, *portela*, *vale* e *veiga*. Se os dois primeiros pressupõem a existência de pavimentação do terreno, os demais eram pontos de passagem que possibilitavam a transposição dos acidentes geográficos (Ferreira Priegue 1988, p. 30). Ao glossário construído por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que inclui vocábulos relativos à assistência dos viandantes (Almeida 1968, p. 49), como *albergaria*, *pousada*, *pousa*, *venda* e *mesão*, associámos termos ligados à passagem e pousada de pessoas e ao armazenamento de bens e mercadorias, nomeadamente *banca*, *celeiro* ou *serviçaria*[16], *gafaria* e *parada*, ou ao controlo do espaço, com destaque para os *castelos*[17].

Elementos importantes para a estruturação do território foram as igrejas e os mosteiros. Relativamente às primeiras, demos ênfase às dedicadas ao orago São Tiago, santo padroeiro dos peregrinos, bem como às igrejas e comendas da Ordem do Hospital, no que toca ao seu papel na assistência e proteção dos viajantes. Quanto aos mosteiros, considerámo-los como elementos hierarquizadores do espaço.

---

[12] «Pena Roya fuit Domni Regis sicut diuidit com Legione per Antas qui stant ultra Crasto de Latronis ergo uillas de Malada». Acerca deste topónimo, veja-se Ferreira 2001, p. 125.

[13] Sobre a evolução do termo, já no final da Idade Média, veja-se Viterbo 1965-1966, p. 167.

[14] Apesar do termo *ponte* ser o mais utilizado, refira-se a utilização de *pontezelha* (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1251) e *pontido* (pp. 1374-1375), provavelmente referindo-se ao tamanho mais pequeno destas estruturas, bem como *arco* (p. 1295), que identificámos como sendo a ponte romana em Barrela de Jales (c. Vila Pouca de Aguiar).

[15] Existem ainda variações deste termo, *barco*, *barqueiro* e *balsa*.

[16] O termo *serviçaria* parece-nos acarretar semelhanças com o termo *pousada*, aparecendo normalmente num contexto de estrutura de apoio e de entrega de bens e mercadorias. Todavia, e ao contrário das pousadas, esta estrutura seria reservada sobretudo aos moarcas, não sendo rara a referência às «servizaria Domini Regis».

[17] Às referências a castelos, somam-se aquelas recolhidas relativamente ao serviço de anúduva, temática que será abordada mais adiante.

Embora em quantidade reduzida, procurámos explorar o que entendemos como *agentes* e os seus possíveis percursos no território, fossem eles os monarcas e os seus oficiais, mas também eclesiásticos, nobres, mercadores, peregrinos ou a população em geral.

2.2. A CONSTRUÇÃO DA BASE DE DADOS E O TRATAMENTO CARTOGRÁFICO

No que diz respeito à construção da base de dados, podemos esquematizá-la em quatro categorias: as referências aos «agentes», as relativas aos «direitos e deveres» a cumprir pela população e, sobretudo, as relacionadas com as «estruturas». A quarta e última categoria são os «topónimos», normalmente associados à transposição de acidentes geográficos, à vigilância do território ou a locais de passagem.

Fig. 1. Esquematização da base de dados[18]

[18] Todas as figuras e tabelas constantes neste trabalho foram elaboradas pelo autor, e têm como fonte as Inquirições Gerais de 1258.

Outro dos focos foi a reconstituição da rede viária romana, antecessora das vias medievais. Por um lado, devido à elevada quantidade de bibliografia existente acerca da temática, por outro, a existência de uma ou mais referências a determinado ponto ou percurso, por um ou mais autores, serviu de critério de avaliação acerca da sua fiabilidade. Todavia, esta nossa decisão não invalida a necessidade de apreciar criticamente a obra de cada autor.

O processo, apesar de moroso, foi simples. Identificadas as monografias, os artigos, as atas de congressos e outras publicações sobre vestígios arqueológicos ligados à rede viária romana no espaço em análise[19], procedeu-se à inventariação dos topónimos agregados às estruturas identificadas. Para a execução desta tarefa, recorremos ao Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), sistema de informação e de documentação gerido pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC 2001-2016).

Procedemos de igual modo com as estruturas medievais, procurando identificar e cartografar o mais fielmente possível os dados recolhidos na fonte, recorrendo para tal às ferramentas digitais disponibilizadas pela Direção-Geral do Território (DGT 2024). Quando tal não foi possível, existindo uma igreja nas proximidades, a opção foi usar essa estrutura como o ponto de referência geográfico. Exemplo disso é o relato que dá a existência de uma *carreira* em S*ão* Pedro de Pias (Faiões, c. Chaves) (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1349). Por não ter sido possível encontrar o ponto geográfico exato, marcámos o ponto na Igreja de Faiões, o que nos possibilitou reconstituir parte desse traçado viário com um grau elevado de aproximação.

Para ser possível executar esta tarefa, procedemos à recolha de informações geográficas sobre os pontos que compõe a nossa base de dados, nomeadamente os correspondentes valores das coordenadas, mas também no que diz respeito aos lugares, freguesias[20] e concelhos atuais, através do programa Google Earth. Posteriormente, transitámos os dados para o *software* QGIS, um sistema de informação geográfica que permite a elaboração de cartografia temática.

Trabalhados os dados, construímos três tipos de mapas, mas com um ponto em comum: a utilização das paróquias designadas como sede de julgado, como pontos de referência para o leitor. Nos mapas que dizem respeito à implantação espacial de paróquias e do povoamento, fazemos figurar a hidrografia e o relevo, para podermos avaliar como ocorreu a colonização e consequente organização do

[19] Um recurso útil nesta matéria é o *site* www.viasromanas.pt, desenvolvido por Pedro Soutinho. Além de fazer uma compilação de estudos existentes sobre a temática, disponibiliza uma proposta da rede viária romana no atual território português. Veja-se um dos mais recentes estudos deste autor, relativo à rede viária romana na serra do Marão (Soutinho 2021).

[20] O quadro de freguesias adotado é o anterior à última reforma administrativa, realizada em 2013.

espaço[21]. Na cartografia dedicada à rede viária, optou-se por reproduzir os caminhos de forma mais esquemática, particularmente em áreas mais extensas, com menor coesão interna, de forma a não induzir o leitor em erro com as possíveis distorções causadas pelas características físicas do espaço ou, mais frequentemente, pela falta de informação histórica. Por último, e recorrendo à *Carta Corographica de Portugal* à escala 1:100 000, fizemos uma ampliação ao julgado de Algoso. A metodologia deste processo é aprofundada no ponto 4.2.6. A circulação em Trás-os-Montes Oriental.

[21] Cartograficamente, optámos por manter a escala hipsométrica apenas no primeiro mapa, servindo de referência para os seguintes. A diminuição da quantidade de informação presente nos mapas, permite uma leitura mais clara dos dados em análise.

3

ANÁLISE DA FONTE: A 4.ª ALÇADA DAS INQUIRIÇÕES GERAIS DE 1258

Muito cedo sentimos a necessidade de dedicar um capítulo à análise da fonte, como forma de clarificar algumas questões acerca do que foi o processo de inquirição no Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, em 1258, devido ao impacto que estas têm no resultado deste estudo.

Assim, procurámos contextualizar as etapas da inquirição no seu tempo e espaço, analisando, por exemplo, quem foram os homens que percorreram o território, qual o trajeto que foram traçando ou quais as dificuldades que tiveram no cumprimento da sua tarefa, percetíveis nas informações que nos chegaram. Outro ponto em que nos focámos foi o tratamento da fonte como instrumento de ação, cujo objetivo era registar o património régio, enquadrado numa política de reforço da autoridade do rei e da Coroa, abarcando um território com realidades muito díspares, a diferentes escalas.

3.1. BREVE INTRODUÇÃO AO TERRITÓRIO

Julgamos ser necessário redigir umas breves linhas acerca das características físicas do espaço trasmontano, de forma a compreendermos como estas influenciaram a ocupação deste território ao longo dos séculos.

Consequência de longos processos naturais, a região de Trás-os-Montes é limitada a sul pelo rio Douro, que «entalha até grande profundidade tanto a peneplanície pliocénica, aqui a grande altitude, como a barreira montanhosa que a fecha a oeste e que se estende desde a Serra da Padrela até à de Montemuro, passando pelo Alvão e Marão» (Ribeiro e Lautensach, dir., 1987, p. 147).

A ação erosiva do Douro, cujo grau é distinto consoante a resistência das rochas que encontra, faz-se sentir na diferença entre o topo aplanado dos interflúvios e o fundo dos vales encaixados, que podem atingir os 300 e 400 metros. Vemos este fenómeno ocorrer entre Paradela e Barca d'Alva (no Douro Internacional), através dos consecutivos estrangulamentos e das vertentes com forte declive que marcam a paisagem, mas também no Peso da Régua, onde esta ação é exacerbada pela proximidade ao nível de base marinho, traduzindo-se em vales profundamente entalhados e resultando em desníveis ainda mais acentuados: entre a Régua, na margem do Douro, e as cristas da serra do Marão, que lhe estão próximas, o desnível é de quase 1400 metros (Ribeiro e Lautensach, dir., 1987, p. 137).

Climaticamente, Lautensach divide o espaço em análise em dois. Por um lado, a *Província Continental Norte* ou *Terra Fria*, que corresponde aos planaltos transmontanos (Bragança, Vidago e Vila Real), onde o verão é quente e curto e o inverno é longo e frio. Aqui, a neve é ocasional e a precipitação, que varia com o relevo, continua superior a 600 mm, a leste. Por outro, a *Província do Alto Douro* ou *Terra Quente*, que corresponde ao vale do Alto Douro (Moncorvo, Mirandela, Régua e Pinhão), onde

o verão é longo e muito quente e o inverno é suave e curto, com uma precipitação anual inferior a 500 mm (Ribeiro e Lautensach, dir., 1988, p. 366).

De uma forma geral, estes fatores condicionaram a ocupação do nordeste português, profundamente marcado pelas pequenas aldeias, localizadas nos planaltos ou alinhadas a meia-vertente, evitando os vales encaixados do Douro e dos seus afluentes. Algumas destas existirão, pelo menos, desde a monarquia asturo-leonesa, como é o caso de Sendim, no concelho de Miranda do Douro (Ribeiro e Lautensach, dir., 1989, p. 836)[22].

É em Orlando Ribeiro, que encontramos o que poderá ser uma das melhores definições do norte transmontano:

> *Quer se entre em Trás-os-Montes pela estrada de Braga a Montalegre ao longo das vertentes do Cávado, quer se atravesse o Marão, o contraste é nítido. A paisagem carrega-se de tons severos, cinzentos, acastanhados. A luz torna-se mais crua, a terra mais dura e a gente mais retraída. Na mole ondulação do terreno, perde-se muitas vezes o sentimento da altitude: montanha ou planura? Predominam as altas plataformas onduladas, cortadas de vales e bacias muito profundas. O arvoredo retrai-se, rareia nos campos, lisos e vastos, interrompidos por estirões de fraga nua. Debalde se espera ver surgir, na prega do solo, o casal disperso: apenas, de longe em longe, uma aldeia de casas apinhadas à roda de campos e tufos de carvalhos, negrilhos e castanheiros. A rotina agrária segue a alternância do centeio e do pousio* […] *Nos lameiros cria-se gado graúdo; mas o predomínio é sempre de ovelhas e cabras, que tanto pastam no monte maninho como nas folhas devolutas de cereal* […].
> *A densidade humana não é elevada, mas a gente sobeja aos recursos da província e a emigração foi e é considerável. Até há meio século, a população estacionou, apesar de se terem reduzido consideravelmente os baldios e maninhos. O incremento dela tem sido sempre muito vagaroso. As aldeias vivem fechadas nas suas tradições comunitárias. Não há aqui uma cidade grande. As vilas parecem adormecidas desde o tempo em que chegaram os primeiros e escassos grupos de povoadores: implantado no dorso das berroas ou porcas pré-romanas, antes adoradas como divindades, os pelourinhos medievais, eles deram da feição conservadora destes lugares uma imagem singularmente expressiva (a «porca da vila» de Bragança)* […] (Ribeiro 1986, pp. 149-151).

[22] Acerca do povoamento e da habitação em Trás-os-Montes, veja-se Conde e Vieira 2014, pp. 1-43.

3.2. A NECESSIDADE DE INQUIRIR

Quando D. Afonso III procede a inquirições em 1258, o reino encontrava-se numa situação bem diferente a nível social, quando comparado com o panorama vivido no tempo das Inquirições Gerais de 1220, realizadas no final do reinado de D. Afonso II, que foram levadas a cabo num período de grandes tensões entre este monarca e o arcebispo de Braga, D. Estêvão Soares da Silva (Vilar 2005, p. 188)[23]. Isto porque, se o *Juramento de Paris* (Ventura 2006, p. 71)[24], a 6 de setembro de 1245, logrou a D. Afonso III o apoio do clero nacional ainda antes da guerra civil ter eclodido, a verdade é que também foi capaz de reforçar o seu poder através dos concelhos — outorgando numerosos forais, aforamentos coletivos e cartas de povoamento (Ventura 2006, p. 107) — e pela organização de Cortes (Trindade 1979, p. 71). Acresce ainda o esforço em pacificar e atrair à Corte a nobreza, através do sentido de união contra um inimigo comum, o muçulmano, impelindo-a à conquista do Algarve entre 1248-49, liderada pelo monarca e com o apoio das ordens militares. A única exceção foi a alta nobreza que se manteve confinada ao *norte senhorial*[25].

Para reconhecer e reforçar os laços com o seu grupo de apoio, D. Afonso III concedeu património recém-conquistado e atribuiu cargos na Cúria, destacando-se os seus homens de confiança, quer por laços familiares, quer por laços de afinidades várias, nomeadamente, Estêvão Anes, chanceler, Rui Gomes de Briteiros, mordomo-mor, João Afonso Telo, que recebeu o cargo de alferes, e João Peres de Aboim, o de vice-alferes (Ventura 2006, pp. 92-93).

Em linhas gerais, era esta a situação do reino. Mas para implementar as suas reformas, D. Afonso III necessitava de conhecer o território e quem o ocupava, surgindo daí a necessidade de novas inquirições. Organizado em cinco alçadas, este vasto processo foi executado entre 26 de abril de 1258 e meados de janeiro de 1259, numa época em que, apesar do desenvolvimento da cultura escrita (Ventura 2006, p. 133; Roldão 2015, p. 168)[26], a cultura oral continuava a ser importante na passagem da informação entre gerações, tal como fica demonstrado na fonte.

---

[23] Sobre esta contenda, veja-se o papel que teve mestre Vicente na sua resolução em Costa 1963, pp. 86-117. O autor relata-nos os constantes agravos de que o monarca era acusado pelo arcebispo de Braga, particularmente, em 1221, quando D. Afonso II foi alvo de excomunhão, bem como os seus oficiais mais próximos, e ainda a sua interdição no território da arquidiocese de Braga e suas sufragâneas, por D. Estêvão Soares da Silva (pp. 97-98).

[24] O ainda conde da Bolonha ter-se-á comprometido a alcançar a justiça e a paz; a respeitar e fazer respeitar as liberdades dos seus súbditos; a suprimir os maus usos, a ouvir os conselhos dos prelados; a proteger, manter e conservar os membros do clero, incluindo as suas posses e direitos; a ser obediente e devoto à Santa Igreja Romana; a colocar por todo o reino juízes retos, eleitos ou propostos, que jurassem fazer juízo e justiça, segundo Deus (dando, consequentemente, a primazia ao direito canónico face ao direito romano); e no ato de julgar, punir os especialmente maus, procurando com a sua condenação oferecer um *exemplum* aos outros.

[25] Termo que ficou cristalizado na historiografia pela obra de José Mattoso.

[26] Filipa Roldão chama a atenção para a existência de 159 casos em que foi relatado aos inquiridores a existência de documentação, como forma de justificar um determinado direito.

A cada alçada correspondia, *grosso modo*, um interflúvio que se encontrava «essencialmente dividido em "Julgados", ou seja, em unidades territoriais onde a autoridade era exercida diretamente pelo rei através dos seus agentes militares (alcaide), judiciários (juiz) e fiscais (mordomo)» (Sottomayor-Pizarro 2019, pp. 8-9), correspondendo a cada uma destas alçadas «uma comissão que representava os interesses do Clero, da Nobreza e da Coroa» (Sottomayor-Pizarro 2019, p. 11).

Se é certo que estas inquirições não foram as primeiras a serem realizadas no espaço em análise (Maurício 1997, p. 38 e pp. 274-278)[27], são elas que permitem aceder às suas antecessoras, percetíveis através da memória coletiva, registada nas atas redigidas aquando da execução deste novo processo.

Dos vários relatos recolhidos da 4.ª Alçada, o inquérito mais antigo remonta ao reinado de D. Afonso Henriques (1128-85), realizado no couto da paróquia de Paredes (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1139)[28] que, em 1258, pertencia ao julgado de Canaveses. Ter-se-á tratado de uma inquirição local, para indagar acerca da distribuição da propriedade numa área que tinha sido coutada pelo monarca a favor do Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1138). Semelhante tarefa mandou realizar D. Sancho I (1185-1211) na paróquia de Santo André de Tuizelo (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1343)[29], localizada num dos vales a norte da atual vila de Vinhais, numa área remota, em que a posse da propriedade variava constantemente entre nobres, instituições monásticas e poderes locais, problemática que abordaremos mais adiante.

Foram ainda identificados mais dois inquéritos no reinado do Povoador, no vale do rio Pinhão, embora possam ter sido executados pelas autoridades locais. O primeiro é relatado por Gomes Fernandes de Francelos que afirmava ter visto o juiz Fernão Gonçalves e o arcediago D. Garcia Mendes a inquirir no termo de Vila Chã (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1259)[30]. Paralelamente, D. Cibrão de Sanfins jurava ter visto os inquiridores a indagarem sobre as propriedades do rei em Sanfins, nas quais moravam o mestre Mido (que foi daí expulso por matar um mordomo)

[27] Sobre as Inquirições de 1220, ver o projeto Regnum Regis 2005-2008a e Regnum Regis 2005-2008b.

[28] «Et dixit quod scit quod in ipso cauto inpetravit monasterium Sancti Johannis de Pendorata j casale de hereditate et similiter ordo Templi inpetravit bi alium case, et ordo Ospitalis inpetravit ibi alium casale, quod ei dedit donna Toda. Et iste ordines inpetraverunt ista casalia, post inquisicione Regi Donni Alfonsi senicis».

[29] «dixit quod scit quod tota villa de Luzedo est tota foraria Regis ergo i casale forarium quod est de monasterio de Sancto Johanne de Junqueiro quod conparauit ibi in tenpore Regis Donnj S[ancii] fratris istius Regis et non facit inde forum Regi et aliud casale quod habet Ordo Ospitalis quod leixauit unus homo in tenpore Regis Donnj S[ancii] senis pro sua anima et scit quod Rex Donnus S[ancii] senex mandauit inquirere ipsum casale in tenpore illius quid dedit Ordinj Ospitalis et inuenerunt illum pro suo forario Regis et modo habet eum Ordo Ospitalis et non facit inde forum Domino Regi».

[30] «ouuiu dizer a omees que sabiã que todo Sanfijz e todo San Lourenço foy regeẽgo e foreiro d El Rej e disse que uiu uijz o juiz Ffernã Gonçaluiz a enquerer cõ o arcediaoo Dom Garcia Mendiz os termhos de Uila Chãa e esse arcediago trouxe mal esse juis e nono qui enquerer e desentõ pobrou esse arcediagoo Francelhos e ora tẽ carta de Trasmires e nõ faz foro a El Rej e isto foi en tẽpo d El Rej Dom S. jrmão deste Rej».

(PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1264)[31] e Martim Origiz, com as suas respetivas famílias, bem como outros cavaleiros, sendo que nenhum pagava foro ao rei (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1263)[32].

Relativamente às Inquirições Gerais de 1220 em Trás-os-Montes, Maria Fernanda Maurício identificou e esquematizou as referências existentes nos inquéritos da 4.ª Alçada de 1258 (Maurício 1997, p. 38 e pp. 274-278), tendo ficado na memória de alguns dos inquiridos dos julgados de Gouveia e Gestaçô (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1149), Penaguião (pp. 1201 e 1214) e Panóias (pp. 1216, 1217 e 1265). Noutros casos, foram os próprios inquiridores que registaram as respostas negativas (pp. 1305, 1309, 1312, 1316, 1324, 1327 e 1331) ou o desconhecimento demonstrado, ingenuamente ou não (pp. 1347, 1359, 1364 e 1365), por parte dos jurados, quando questionados sobre inquirições anteriores. Já em relação ao reinado de D. Sancho II (1223-48), encontramos referência a uma meia-vinha do rei, na Terra de Panóias, inquirida aquando da tentativa gorada do monarca de aí fundar a Póvoa de Panóias (p. 1222)[33].

Existem ainda três registos sem enquadramento temporal, sendo que os procedimentos descritos indicam que estas foram inquirições pontuais, provavelmente fora da esfera régia e realizadas por agentes locais, nomeadamente oficiais régios, clérigos, nobres e/ou cavaleiros. No primeiro caso, os inquiridores, incluindo o prior do Mosteiro de Santa Maria de Cárquere, a sul do rio Douro, descrevem os limites de um reguengo em São Vicente de Cidadelhe (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1202)[34]; no segundo apontamento, a equipa constituída pelo juiz D. Julião e por Mem Peres concluiu que o campo que o rei tinha em São Lourenço de Riba de Pinhão estava na posse do prior do Mosteiro de São Martinho de Caramos (c. Felgueiras), do qual a Coroa não recebia foro (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1231)[35]; por último, Mem Martins da Feira refere uma inquirição a um terreno em Borbela, feita por D. Urraca Bor-

[31] «ouuiu dizer a omees que sabiã que os paredeẽiros que está a par de a eigreia de San Fijz e o terrẽo que chamã da lagẽa que foram de Don Mido que foram regeẽgos d El Rey e disse que El Rej ouue esse regeẽgo de Dõ Mido por que matou huu mordomo e ora tenho Rodrigo Steuez e nõ faz ende foro al Rej».

[32] «Don Cibraão de San Fijz iurado e perguntado disse que sabe e uiu quando os enqueredores ueerã enquerer a terra en tempo d El Rej Don Sancho o uelho que acharaon que as duas partes dessa egreia e uila erã de todolos foreiro d El Rey e das sas fogeiras de San Fijz e estes homeẽs morauã ẽ essa fogeiras d El Rej e mestre Mido e seu linhagen e Martim Origiz e seu linhagen e a outra terça era de caualeiros e ora nõ ha ende El Rej o quinto de todo esto».

[33] «e sabe que iaz j [de] vinha ẽ Nouaes de Vilarinho a qual uiu enquerer quando El Reij Dõ S. que agora morreu mandara fazer a pobra de Panoijas e os vigaijros que hj El Rej meteu acharõ per uerdade que a meia dessa vinha era d E Reij e derõ per juizo que fosse d El Reij e ora teena netos de Pero Paes e de Dona Marinha de Vilarinho e nõ fazẽ ende foro a El Reij».

[34] «E sabe que Johã Rodriguiz e Lourenço Perõz de Matos e o priol de Carcari e Johanne Mendiz de Eixames que foron enqueredores que derõ por enquisa que des Cen Bragaes ata Alcapanos que era ende a meya regeẽga salvo Saa cõ seu termho».

[35] «e ssabe que o campo que iaz na freeguesia de San Lourenço apar de a uila de Souto Maijor […] e disse que o juiz Dõ Juijão e Meẽ Perez o enquererõ e acharon que era d El Reij e disse que o priol de Caramaros filhou en essa vila e en seu termho i casal e nõ faz ende foro a El Rej […] perguntado de que tempo disse que nõ sabia».

bela e pelo cavaleiro Pero Cabreira. Vendo que se tratava de propriedade régia, este último tomou posse do dito imóvel, do qual o rei não recebia *migalha* (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1233)[36].

3.3. O PROCESSO NO TERRENO

Para caracterizarmos a 4.ª Alçada (Fig. 2) é necessário ir além da simples análise dos dados transcritos. É preciso compreender o espaço que representa, desde os fatores naturais até às diferentes autoridades políticas nele presentes, à forma como estas se relacionam entre si, bem como qual o panorama político e administrativo que os inquiridores, através dos seus registos, fazem chegar ao monarca. Certo é que foi necessário planear um empreendimento desta dimensão, a uma escala tão alargada.

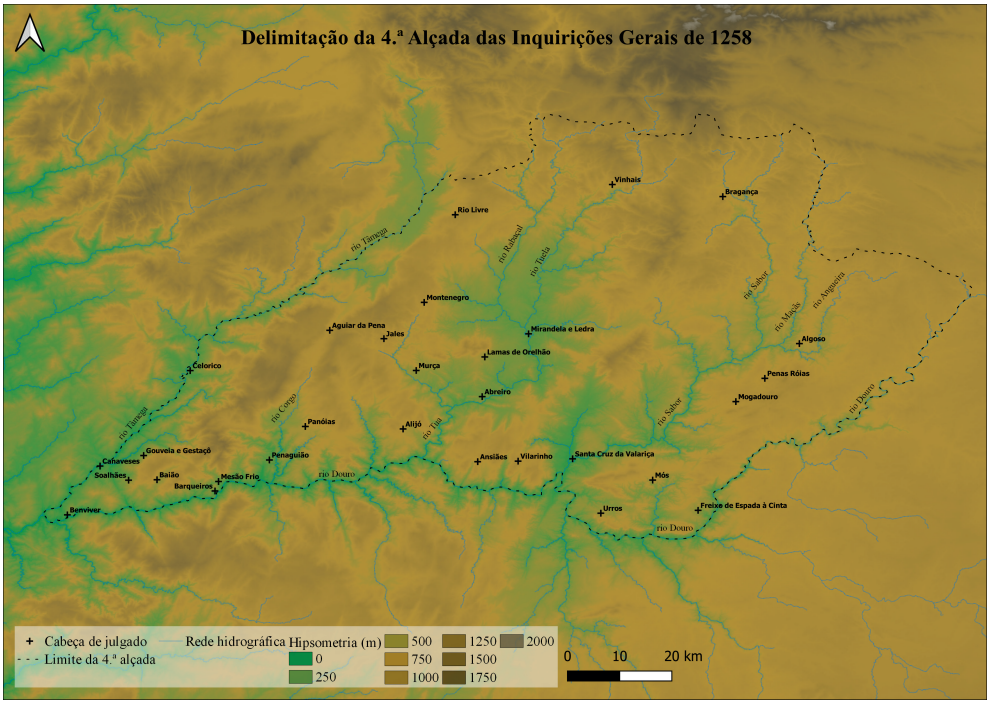


Fig. 2. Delimitação da 4.ª Alçada das Inquirições Gerais de 1258

[36] «Meẽ Martjnz da Feira iurado e perguntado que quando el tragia o regeego de Boruela que meteu enquiriçom com dona Orraca Boruela e cum Pero Cabreira caualeiro sobrelo terrẽo que iaz so a fonte Guilhelme e acharõ en uerdade que era ende o meijo d El Rej e defendeu Pero Cabreira en tenpo deste Reij que nõ dessem ende raçõ e ora nõ ha El Rej nemigalha».

Para Leontina Ventura este terá sido delineado e preparado em pormenor nos paços régios de Coimbra, onde o rei permaneceu com a sua Corte entre 25 de outubro de 1257 e 4 de março de 1258 (Ventura 2006, p. 107), deslocando-se posteriormente para norte. Efetivamente, a sua presença está documentada entre 23 de março e os finais de julho desse ano em Braga, Guimarães e Porto, mas voltando a rumar para sul no início de agosto, como comprovam os documentos expedidos na Feira e em Coimbra, nos dias 4 e 20 desse mês, respetivamente (Dias 1980, pp. 488-490).

Esta informação vem assim contrariar, em parte, a proposta avançada por Leontina Ventura, que afiança que a estada prolongada do monarca na região Norte se terá dado para acompanhar de perto o trabalho dos inquiridores, a fim de verificar as possíveis dificuldades que podiam advir no cumprimento dos seus deveres, podendo ser consultado caso surgissem quaisquer problemas (Ventura 2006, p. 108).

Se é certo que num primeiro momento tal terá acontecido, não nos podemos esquecer que os membros da 3.ª Alçada — responsáveis pelo espaço de Seia, Gouveia, bispados de Lamego e Viseu, até ao Douro — continuavam os seus trabalhos (Krus 1981, p. 60)[37], enquanto os da 4.ª, bem como os da 5.ª comissão (Ribeiro, org., 1815, p. 53; PMH: Inq., fasc. IX, p. 1409)[38], responsáveis pelo processo no Entre-Cávado-e-Ave, Terras de Barroso e Chaves, apenas iniciaram a sua tarefa a 29 de julho e a 1 de agosto, respetivamente. Neste período, a Corte já se encontraria entre o Porto e a vila da Feira, onde a sua presença é documentada a 4 de agosto (Dias 1980, p. 490). Acreditamos que a decisão terá sido tomada pelo fim da inquirição no Entre-Cávado-e-Minho, iniciada a 26 de abril.

O que nos leva a avançar com a proposta é o facto do escrivão da comissão do Entre-Cávado-e-Minho aparentar ocupar a mesma função na 5.ª Alçada, nomeadamente, Paio Martins, escrivão do rei (PMH: Inq., fasc. III, p. 74; PMH: Inq., fasc. IX, p. 1409). Terminada a sua tarefa, este poderá ter reportado o decorrer do processo a D. Afonso III que, satisfeito com o que terá ouvido, decide então rumar para sul, reconduzindo Paio Martins para a mesma função na 5.ª comissão, aproveitando o conhecimento que este terá adquirido nos meses anteriores. Caso tenha sido esta a sequência dos eventos, o monarca terá entendido que tudo decorria dentro do expectável, optando por não acompanhar *in loco* o decorrer dos trabalhos.

No que diz respeito à composição de cada comissão, Hermínia Vasconcelos Vilar, na sua biografia de D. Afonso II, refere

[37] Luís Krus coloca os trabalhos desta comissão entre 16 de maio e 23 de outubro de 1258.

[38] Tenha-se em conta que outros autores, como Leontina Ventura, apontam outras datas para o início dos trabalhos das comissões responsáveis pelas 4.ª e 5.ª Alçadas.

> *a opção clara pelo afastamento do clero secular, nomeadamente do clero ligado ao episcopado e aos universos capitulares em favor dos clérigos regulares, e, por outro, a escolha de vilãos e de membros das oligarquias locais para elaborarem uma tarefa que implicava a interrogação dos membros mais proeminentes das comunidades locais, mas que tinha como claro objetivo inventariar os abusos praticados pelos grupos sociais mais proeminentes* (Vilar 2005, p. 189).

Comparando com as Inquirições de 1258, essa tendência é visível. Apesar de em menor número, com as comissões a variarem entre quatro e seis elementos, manteve-se a escolha de homens ligados ao clero regular e aos poderes locais, por norma com um historial de dedicação ao rei.

Responsáveis por conduzir a inquirição no Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, em 1258, estavam seis indivíduos, incluindo dois escribas[39]. Foram eles: João Esteves, cavaleiro de Santarém e vice-sobrejuiz (Ventura 2006, p. 192); Paio Soares, freire do Mosteiro de São Salvador de Grijó; Pedro Martins de Vimieiro, cavaleiro e sobrejuiz nos reinados de D. Sancho II e de D. Afonso III, nomeado ouvidor no caso entre a Ordem do Templo e o deão de Braga, Fernando Anes de Portocarreiro, que detinha a igreja de Santarém contra a vontade dos Templários (Ventura 2006, p. 61 e pp. 191-193); Abril Eanes, vizinho de Guimarães; Eanes Domingues e Estêvão Soares, escribas do rei (Roldão 2015, p. 179).

Relativamente aos procedimentos efetuados durante a sua missão, João Pedro Ribeiro, em *Memorias para a Historia das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal* […] (1815), refere que os inquiridores desta alçada terão praticado o mesmo «que talvez todos os das outras, ao menos os da II Alçada destas Inquirições, de mandar apresentar, e pedir o trelado das Cartas de Doações, Coutos, etc. aos Donatarios», chegando mesmo a tecer comentários acerca destas cartas no que toca, por exemplo, ao seu estado de conservação e à preservação dos selos (Ribeiro, org., 1815, p. 63)[40]. Os inquiridores encontravam-se munidos de uma carta régia, onde se pedia a cooperação dos funcionários régios, se assegurava aos interrogados a imunidade por declarações prestadas, fossem o juiz de cada julgado, o pároco ou um freguês (Barros 1992, tomo I, p. 445), e ameaçava todos os que colocassem obstáculos à missão (Krus 1981, p. 60).

---

[39] Ao contrário das demais, a 4.ª Alçada das Inquirições Gerais de 1258, publicada por Possidónio Mateus Laranjo Coelho, em 1961, não contém preâmbulo e, consequentemente, não inclui as informações relativas aos homens escolhidos e quanto aos procedimentos a efetuar. Relativamente à composição da comissão, recorreu-se a Ribeiro, org., 1815.

[40] No que diz respeito à 2.ª Alçada, a fonte permite aferir que aquando da nomeação da comissão, estariam presentes Gil Martins de Riba de Vizela, mordomo-mor, Estêvão Anes, chanceler, e Domingos Peres, que terá escrito a dita carta (veja-se PMH: Inq., fasc. IV, p. 738).

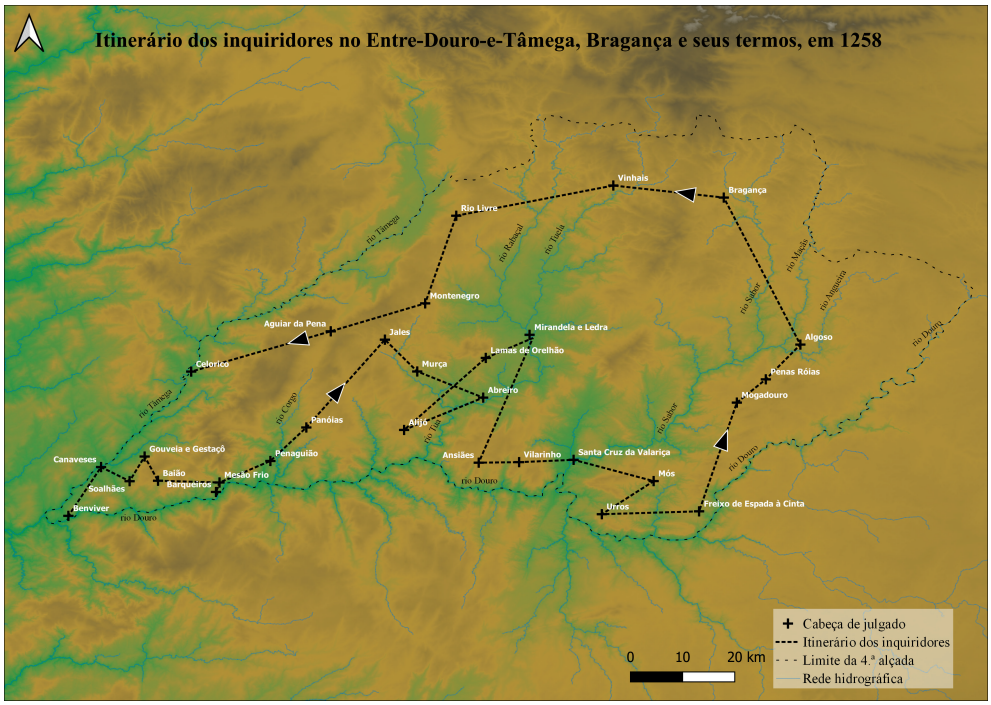


Fig. 3. Itinerário dos inquiridores no Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, em 1258

Ao iniciarem a inquirição no julgado de Benviver, a 29 de julho, os inquiridores da 4.ª Alçada anotam a expressão «Incipiunt testimonia que dixerunt homines in secreto de Judicatu de Benviver et juratj super sancta dei euangelia» (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1380)[41] (Fig. 3). Terá havido a necessidade de inquirir a população local em segredo, com medo de represálias por parte dos poderes locais? Relembre-se que se tratava de uma região onde a presença da Coroa era muito escassa, face à multiplicidade de instituições monásticas, como Santa Maria de Vila Boa do Bispo e São João Baptista de Pendorada, não esquecendo a nobreza, encabeçada pelos de Riba Douro (Sottomayor-Pizarro 2014, pp. 84-88).

Posteriormente, os inquiridores rumaram para Canaveses, onde marcaram presença a 14 de agosto (Ribeiro, org., 1815, p. 53), seguindo para Soalhães e, depois, para Gouveia e Gestaçô, a 16 e 18 desse mês, respetivamente (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1146-1147). Os trabalhos no julgado de Baião são iniciados a 25 de agosto (p. 1186), assinalando a sua presença em Mesão Frio a 31 de agosto (p. 1167) e em

[41] No que diz respeito à data, existem autores que referem o dia 30 de julho. Vejam-se Barros 1922, tomo I, p. 445; Ventura 2006, p. 108. Sobre o itinerário realizado pelos inquiridores da 4.ª comissão, vejam-se também Ribeiro, org., 1815, pp. 53 e 54; Gradíssimo 2014, p. 116.

Barqueiros a 1 de setembro (p. 1194). Entre estas localidades e o julgado de Panóias, onde terão começado os trabalhos no dia 17 de setembro, uma terça-feira (p. 1211), a comissão terá inquirido as paróquias do julgado de Penaguião. Porém, não existe qualquer registo da data em que o terão feito.

De salientar que no caminho percorrido, desde Canaveses até Panóias, os inquiridores circundaram a serra do Marão, primeiro no eixo noroeste-sudeste até Mesão Frio, junto ao rio Douro, rumando a seguir no eixo sudoeste-nordeste, pelo vale do rio Corgo, até Panóias. Com este percurso, torna-se claro que havia um conhecimento empírico do espaço e da sua ocupação, saber esse personificado na figura dos juízes de cada julgado, tendo estes a tarefa de guiar os inquiridores pelos domínios a seu cargo (PMH: Inq., fasc. IV, p. 738)[42].

Daqui partiram para Jales, onde marcam presença a 9 de novembro (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1291), cerca de três semanas após terem chegado ao julgado de Panóias. Isto significa que a comissão terá prolongado a sua estadia neste último julgado, se compararmos com o ocorrido nos anteriores. Se até este ponto é possível verificar um grande número de descrições detalhadas sobre casos de violência, questões de posse de propriedade e dos seus limites, direitos e deveres, entre outros[43], a partir daqui o panorama começa a alterar-se, sobretudo quando os inquiridores cruzam o rio Tua rumo a leste. Aumentam as descrições relativas à posse de propriedade, registando-se ainda alguns casos de violência, bem como cartas de povoamento e doações outorgadas pelos monarcas portugueses[44], elementos de uma estratégia mais ampla de controlo do território, questões que procuraremos abordar mais à frente.

Até ao final de novembro, a comissão procedeu a trabalhos em Murça (dia 12), Abreiro (dia 14), Alijó (dia 16), Lamas de Orelhão (dia 18), Mirandela e Ledra (dia 22), Ansiães (dia 24), Vilarinho da Castanheira (dia 28) e Vilariça, no vale do rio

---

[42] «Unde mando vobis quod unusquisque Judex in suo Judicatu juvet eos ad faciendum ipsam inquisicionem, et faciat venire eis omnes homines de qualibet parrochia ad dicendum eis veritatem de omnibus rebus de quibus eos interrogaverint, et ipsi inquisitores faciant eos constringere per meum portarium quem defecerunt secum, si venire noluerint ad eos».

[43] Por exemplo: PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1221 – «Domingos Gonçalves que mora no Castelo de San Christouõu»; PMH: Inq., fasc. VIII, p.1237 – «Gonçalo Martjnz de Raoaldi iurado e perguntado disse que ouuiu dizer a omeẽs que sabiã que a terça do casal dos scudeiros de Sam Martinho d Anta que era regeẽgo e que o padres desses scudeiros corria com os homeẽs da vila de Rooaldi com as lanças porque o laurauauam *(sic)* e os homees com medo de seu padre leixaronlhi teẽr essa terça desse casal e ora El Rej nõ ha ende nemigalha»; PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1246 – «sabe que Gonçalo Noniz matou ia huu juij Gunçaluinho ẽ tempo d El Rej Dõ S[ancho] por que demadaua Vilarinho pera El Rej e ora nõ fazẽ ende foro a El Rej».

[44] Vejam-se os seguintes casos: PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1278 – «Donnus Saluator de Frexeno iuratus et interrogatus dixit quod scit quod Egidius Andree de Frexeno occidit suum fratrem in termino de Legione in Viluestre»; PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1281 – «Alfonsus Roixo de Sandjm iuratus et interrogatus dixit quod scit quod villa de Refega fuit regalenga Domni Regis et populauerunt eam fleires de Alcanizes et filij Domnj Nunj de Zamora in tenpore istius Regis et non faciunt inde ei forum et scit quod fratres de Moreyrola comparauerunt de filijs de Domno Tello villam que uocatur Angeyra et stat in termino de Miranda in diebus istius Regis».

Sabor (dia 30) (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1295, 1301, 1298, 1301, 1267, 1272-1274). Se é certo que os inquiridores já tinham estado em julgados que apresentavam apenas uma paróquia[45], para leste, esta realidade será ainda mais vincada, com todos os julgados a apresentarem uma só paróquia, à exceção de Algoso.

Terra de «fronteira», o espaço compreendido entre a foz do rio Sabor (c. Torre de Moncorvo) e a povoação de Paradela (c. Miranda do Douro) era composto por seis julgados. Eram eles Mós, onde os inquiridores marcaram presença a 2 de dezembro, seguindo-se Urros e Freixo de Espada à Cinta (ambas no dia 3), Mogadouro (dia 6), Penas Róias (dia 7) e Algoso, em Terra de Miranda (dia 10) (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1277-1280). Cada um destes julgados tinha associado a si um castelo, centro militar e administrativo. Se a concentração de estruturas militares ao longo de 60 quilómetros demonstra a existência de uma «fronteira militarizada» no eixo norte-sul (Fig. 19, p. 94), a fraca densidade da rede paroquial, em comparação com outras áreas do espaço em análise, é um sinal do esparso povoamento existente (Fig. 4, p. 54).

Afastando-se do vale do Douro, os inquiridores seguiram para norte, em direção a Bragança, onde terão ficado desde o dia 16 de dezembro, até pouco depois do Natal. O registo seguinte situa-os no julgado de Vinhais, a 29 de dezembro, seguindo, muito provavelmente, o traçado da antiga via romana XVII, o que terá facilitado as movimentações, por ser inverno. Nesta última etapa, a comissão esteve presente no julgado de Rio Livre, a 2 de janeiro de 1259, seguindo-se Montenegro (dia 6), Aguiar de Pena (dia 13) e Celorico, nomeadamente, as paróquias localizadas *inter Tamegam et Dorium in Ferrarias* (dia 16) (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1286, 1338, 1344, 1349, 1365, 1376), no atual concelho de Mondim de Basto, dando-se assim por terminados os trabalhos desta comissão.

3.4. O PROCESSO NO ARQUIVO

Para tentarmos entender a forma como os relatos recolhidos pelos inquiridores chegaram até nós, nomeadamente no que diz respeito ao tratamento arquivístico de que a informação foi alvo, optamos por dedicar um ponto a esta questão.

Possidónio Mateus Laranjo Coelho que, em 1961, publicou a alçada em análise, deixou, no preâmbulo que redigiu, uma «advertência preliminar» (PMH: Inq., fasc. VIII, Preâmbulo)[46]. Entre os vários problemas identificados, salientou a dispersão das informações por quatro livros de atas (Tabela 1).

---

[45] São eles os julgados de Jales, Murça, Alijó, Abreiro e Vilarinho da Castanheira.

[46] «Seja-nos lícito desde já advertir que trabalhar com os velhos códices pergamináceos que contêm as actas destes curiosos monumentos medievais não é fácil tarefa e antes cheia, a cada momento, de dificuldades, a consulta ordenada e metódica de certos passos de alguns desses códices. Tais dificuldades se haviam já deparado a João Pedro Ribeiro, quando, nas suas magistrais lições aos alunos da aula de Diplomática, observava que a maior parte dos seus livros se mostravam erradamente articulados, duplicados e triplicados alguns, outros copiados muito posteriormente, com

Tabela 1. Distribuição dos julgados nos quatro livros de atas referentes à 4.ª Alçada das Inquirições Gerais de 1258[47]

Livro II de Inquirições de D. Dinis	Livros VI e VIII de Inquirições de D. Afonso III	Livro II de Inquirições de D. Afonso III	
Canaveses	Canaveses	Mirandela e Ledra	Jales
Soalhães	Soalhães	Ansiães	Murça
Gouveia e Gestaçô	Baião	Vilarinho	Alijó
Baião e Penaguião	Barqueiros	Santa Cruz da Vilariça	Abreiro
Barqueiros	Mesão Frio	Mós	Lamas de Orelhão
Mesão Frio	Penaguião	Urros	Vinhais
Penaguião	Panóias	Freixo de Espada à Cinta	Rio Livre
Benviver		Mogadouro	Montenegro
		Penas Róias	Aguiar de Pena
		Algoso	Celorico (Ferrarias)
		Bragança	

A 4.ª Alçada inicia com o *Livro II de Inquirições de D. Dinis*, redigido em latim, sendo composto por oito julgados e seguido pelos *Livros VI e VIII de Inquirições de D. Afonso III*, escritos em linguagem e constituídos por sete julgados. Apesar das semelhanças no que respeita ao espaço geográfico, são várias as diferenças. Os julgados de Benviver e o de Gouveia e Gestaçô apenas aparecem nas primeiras atas, sendo que o de Panóias só tem correspondência no *Livro VI de D. Afonso III*. No livro de D. Dinis encontramos os julgados de Baião e Penaguião unidos, com o de Penaguião a aparecer de novo separado, enquanto nas atas de D. Afonso III estão todos separados. Devido à duplicação de paróquias, optamos por colocar estes julgados lado a lado (Tabela 2).

mais ou menos exacção, ainda com a agravante circunstância de alguns fragmentos destes códices se encontrarem incorporados em livros de diverso assunto».

[47] O Livro II de Inquirições de D. Afonso III corresponde a PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1266-1380, enquanto os Livros VI e VIII de Inquirições de D. Afonso III dizem respeito a PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1185-1266. Relativamente ao Livro II de Inquirições de D. Dinis, este encontra-se em PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1137-1184 e pp. 1380-85.

Tabela 2. Distribuição das paróquias dos julgados de Baião e Penaguião

Livro VI de Inquirições de D. Afonso III (Baião)	Livro II de Inquirições de D. Dinis (Baião e Penaguião)	Livro VI de Inquirições de D. Afonso III (Penaguião)	Livro II de Inquirições de D. Dinis (Penaguião)
Couto do moesteyro de Sant Andre dAnsedi	Sancti Andree de Ansidi	San Mamede de Vila Marin	Sancti Mametis de Villa Marim
San Johanne do Grilo	Sancti Johannis de Grilo	Sancta Maria de Sedeelos	Sancte Marie de Seedelos
Santiago de Maçinhata	Sancti Jacobi de Maciata	Sam Vicente de Cidadelha	Sancti Vincencii de Cidadela
Sam Bertholameu de Bayam	Sancti Bartholomei	Santiago de Fontes	Sancti Jacobi de Fontibus
Sancta Maria do Gobi	Sante Marie de Gobi	San Pedro de Loureiro	Sancti Petri de Laureyro
Sancta Locaya	Sancte Loquaye	Sancta Maria d Ulveira	Sancte Marie de Ulveyra
Sãtiago de Valadares	Sancti Jacobi de Valadares	Sancta Coonba de Moura Morta	Sancte Colube de Maura Morte
San Johanne d Ouvil	Sancti Johannis de Ouvil	Sam Salvador de Medroes	Sancti Salvatori de Medronis
Sancta Cruz de Riba de Doiro	Sancte Crucis	Sant Andre de Medim	Sancti Andre de Medim
Sam Tome	Sancti Tome	Sant Adrão de Sever	Sancti Adriani de Sever
Sancta Marinha d Uzezar	Sancte Marine de Uzezar	Fonteelas de San Miguel	Sancti Michaelis de Fonteelas
Sam Frousto de Veeriz	Sancti Frausti de Veeriz	Sam Frousto de Regoa	Sancti Frausti de Regula
Sancta Maria de Freandi	Sancte Marie de Freandi	Sam Miguel de Loverigos	Sancti Michaelis de Loverigos
Sancta Maria dos Louhos	Sancte Marie de Lovos	Sam Johanne de Loverigos	Sancti Johannis de Loverigos
Sam Miguuel de Trasoys	Sancti Michaelis de Trasoriz	Santa Ouaija d Andufe	
Sam Jhoanne de Geestaçoo	Sancti Johannis de Geestazoo		
San Pedro da Teixeira	Sancti Petri de Teyxeira		

O exercício realizado permite retirar várias ilações. Em primeiro lugar, todas as paróquias que no livro de atas de D. Dinis aparecem como fazendo parte do julgado de Baião e Penaguião, no livro VI das atas de D. Afonso III têm correspondência com aquelas registadas exclusivamente no julgado de Baião. Em segundo lugar, a paróquia de Santa Eulália de Andufe, atual Santa Eulália da Cumieira (Arquivo

Distrital de Vila Real 2012), é referida apenas no julgado de Penaguião no *Livro VI de Inquirições de D. Afonso III*.

A 4.ª Alçada termina com o *Livro II de Inquirições de D. Afonso III*, em latim, sendo o que compreende mais julgados, num total de 21. Porém, este levanta novas questões, com impacto direto nos dados extraídos, e só a sua compreensão pode desfazer possíveis equívocos no arquivo da documentação[48]. De referir ainda que oito das paróquias do julgado de Benviver aparecem desgarradas das restantes, tal como é referido por Laranjo Coelho em nota de rodapé, eventualmente por erro de edição (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1380)[49].

Paralelamente, o editor fez questão de sinalizar alguns elementos importantes para a reconstituição do percurso que as atas tiveram ao longo dos séculos. A primeira pista é deixada em nota de rodapé, na página onde se inicia a transcrição do *Livro VI de Inquirições de D. Afonso III* (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1185)[50]. O responsável por este processo foi Martim Anes, abade da Igreja de Santa Maria de Borbela, que regista ter feito a transcrição e tradução de oito cadernos de latim para «linguagem», finalizando a tarefa em Santarém, em maio de 1331, aquando das Cortes que D. Afonso IV (1325-57) aí mandou celebrar (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1266)[51], onde foram pela primeira vez apresentados os Capítulos Gerais do Povo (Sousa 2005, p. 81; Coelho 2006, p. 25).

Com apenas duas referências passamos a conhecer dois dos homens nomeados para cumprirem esta tarefa que certamente estaria enquadrada no processo de especialização e aperfeiçoamento das práticas legislativas e administrativas da Coroa, processo que tem no reinado de D. Afonso IV um dos seus pontos mais altos na Idade Média em Portugal (Sousa 2005, pp. 73-96). Relembre-se que este monarca procede a nova inquirição em 1343, centrada entre os rios Lima e Ave, a par do que já tinha acontecido em 1220 (Sottomayor-Pizarro 2015, p. 129). Para tal, os seus oficiais necessitariam de ter conhecimento prévio dos espaços a percorrer, de forma a concluirem acerca da transgressão da propriedade e dos direitos régios.

No que diz respeito ao *Livro II de Inquirições de D. Afonso III*, a cópia mais antiga de que há conhecimento é do reinado de D. Dinis. Realizada por Eanes Domingues,

---

[48] Sobre os constantes problemas textuais, que limitam a leitura e a interpretação da fonte em determinados momentos, veja-se Silva 2012, pp. 7-8.

[49] «Como adenda às actas desta 4.ª Alçada e ressalvando a sua omissão no princípio deste fascículo, publicam-se a seguir as fls. de 2 a 5 do Livro II de Inquirições de D. Dinis, respeitantes ao Julgado de Bem Viver e de algumas das suas freguesias».

[50] «Aqui me disse Lourenço Gomez de Porto de Moos que fezera mal porque nõ screvera per linguagẽ, e por esso o torney en linguagẽ des aqui adeante».

[51] «Este liuro foi traladado per outro liuro da chancelaria per mandado de nosso senhor El Rey Don Affonso o quarto per mão de mj Martim anes Abbade da jgreia de Sancta Maria de boruela o qual os viijº sexternos de latin en l[i] nguagẽ torney e foy acabado no mes de mayo e na vila de Sanctaren quando hy o dicto Senhor fez Cortes com os prelados e mestres e Ricos homens e os procuradores das clerizias e dos Concelhos do seu Senhorio na Era de mil trezentos sassenta noue annos».

é datada de 8 de agosto de 1301. Terão os oficiais responsáveis pela inquirição em 1288, e após o novo inquérito realizado, sentido a necessidade de possuir melhores transcrições das atas de 1258, para melhor cumprirem com as suas funções? Terão estas ficado danificadas no decorrer de novas inquirições, tendo em perspetiva a realização de novo procedimento, o que veio a acontecer entre 1307-1311? Certo é que 30 anos depois fez-se a nova cópia.

Um novo traslado foi mandado elaborar no século XVI, no reinado de D. Manuel I (1495-1521), sendo o seu responsável Pedro Álvares da Grã, que refere ter procedido ao conserto deste livro com outro que parecia ser o original e que, por ser este de melhor letra, terá «escusado» aquele que serviu de base para o novo, para «se eujtar confusam» (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1280)[52]. Por «escusado» entenda-se eliminado. Estas terão sido as atas, presentes na *Leitura Nova*, no livro de Entre-Cávado-e-Ave, desde o fólio 224 até ao 336, que João Pedro Ribeiro refere, em nota de rodapé, ter utilizado para a prossecução do seu estudo (Ribeiro, org., 1815, p. 53, nota de rodapé 2).

Após tamanha empresa, foi preciso esperar até ao início do século XX por uma nova transcrição. Refiro-me ao trabalho desenvolvido pelo Abade de Baçal, que dedicou a sua vida a recolher toda a espécie de testemunhos arqueológicos e históricos respeitantes ao território de Trás-os-Montes, e que veio mais tarde a compilar nas suas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*[53]. No presente contexto, estas *Memórias* são importantes, pois, ao levar o seu IV volume ao prelo em 1911, o autor incluiu a transcrição das inquirições realizadas em vários julgados transmontanos em 1258 (Alves 2000, tomo IV, pp. 7-81)[54], ou seja, 50 anos antes da publicação da 4.ª Alçada nos *Portugaliae Monumenta Historica*, tendo ainda publicado a parte da inquirição de 1220 referente ao julgado de Abreiro (Alves 2000, tomo IV, p. 80).

Na edição de Laranjo Coelho é também possível verificar uma grande discrepância no que diz respeito aos dados relativos aos julgados de Lamas de Orelhão e de Bragança. Muito certamente, algures no processo de arquivamento da informação recolhida, iniciado no século XIII e que foi sofrendo variações ao longo dos séculos seguintes, a maior parte das paróquias do que seria o julgado de Bragança terão sido erroneamente identificadas como fazendo parte do julgado de Lamas de Orelhão. Para esta afirmação, baseamo-nos no itinerário dos inquiridores, durante o qual regista-

[52] «Ffoi conçertado este liuro per mj Pedraluerez da Grãa com outro que pareçia ser o promeiro original perque se corregeo ao conçertar ẽ alguas partes e por asi ser conçertado e çerto e de melhor letera se ouue por melhor e ho outro por escusado por se eujtar confusam. Petrus».

[53] A versão utilizada no desenvolvimento deste estudo é a 2.ª edição, publicada no ano de 2000. Para tal, veja-se Alves 2000.

[54] São eles os julgados de Algoso, Lamas de Orelhão, Mirandela, Mirandela e Ledra, Vinhais, Mogadouro, Penas Róias, Freixo de Espada à Cinta, Urros, Monforte de Rio Livre, Vilarinho da Castanheira, Santa Cruz da Vilariça e Mós.

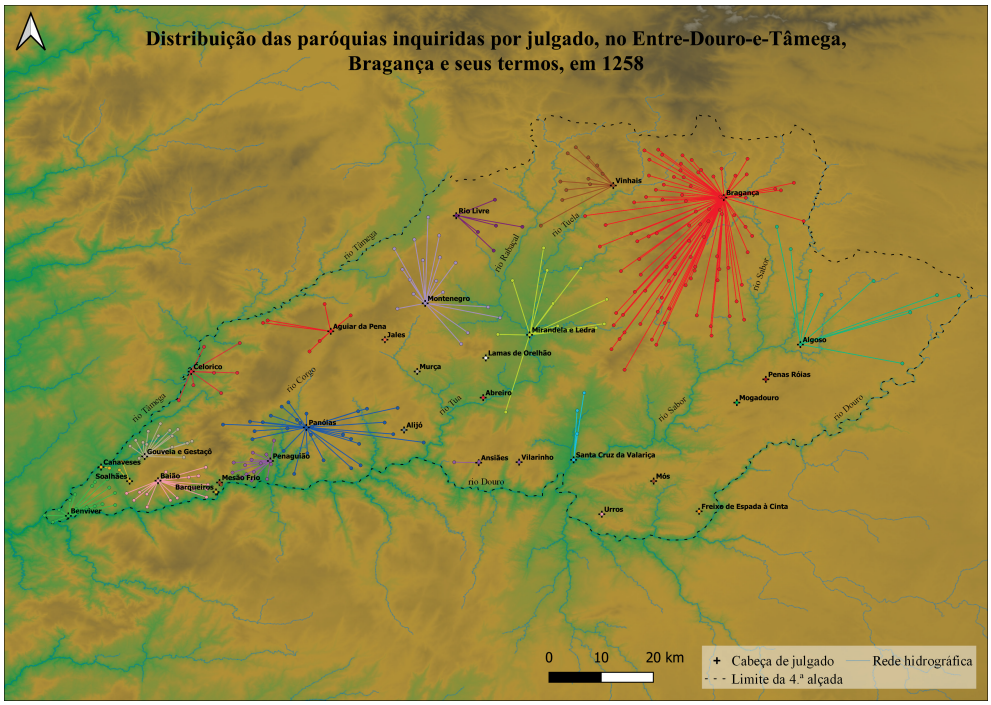


Fig. 4. Distribuição das paróquias inquiridas por julgado, no Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, em 1258

ram a sua presença em Lamas no dia 18 de novembro, seguindo para o julgado de Mirandela e Ledra, onde estavam a 22 desse mês. Em termos práticos, significa que teriam de ter recolhido os relatos de moradores pertencentes a 90 paróquias em cerca de quatro dias. Este valor contrasta com o registo realizado no julgado de Bragança (onde estão a 16 de dezembro) de cinco paróquias, quatro delas urbanas, em cerca de 13 dias (a 29 desse mês estão em Vinhais).

Esta disparidade torna-se mais clara tendo em conta a cartografia (Fig. 4), como é possível verificar na distribuição das paróquias inquiridas em cada julgado: a paróquia de Santa Cruz, cabeça do julgado de Lamas de Orelhão, encontra-se isolada das restantes paróquias registadas como a ele pertencentes.

4

AS VIAS NO ENTRE-DOURO--E-TÂMEGA, BRAGANÇA E SEUS TERMOS

4.1. OS ANTECEDENTES VIÁRIOS

Muito tem sido teorizado acerca da escassa mobilidade do Homem medieval que, devido aos eventos socioeconómicos que marcaram a Alta Idade Média, se terá confinado à terra na busca da sobrevivência, com os centros de poder a deslocarem-se do mundo urbano para o rural. Mas esta mudança foi paulatina. Desde a entrada de povos exógenos no espaço do Império Romano do Ocidente, ainda no início do século V, aos consequentes reajustes entres estes, cujo ponto alto se verificou com o estabelecimento da «unidade» peninsular sob a autoridade visigótica, sediada em Toledo, seguiu-se a invasão muçulmana de 711 e a consequente presença árabe na Península Ibérica, até ao final do século XV.

Apesar de a reação cristã ter começado a fazer sentir-se logo nas primeiras décadas do século VIII, o avanço para sul foi demorado. Atente-se à cronologia. A presúria de Chaves, realizada pelo conde Odoário, remonta ao ano de 872 (Barroca 2004, p. 183). Lamego, a sul do rio Douro, apenas é conquistada aos muçulmanos, de forma definitiva, por Fernando Magno em 1057 (Barroca 2004, p. 193). No que diz respeito ao espaço geográfico entre estes dois pontos, tudo é incerto devido à escassez de fontes. Daí que estudar as vias transmontanas na Alta Idade Média, seja quase tão imperioso como o objeto de estudo deste trabalho, centrado no século XIII.

Para a reconstituição da rede viária na região, recorremos a um variado leque de bibliografia produzida nas últimas décadas[55]. O mapa que daí resultou (Fig. 5, p. 58) é a junção de vários estudos nacionais, regionais e locais, de forma a apresentarmos o panorama o mais detalhado possível. Do levantamento realizado, refira-se a discrepância entre determinadas áreas do território em análise, no que diz respeito à densidade da rede viária, contrapondo, por exemplo, o vale do rio Corgo, servido por uma densa rede, com áreas de montanha, como a serra do Marão, onde a ocupação pelo Homem apenas se fez sentir com relativa intensidade a partir do século XX.

Outro exemplo é o de Trás-os-Montes Oriental, desde os vales do rio Tua e da ribeira da Vilariça até ao vale do rio Douro. Neste espaço, a densidade da rede viária estaria diretamente relacionada com os diferentes modelos de povoamento, assentes na rede de castros, podendo apresentar, por exemplo, diferenças entre as estruturas defensivas (Lemos e Cruz 2008, pp. 12-13). Apesar de nos referirmos a estruturas e a modelos anteriores à ocupação romana no noroeste peninsular, a ação de Roma terá sido no sentido de adaptação e não de transformação total.

---

[55] São inúmeros os estudos em torno da ocupação romana em território transmontano e que, de forma (in)direta, abordam a rede viária. Tomamos, como principais exemplos, as seguintes obras: Redentor 2019, pp. 155-158; Alarcão 2017, p. 230 e pp. 236-238; Alarcão 2005, p. 14; Alarcão 2004, p. 333; Alarcão 1988a, p. 97; Balsa 2017, pp. 42-47; Carvalho 2017, pp. 320-331; Lima et al. 2015, pp. 58-59; Lemos e Martins 2011, pp. 309-310; Lemos e Martins 2010, pp. 86-90; Lima 2010-2011, pp. 88-89; Lopes 2002, pp. 161-167; Nunes 1997; Dias 1997, pp. 322-323 e pp. 354-355; L. Dias 1996, pp. 31-56; Teixeira 1996, pp. 137-141.

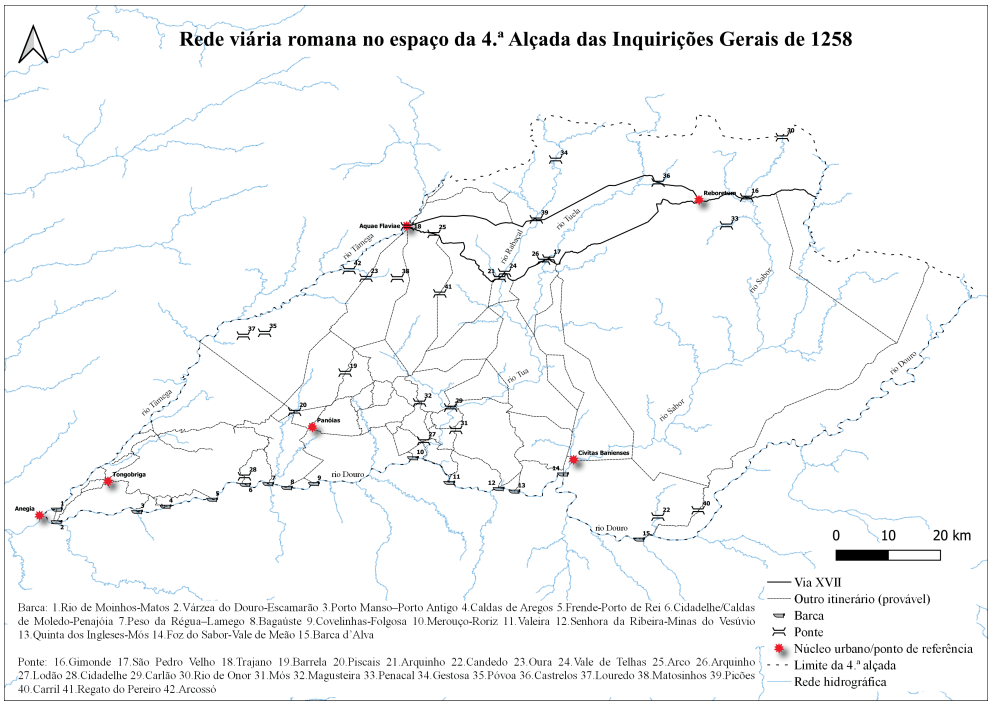


Fig. 5. Rede viária romana no espaço da 4.ª Alçada das Inquirições Gerais de 1258

Dos grandes itinerários identificados por Antonino Pio, apenas a Via romana XVII se enquadra no espaço em análise. Construída com o objetivo de ligar *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta*, cruzava o rio Tâmega em *Aquae Flaviae* através da ponte de Trajano, a partir da qual se dividia em dois ramos. A variante norte, embora menos fiável que a variante sul, tem sido apresentada como um corredor de ligação entre Chaves, Vinhais e Bragança, percurso continuamente utilizado até aos nossos dias. A via cruzaria a veiga de Chaves rumo ao planalto de Monforte, com o intuito de atravessar o rio Rabaçal na ponte de Picões, em Bouçoães (c. Valpaços), seguindo posteriormente para Vinhais e Soeira, onde foi encontrado um miliário, supostamente da época de Augusto (Teixeira 1996, p. 140). Transposto o rio Tuela, seguia para sudeste, onde entroncaria com a variante sul em *Reboretum*, uma das *mansiones* assinaladas nesta via e, atualmente, Castro de Avelãs.

No que diz respeito ao troço sul, são vários os achados arqueológicos que atestam a sua construção. Da ponte de Trajano, a via subia a vertente este da serra do Brunheiro rumo a São Julião de Montenegro (c. Chaves), através da calçada de São Lourenço e da ponte do Arco, esta última de engenho romano, continuando para Vilarandelo, Lagoas e Possacos (c. Valpaços). Entre esta última localidade e Torre de Dona Chama, em Mirandela, são quatro as pontes romanas que, no seu conjunto,

permitiam transpor vários cursos de água, nomeadamente: a ponte do Arquinho, sobre o rio Calvo (c. Valpaços); a ponte de Vale de Telhas, sobre o rio Rabaçal, *Pinetum* na época romana (Carvalho 2017, p. 320) e que na documentação medieval é referida como *Ponte do Mente* (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1270 e pp. 1344-1347); a ponte do Arquinho, sobre o ribeiro do mesmo nome, em Frazidela (c. Mirandela); e a ponte de pedra sobre o rio Tuela.

A partir de Torre de Dona Chama, são vários os miliários que atestam a passagem da via por Lamalonga, Agrochão, Zoio e Carrazedo, onde existe o *empedrado dos Escalões*, em aproximação à ponte de Alimonde, no último troço da variante sul, passando ainda por Formil e Gostei, antes de atingir Castro de Avelãs e unir-se à variante norte. Daqui a Via XVII atravessaria o atual centro urbano de Bragança em direção ao local onde foi erigida a ponte das Carvas (Nunes 1997, pp. 66-70), e, a jusante, à ponte romana de Gimonde (Nunes 1997, pp. 71-75), seguindo posteriormente por Babe, Palácios, São Julião e Vila Meã para, através de Lameiros da Calçada, atingir a margem direita do rio Maçãs, em Porto Calçado. Transpondo o rio, seguia a vertente oeste da serra da Culebra, rumando a norte para Astorga (Redentor 2019, pp. 157-158).

Também os rios foram grandes eixos estruturantes do território em análise, com especial importância para o rio Douro que, além de via de comunicação, foi ainda um forte elemento hierarquizador do espaço (Charlesworth 1926, p. 154)[56].

Apesar destes dois longos traçados assegurarem a mobilidade da «máquina» fiscal e militar romana, foi necessário criar uma rede de estradas de âmbito regional, para servir as populações locais e escoar as produções económicas, com destaque para os minérios. Se em Trás-os-Montes Ocidental (Martins, coord., 2010) o destaque recai sobre o campo mineiro de Jales, para os espaços mais orientais a atenção é dirigida para a serra de Reboredo, em Torre de Moncorvo, ponteada pela exploração do ferro, com os povoados mineiros de Felgar, São Cristóvão de Carviçais, São Pedro de Mós, Cabeços de Mua, Pomar da Carqueja e Vale de Ferreiros (Lopes 2002, pp. 163-164).

À necessidade de conectar as áreas mineiras aos grandes corredores de circulação, juntam-se os centros urbanos como *Tongobriga* (Dias 1997), os castros romanizados, como a *Civitas Banienses* (Lopes 2002, p. 164), na confluência do rio Sabor com a ribeira da Vilariça, cabeça do julgado de Santa Cruz da Vilariça aquando das Inquirições Gerais de 1258 (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1274), ou ainda santuários, como o de Panóias (Sereno e Amaral 1994, e Noé 2011). Estes pontos tornaram-se importantes nós viários, com capacidade de ordenarem o território envolvente, ajudando a desenvolver a rede regional de estradas.

[56] «On the Atlantic coast there was the Durius, which had its source in the far-distant hills around Numantia and flowed nearly due West throughout its course; it was deep and navigable by vessels of large draught for nearly one hundred miles».

Referimos, nomeadamente, a estrada que ligava o troço final do rio Tâmega à região transmontana pela serra do Marão, com destaque para Gondar[57] (c. Amarante), no sopé desta cadeia montanhosa. A partir daqui, e seguindo pela Calçada do Marancinho, transporia o rio Ovelha, no lugar da Rua, na freguesia de Aboadela (c. Amarante), onde na época filipina foi construída uma ponte (Balsa 2017, p. 43). A passagem do Marão não é consensual, mas para Carlos Balsa, esta seria realizada através da encosta do monte do Picoto, passando pelo Penedo Redondo e Fonte do Salgueiro, contornando o alto do Pedrado pelo lado sul até à Lameira e daí, pela vertente sul do alto do Gavião até ao Alto de Espinho, onde se iniciaria a descida para a veiga da Campeã (c. Vila Real) (Balsa 2017, p. 44). Continuando para oriente, a via atravessaria o rio Corgo através da ponte romana de Piscais, onde hipoteticamente bifurcaria. O tramo norte, o mais fiável, passaria por Lamares, Lagares (c. Vila Real) e Balsa (c. Alijó), esta última já no vale do rio Pinhão, subindo pelo vale entre a serra da Preta e a serra do Freixo, por Vila Verde e pelo castro do Pópulo. A partir daqui um acesso faria a ligação a Murça através do castro da Lavandeira (c. Murça) e da calçada e da ponte romanas no vale do rio Tinhela.

Do castro do Pópulo, a via que continuaria para sudeste através da ponte da Magusteira e em direção a Carlão (c. Alijó), entroncaria com a variante sul (Alarcão 2017, p. 230; Alarcão 2005, p. 14). Jorge de Alarcão descreve-a como formando um percurso paralelo à anterior, sendo que rumaria a Constantim de Panóias através da calçada de Torneiros, passando por Sabrosa, Alijó e São Mamede de Ribatua (c. Alijó), localidade onde foi erguida a ponte do Lodão, que permitia a ligação a Carlão (a norte) e à barca no rio Douro (Alarcão 2017, p. 237), entre Castedo (c. Alijó) e Soutelo do Douro (c. São João da Pesqueira). De Carlão, a estrada ligaria a Pombal (c. Carrazeda de Ansiães) e à barca da Senhora da Ribeira, junto ao rio Douro, seguindo para Cabeça Boa, no vale da Vilariça, e, assim, atingir a *Civitas Baniensis*, prosseguindo pela área mineira da serra da Brunheira até atingir o *carril mourisco* (Lima et al. 2015, pp. 58-59), importante via secundária ao longo da margem direita do rio Douro, desde Barca d'Alva (c. Freixo de Espada à Cinta) a Duas Igrejas (c. Miranda do Douro), onde ramificava, ora rumo a Cicouro, onde transporia a atual fronteira com Espanha, ora rumo a Babe (c. Bragança), onde se uniria à Via XVII.

Mas esta não era a única estrada no sentido norte-sul, com o intuito de ligar o vale do Douro ao principal itinerário romano em Trás-os-Montes. Existiriam outros caminhos regionais, sobretudo no vale do rio Corgo, ligando *Aquae Flaviae* à área mineira de Jales e a Panóias, e no vale do rio Tua, sendo as margens deste curso de

[57] Em Gondar confluíam vários caminhos: um de Vila Chão do Marão (Amarante), de Madalena (Amarante), de São Nicolau (Marco de Canaveses) e de Matos (Marco de Canaveses).

água ladeadas por várias estradas que estabeleciam a união entre a Via XVII e os espaços a sul do Douro.

No que diz respeito à travessia do rio Douro, esta era assegurada pela utilização de barcas desde a Antiguidade e do Império Romano (Tabela 3), encontrando-se muitas documentadas na época medieval. Mais à frente abordaremos algumas delas com detalhe.

Todavia, não excluamos do nosso estudo a barca que fazia a passagem em Entre-os-Rios, no porto estratégico da *civitate de Anegia*, na foz do rio Tâmega, como António Lima refere (Lima 2013, p. 186). Esta faria parte de uma variante da via romana que ligaria *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta* (Mérida), que ao invés de seguir para *Tongobriga*, teria *Anegia* e a margem direita do rio Douro como destino. Daqui, faria ligação com a barca, em Várzea do Douro, onde transporia este importante curso de água rumo a Lamego e Viseu.

Tabela 3. Travessias do rio Douro em barcas na época romana[58]

Travessias	Concelhos atuais	
	Margem norte	Margem sul
Várzea do Douro – Escamarão	Marco de Canaveses	Cinfães
Porto Manso – Porto Antigo	Baião	Cinfães
Caldas de Aregos	Baião	Resende
Frende – Porto de Rei	Mesão Frio	Resende
Cidadelhe/Caldas de Moledo – Penajóia	Mesão Frio	Lamego
Peso da Régua – Lamego	Peso da Régua	Lamego
Bagaúste	Peso da Régua	Lamego
Covelinhas – Folgosa	Peso da Régua	Armamar
Merouço – Roriz	Alijó	São João da Pesqueira
Valeira	Carrazeda de Ansiães	São João da Pesqueira
Senhora da Ribeira – Minas do Vesúvio	Carrazeda de Ansiães	Vila Nova de Foz Côa
Quinta dos Ingleses – Mós	Carrazeda de Ansiães	Vila Nova de Foz Côa
Foz do Sabor – Vale de Meão	Torre de Moncorvo	Vila Nova de Foz Côa
Barca d'Alva	Freixo de Espada à Cinta	Figueira de Castelo Rodrigo

[58] Acerca de algumas destas barcas, veja-se Lima 2013, p. 186.

4.2. AS VIAS MEDIEVAIS

No que diz respeito à análise da rede viária medieval no Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos (Fig. 6), deve ter-se em conta que os resultados apresentados são condicionados pela fonte e pela incapacidade em cartografar todos os pontos recolhidos, justificando-se assim, pelo menos em parte, a falta de uniformidade das informações[59]. Atente-se, de partida, a três categorias de informação: as vias *per si*; os pontos de passagem, quer naturais, quer estabelecidos pelo Homem; e as estruturas associadas aos caminhos, sobretudo ligadas a questões económicas e religiosas, não deixando de parte a componente militar.

A descrição dos traçados seguintes é o resultado da articulação destes elementos. Como tal, optamos por apresentar em primeiro lugar as vias a norte, nomeada-

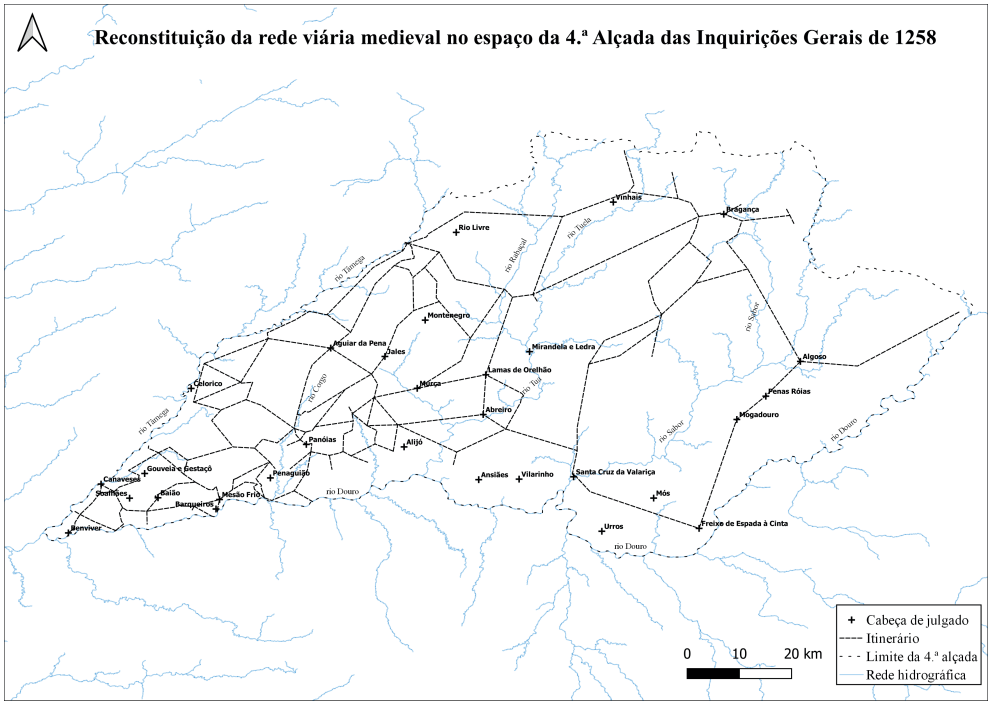


Fig. 6. Reconstituição da rede viária medieval no espaço da 4.ª Alçada das Inquirições Gerais de 1258

[59] A contabilidade dos dados recolhidos, no que respeita a caminhos e a topónimos associados a estes, é a seguinte: na primeira categoria, são 84 as menções, concentradas entre os vales dos rios Tâmega e Pinhão, com a exceção de uma *corredoura* em Bragança, mas cuja localização não foi possível cartografar; relativamente à segunda categoria, são 252 referências, dispersas de forma homogénea entre os vales dos rios Tâmega e Tua, e ainda em Bragança. Em contraste e à exceção de dois topónimos no atual concelho de Miranda do Douro, o espaço ocupado pela bacia hidrográfica do rio Sabor e até ao Douro Internacional não apresenta qualquer informação relativa a caminhos.

mente as variantes existentes entre Chaves e Bragança, cujos traçados terão herdado muito dos seus congéneres romanos. De seguida, ilustraremos os vários eixos que estabeleceriam a ligação entre Chaves e Panóias através dos vales dos rios Tâmega, Corgo e Pinhão.

O terceiro ponto terá o seu foco na importância de Panóias no desenvolvimento socioeconómico e administrativo do vale do Corgo, objetivo tão almejado pela Coroa portuguesa, desde o conde D. Henrique até D. Dinis. Aqui chegariam várias vias oriundas do litoral, e partiam outras rumo a nordeste/este, para o vale do Tua e para Freixo de Espada à Cinta. Por último, descreveremos os caminhos identificados em Trás-os-Montes Oriental e que teriam como objetivo ligar os territórios a norte, como Bragança e a Terra de Miranda, ao vale do Douro, a sul.

4.2.1. Vias entre Chaves e Bragança

Um dos principais trajetos que cruzava Trás-os-Montes era aquele que seguia, em grande parte, a Via XVII nas suas variantes, as quais já tivemos oportunidade de descrever com um elevado grau de detalhe (Fig. 7).

Deixando a urbe flaviense, o caminho que seguia mais a norte passaria pela antiga paróquia de Santo Estêvão de Faiões (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1349), onde existiria

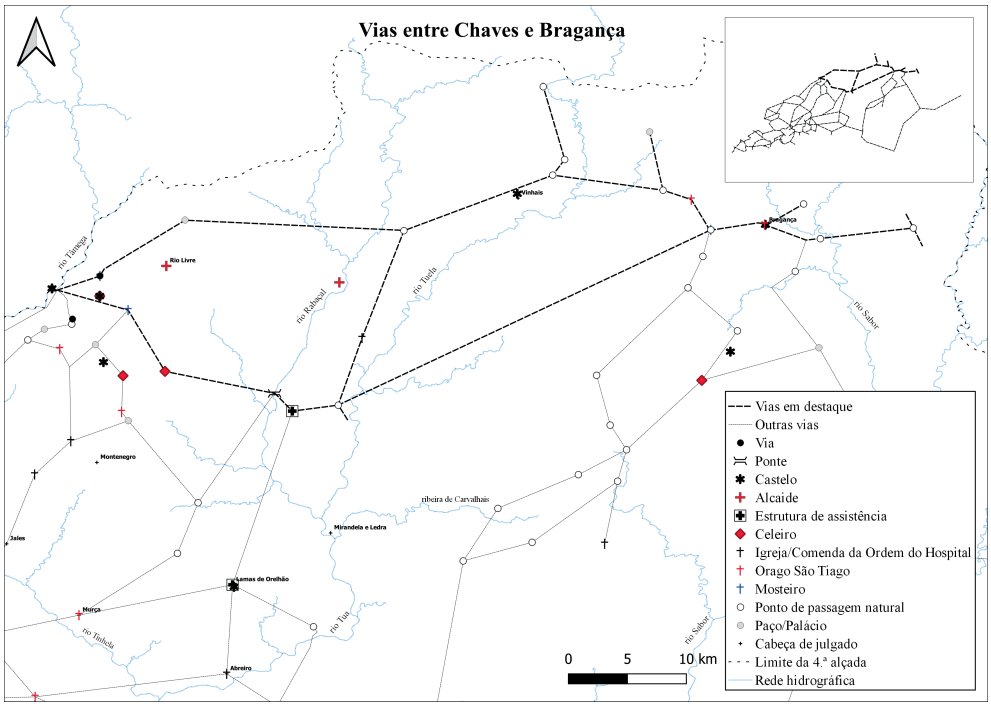


Fig. 7. Vias entre Chaves e Bragança

um mosteiro (p. 1362)[60] e, contornando a serra do Brunheiro, atingiria Paradela (p. 1348). Daqui até São Pedro de Valpaço (c. Vinhais) (p. 1343), a fonte é omissa, sem quaisquer informações, inclusive acerca de pontos de passagem sobre os rios Mente e Rabaçal. Todavia, e seguindo o traçado da Via XVII, a travessia seria feita a jusante da confluência destes dois rios, provavelmente pela ponte romana de Picões (Teixeira 1996, p. 63). Após São Pedro de Valpaço, o caminho seguiria pela margem esquerda do rio Tuela até ao vale de Paço, onde bifurcaria, ora para Moimenta, no termo de Portugal (pp. 1312, 1335 e 1341), ora por Portela (p. 1329) e São Tiago de Lagomar (c. Bragança) (p. 1329), rumo ao Mosteiro beneditino de Castro de Avelãs.

A Castro de Avelãs chegaria outro caminho, percorrendo, *grosso modo*, a alternativa sul da via romana. Da ponte de Trajano, atravessava a veiga de Chaves em direção ao Mosteiro de São Julião de Montenegro (c. Chaves) (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1360), na encosta ocidental da serra do Brunheiro, seguindo posteriormente até à ponte sobre o rio Rabaçal e à albergaria de São Nicolau de Ponte do Mente, atual Vale de Telhas (c. Mirandela) (pp. 1270 e 1344)[61]. De realçar ainda a existência de um celeiro na vila de Ervões (c. Valpaços) (p. 1358). Relembre-se a importância de Vale de Telhas em tempos anteriores, uma das *mansio* da Via XVII e a partir de onde se podia rumar ao vale do Douro, a sul, por Lamas de Orelhão, mas também a São Pedro de Valpaço (freg. Curopos, c. Vinhais), na estrada mais a norte, sem antes passar por São Pedro Velho (c. Mirandela), vila e igreja da Ordem do Hospital (p. 1269), e ainda para leste por Torre de Dona Chama (c. Mirandela), com destino a Castro de Avelãs.

De Castro de Avelãs o caminho dirigir-se-ia para a vila de Bragança, onde encontramos a Igreja de São Tiago de Bragança (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1289), podendo daí tomar a direção para terras leonesas por Vale de Lamas (p. 1338) ou por Vale das Ratas (p. 1290) e Vale de Moinhos (p. 1305).

4.2.2 A circulação entre os vales do Alto e Médio Tâmega, do Corgo e do Pinhão

Chaves, urbe renascida no tempo de D. Afonso III, destaca-se uma vez mais por ser o ponto de chegada e de partida de algumas das estradas que ligavam as terras montanhosas ao vale do rio Douro (Fig. 8).

A principal seria certamente a que, seguindo os vales dos rios Tâmega e Corgo, se dirigia para Panóias por terras de Aguiar. Assim refere Fernando Fernandes Cotovio, morador de Samaiões, ao descrever os limites de um reguengo (PMH: Inq.,

[60] Veja-se Barroca 2013, p. 268.
[61] Sobre a albergaria, veja-se Silva 2017, p. 156.

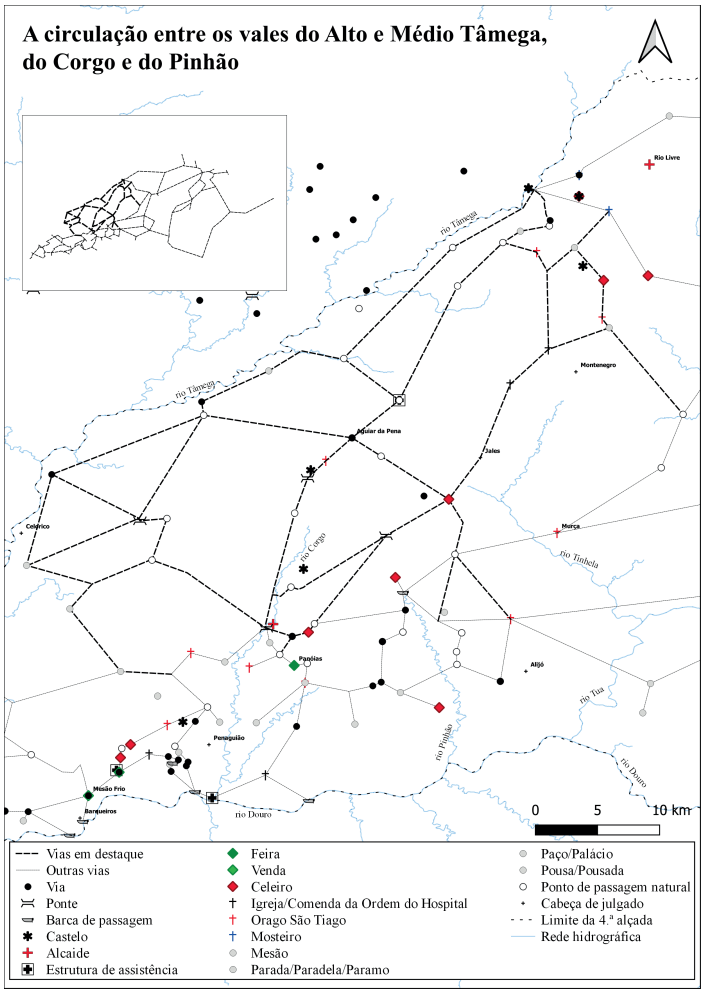


Fig. 8
A circulação entre os vales do Alto e Médio Tâmega, do Corgo e do Pinhão

fasc. VIII, p. 1354)[62]. Como pontos intermédios, esta via passaria por *Coto* em Vilar de Nantes (p. 1353), por Vale de Zirma (p. 1354), por Paradela de Veiga (pp. 1354 e 1362), por São Pedro de Agostém (p. 1362) e por Fornos (p. 1363), rumo à ribeira da Oura, cuja travessia seria feita pela ponte romana (Teixeira 1996, pp. 144-145).

Ultrapassada a ponte da Oura, entrar-se-ia na Terra de Aguiar de Pena (correspondendo, *grosso modo*, aos atuais concelhos de Ribeira de Pena e de Vila Pouca de Aguiar), onde são várias as estruturas que atestam a passagem da estrada pelo vale de Bornes (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1361) e pela portela de Aguiar (pp. 1371-1372 e

[62] «Ffernandus Fernandi Cotouio de Cemaiones […] et inde ad marcum qui stat in carraria que uadit de Clauibus per Aguiar et inde de ipso marco ad aquam de Lago […] ad Felgueyram que uocatur de Loubo et inde penedum qui stat prope ipsam carrariam supradictam».

1377). Em primeiro lugar, encontramos a albergaria em Bornes (p. 1372)[63]. Depois, a *carreira* em *Jugal*, atual Vila Pouca de Aguiar (p. 1354), passando ainda pela Igreja de São Tiago de Soutelo (p. 1373) e por Pontido (pp. 1370 e 1374-1375), diminutivo de *ponte* e um topónimo localizado entre o Castelo de Aguiar da Pena, o centro administrativo e militar do julgado, e Telões. A última referência até Panóias é à portela de Soutelinho do Amésio (p. 1375), ainda no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

Paralelamente existiriam duas alternativas ao percurso principal. Uma delas seguiria o vale do rio Tâmega pela portela de Vilela do Tâmega (c. Chaves) (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1362), transpondo a ribeira de Vidago pela ponte romana existente entre Arcossó e Capeludos (c. Vila Pouca de Aguiar) (Teixeira 1996, p. 143), continuando até à portela de Ola (p. 1362), na serra do Alvão, podendo daí ligar a Bornes de Aguiar, a este, ou continuar para sul, por Parada de Monteiros (pp. 1366-1368 e 1371), até atingir a *carreira* que existia em Ribeira de Pena, no local de Tempora (pp. 1368 e 1371)[64], e o porto de Seixas (p. 1369)[65].

São vários os rumos a seguir a partir de Ribeira de Pena. Para oeste, em direção a Celorico, pela estrada que ligava as duas margens do Tâmega por alturas de Atei (c. Mondim de Basto) com Vila Pouca de Aguiar e a região mineira de Tresminas. De Atei continuaria ao longo da margem esquerda do rio (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1377)[66] até, pelo menos, Paradança (p. 1378). Outro caminho seria aquele que, passando por uma ponte, que julgamos ser a que existe em Travassos (c. Mondim de Basto), e pela portela de Macieira (c. Ribeira de Pena), estabeleceria a ligação com as povoações serranas do Alvão, como São Salvador de Bilhó e São Vicente de Ermelo (pp. 1376-1378), entre outras, aproveitando para tal os corredores naturais de circulação, como o porto do rio Cerdeira (p. 1369). A ligação a Panóias far-se-ia, de forma distinta, por Paço (freg. Ermelo, c. Mondim de Basto) (pp. 1376 e 1378) ou por Lamas de Olo (c. Vila Real), onde existiria uma *pausada de vacas* (p. 1376), sinal da itinerância do gado por terras menos povoadas, mas não completamente isoladas.

A segunda alternativa seguiria o mesmo percurso que a variante sul da Via XVII até São Julião de Montenegro, onde divergia para sul, rumo a Jales, atravessando o atual concelho de Valpaços por Paranhos (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1359), Celeirós (p. 1360), Santiago de Alhariz (p. 1356), Paradela (localidade de onde partiria outra estrada rumo ao vale do Tua) (pp. 1353, 1358-1359), São João de Corveira (p. 1361)

---

[63] Sobre esta albergaria, veja-se Silva 2017, p. 219.

[64] «dixit quod scit quod Fernandus Dominici judex de Aguiar filiauit de hereditate regalenga Regis de Pena in loco qui dicitur Temporaa et dedit eam Fernando de Pena pro ad faciendum carrariam et suis fratribus et non facit inde forum Domino Regi».

[65] Segundo Barroca e Morais 1985/1986, p. 90, este topónimo localiza-se em Santa Marinha.

[66] «primo diuidit cum Atey per Crastrum de Sancto Mamete quomodo uadit dirette ad Tomegam et deinde quomodo uenit de ipso clastro ad petram que uocatur de Feyse que iacet in carraria que uadit pro adTey uertente aqua de una parte et de alia et de alia *(sic)* diuidit cum Ceruia et cum Atey».

e Santa Maria de Tazém (p. 1361). Estas últimas marcam o tramo final do caminho antes de atingir o território de Tresminas, onde encontramos a referência a uma *carreira* (p. 1257). Tenhamos ainda em consideração outro troço, entre São Pedro de Agostém, na veiga de Chaves, e São João de Corveira, com o castro de São Tiago do Monte (p. 1360)[67] e Capeludos (p. 1373) como pontos intermédios, podendo ligar de igual forma a Paranhos. Atente-se que estes topónimos e estruturas estão relacionados com vias.

Esta estrada entroncaria com a oriunda do vale do rio Tâmega a sul de Tresminas, nas proximidades de Alfarela de Jales (c. de Vila Pouca de Aguiar), estando documentada uma serviçaria do rei em Moreira de Jales (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1272 e 1292), podendo o viajante rumar para Panóias através da ponte do Arco (p. 1295)[68] e continuando para sul, pelo vale de Mouçós, ou para oeste, pela portela de São Martinho de Fortunho (p. 1221), no sopé do monte do Castelo, onde se localizava o Castelo de São Cristóvão, até atingir o vale do rio Corgo a montante da atual Vila Real.

Para a ligação ao vale do Douro, as evidências apontam para um possível itinerário por Chão de Asnela (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1258) e por Vale de Perafita (pp. 1292 e 1297), já no atual concelho de Alijó, que daí percorreria a serra do Freixo até São Tiago de Vila Chã (pp. 1259 e 1261), onde entroncaria com a via que ligava Panóias a Trás-os-Montes Oriental, para atingir o rio Douro, podendo ainda divergir para o vale do rio Pinhão, por Vilar de Maçada, onde haveria uma pousada (pp. 1257-1258).

4.2.3. Panóias — centro administrativo e nó viário

De todo o território em análise, Panóias, e o espaço envolvente, destaca-se dos demais. Carmen Silva, na sua dissertação de mestrado, descreve a evolução da região ao longo da Idade Média (Silva 2012). Desde o despovoamento provocado pelas invasões bárbaras e muçulmanas durante a Alta Idade Média até ao foral de D. Dinis, em 1289, foram várias as tentativas feitas pela Coroa para aí instalar uma comunidade (Silva 2012, pp. 16-20)[69], sendo algumas delas visíveis nas Inquirições Gerais de 1258, nomeadamente as de D. Sancho II e de D. Afonso III[70].

---

[67] «Ffernandus Petri andador de Clauibus […] in villa Sancti Jacobi de Monte iacet i canpum regalengum».

[68] «et dixit quod monasterium de Palumbario filiauit hereditatem regalengam Donni Regis in Jalles in loco qui dicitur Arco in tenpore Regis Donni S[ancii] fratris istius». Sobre esta ponte, construída pelos romanos, veja-se Teixeira 1996, p. 87.

[69] Anteriores ao foral de D. Dinis, contabilizam-se: o concedido a Constantim de Panóias pelo conde D. Henrique, em 1096, e a confirmação do seu filho, D. Afonso Henriques, em 1128; a tentativa de D. Sancho II de fundar a Póvoa de Panóias no local de Ponte, freguesia de Mouçós, sobranceiro à ponte de Piscais; e o foral concedido por D. Afonso III, em Santarém, a 7 de dezembro de 1272.

[70] São vários os relatos que mencionam estas tentativas de povoamento: PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1211 – «e sabe quando homẽes quiserõ pobrar a Poboa de Panoijas e de Ponte e que El Reij Dõ S. jrmão deste Reij deu a esses homees os seos Regẽegos e que esses homeẽs dessem a El Rej en cada huu ano dous mil marcos de renda desse regeẽgo e que esses homẽes derõ desse Regeengo entõ a Dõ Vasco Mendiz en Muções por lhis nõ fazer mal e esse regeẽgo he assi como

Uma estrutura importante para o alavancar económico da região foi a feira aí instituída antes de 1196. É desse ano a primeira referência ao dito espaço, que chegou até nós pelo foral de Souto, outorgado por D. Sancho I, ou seja, 100 anos depois do conde D. Henrique ter concedido o primeiro foral a Panóias. Apesar de a localização da feira não ser conclusiva, são vários os documentos que aludem para a sua existência (Cunha 2019, pp. 45 e 328; Rau 1982, pp. 66-67), incluindo as Inquirições Gerais de 1258, começando pelo nome da paróquia aí existente: Santa Maria da Feira de Constantim (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1227-1234).

A Panóias e à feira chegariam e daí partiriam caminhos dos mais diversos lugares. Já tivemos oportunidade de descrever aqueles que, oriundos das regiões a norte, com destaque para Chaves e para a região aurífera de Jales, tinham Panóias como um ponto intermédio na jornada rumo ao vale do Douro (Fig. 9).

Nesse movimento para sul, considerámos duas opções, uma por cada margem do rio Corgo. Aquela que seguia pela margem esquerda, tomaria o rumo de São Pedro de Vale de Nogueiras (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1233-1235) e de São Tiago de Andrães (p. 1235), onde existiria um paço, seguindo pelo carril em São Pedro de Abaças (p. 1242)[71] e por São Miguel de Poiares, comenda da Ordem do Hospital (pp. 1240-1243), até atingir a foz do Corgo, na confluência com o rio Douro, onde existiria uma albergaria do rei, mas da qual ele não recebia *nem migalha*, pois estava na posse dos cavaleiros de Presegueda (p. 1228)[72]. De Poiares sairia um novo caminho rumo à barca que fazia a passagem entre Covelinhas e Folgosa, na margem esquerda do Douro (PMH: Inq., fasc. VII, p. 1094)[73], e daí seguia para Armamar ou Tabuaço.

---

se compeça da Fonte Seca e uaij pelo ribeiro a so pee que he na vinha de Dõ Vasco Mendiz e desse ribeyro contra Arrauães foijj regeẽgo e ora ano filhos de Dõ Meẽ Garçia e nõ fazẽ ende foro al Rej»; PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1222 – «e sabe que todoo regeẽgo que El Reij a en Panoijas que se fossẽ partidos dos Caualeiros e dos clerigos cõ que os El Reij ha que o pobrariã de boamente, mais na medo dos caualeiros e no no pobrã»; PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1233 – «sabe que todo o regeego de terra de Panoijas seeria pobrado se nõ fosse com medo dos caualeiros mais no no ousam a pobrar»; PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1243 – «sabe que a vila de Vilarinho que he no termho d Abaças a que trouxe El Rej Don S. jrmão deste Rej ameijadade por regenga e a meija por foreira quando fazia a pobla de Ponte de Panoijas e ora an a filhos de Nuno Uaasquiz com sa germaidade e nõ fazem ende foro a El Reij desque matou Gonçalo Noniz o juiz Gonçaluinho porque a filharõ pera El Rej e sabe que El Reij Don S. irmão deste Rej outorgou as cartas que auian os homeẽs do regeẽgo por tal preito que lhis ualesse enquanto prouvesse al Rej».

[71] «disse que tem outra peça de regeengo en Abaças de sobrelo Carril».

[72] «e sabe que El Rej filhaua portagem en Foz Corago de toda las cousas que hij uendẽ do que per hj passa pera uender e ora nõ há ende El Rej nemigalha caa defendẽ caualeiros de Parede gueda e seos parentes e oiju dizer a omeẽs que sabiã que a Albergaria que esta en foz Corrago que deuia a seer d El Rej e ora teena os sobraditos caualeijros e El Rej non a ende nemigalha». Silva 2017, p. 220. O autor refere que esta se localizaria na freguesia de Constantim, em Vila Real, mas temos em crer que se situaria na foz do rio Corgo, dando assim apoio à travessia do rio Douro e às estradas que ali convergiam.

[73] «Coira. Item, Dominicus Egee de Coria juratus dixit quod vidit Johannem Sentimiriz, judicem Domini Regis Sancii fratris istius Regis in Hermamar, facere inquisitionem per cartam Regis et cum suo portario super termino de Coria et de Villa Sica, et invenerunt per inquisitionem quod terminus de Coria erat et est per incruziladam de zima de Villa Sica. Et addit quod vidit Johannem Sentimiriz cum bonis hominibus plantare unum padronum de petra in ipsa incruzilada in loco qui dividit carreyra que vadit pro ad Barco et alia carreyra que vadit pro ad Villam Chaam et alia

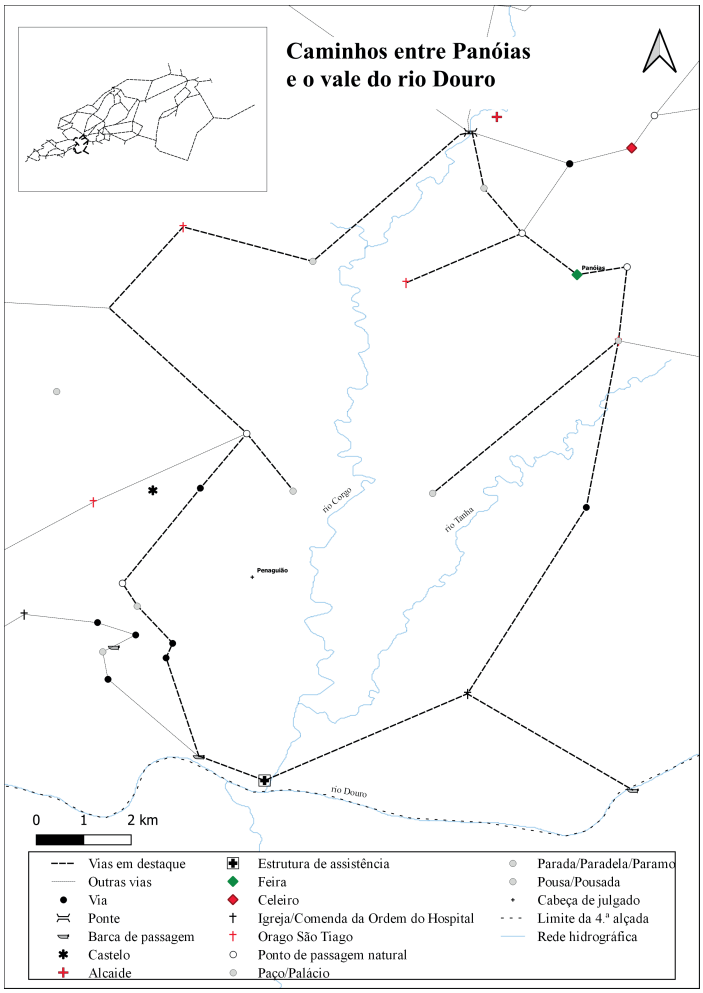


Fig. 9
Caminhos entre Panóias e o vale do rio Douro

Relativamente à variante que seguia pela margem direita do rio Corgo, o caminho passaria pela pousada em Abambres (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1218-1219), rumo à ponte de Panóias, onde faria a travessia do Corgo (pp. 1211-1212, 1228-29, 1237, 1243, 1259, 1265, 1292, 1294, 1296-1297 e 1299), para daí inverter a orientação para sul, passando pela vila de Parada de Cunhos (p. 1251) e por São Tiago de Mondrões (p. 1213) até São Salvador de Torgueda, referida na fonte como *chão de Torgueda* (p. 1217), localidade onde entroncariam duas vias: a que atravessava a serra do Marão por Amarante e a que a contornava pela vertente sul, por Mesão

que vadit pro ad Coyram et alia que vadit pro ad Marmelal, et padron fuit positus in incruzilada de istis carreyris totis in zima de Villa Sica pro partimento et pro termino de Villa Sica et pro termino de Coria».

Frio. A entrada em terras de Penaguião far-se-ia pela veiga de Santa Eulália de Cumieira, à data Santa Eulália de Andufe (pp. 1182, 1207, 1210-1211), subindo a Mafomedes, onde há o registo da existência desta *carreira* (pp. 1181 e 1207)[74], continuando por *Portela da Fontaã* (p. 1210) e por um pousadouro em Sanhoane (pp. 1174 e 1201), hipótese alicerçada pelos topónimos aí existentes. O último troço deste caminho levá-lo-ia até à barca da Régua (c. Peso da Régua), cuja passagem era cobrada pelo bispo do Porto (pp. 1183 e 1208), sem deixar de passar pela *carreira* em Travassos (pp. 1179-1181 e 1205-1206) e pelo carril velho, em Gervide (pp. 1178-1179 e 1205).

Da variante que partia de Constantim pela margem esquerda do Corgo, surgia uma estrada secundária que ligaria Andrães ao vale do rio Pinhão pela *carreira* que servia de limite entre Vessadios (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1250)[75] e Roalde (p. 1238)[76] com o termo de São Martinho de Anta, já no atual concelho de Sabrosa. Continuava depois pela corredoura que passava junto da eira existente em São Martinho (pp. 1236-1238)[77], podendo o viajante rumar para norte, pela *carreira* que partia do reguengo de *Agro Coelhoso* para Vilar de Celas (p. 1253)[78], pelo vale de Saúdel (p. 1256) e Parada de Pinhão (pp. 1231, 1252-53, 1255 e 1259), localidade onde ligaria à via que atravessava todo o espaço em análise, desde as margens do rio Tâmega até aos espaços fronteiriços. De Antas para sul, passaria por Santa Maria de Passos (pp. 1232, 1236-1238, 1247-1248 e 1250-1251) e pelo reguengo de Celeirós (pp. 1249-50).

4.2.4. Vias entre o Baixo Tâmega e Panóias

Por Amarante ou por Canaveses, muitos eram aqueles que viajavam para Panóias desde o litoral (Fig. 10). Aliás, é em Canaveses que encontramos a referência a Pedro *Mercham* (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1145), um possível mercador, apesar da inexistência de uma feira nessa localidade. Todavia, a sua presença não é descabida, pela proximidade à ponte sobre o rio Tâmega (p. 1145)[79], rumando o caminho para

[74] «dixit quod Gunsalvus Monteyro fecit unam vineam in no departimento de Mafomades quod nunquam fuit partitum et filiavit unam quayrelam de villa et plantavit illam et dectavit carrariam per hereditatem quam tenent homines Regis».
[75] «e ouuiu dizer a homeẽs que sabiam que o termho de Roõaldi era pelo marco que see na Eira de San Martinho e como uaj desse áá çerdeyra que esta na carreira antre Anta Vessadiu».
[76] «sabe que quando pobrarõ Raoaldi que partiõ o termho cõ San Martinho pelo marco que esta en a eira uelha de San Martinho e uaj ao Carril uelho hu esta a carualha uelha e estes termhos» e «ouuiu dizer a omeẽs que sabiam que o termho de Raoaldi era de uelho pelo marco que see na eyra uelha de San Martinho e uaij aa Cerdeira uelha que esta na Carreira uelha».
[77] «ouuiu dizer a omeẽs que sabiã e uiron j. marco aa Corredoira que esta sobre Paaços e disse que era y termho de Raoaldi e dessas deuisões e marcos tẽ a jgreia de Paaços».
[78] «disse que o uale que iaz sobre Valadafes assi como parte com Ceydes que era d El Rej e semelhauilmente disse que a seãra de Valadaffes que iaz a par de rregééngo en agro Coelhoso a par de a carreira que uay pera vilar de Selas que era foreiro d El Rey».
[79] João Eanes de Canaveses e Pedro Martins de Canaveses, quando perguntados acerca dos direitos do rei, fazem referência à dita estrutura.

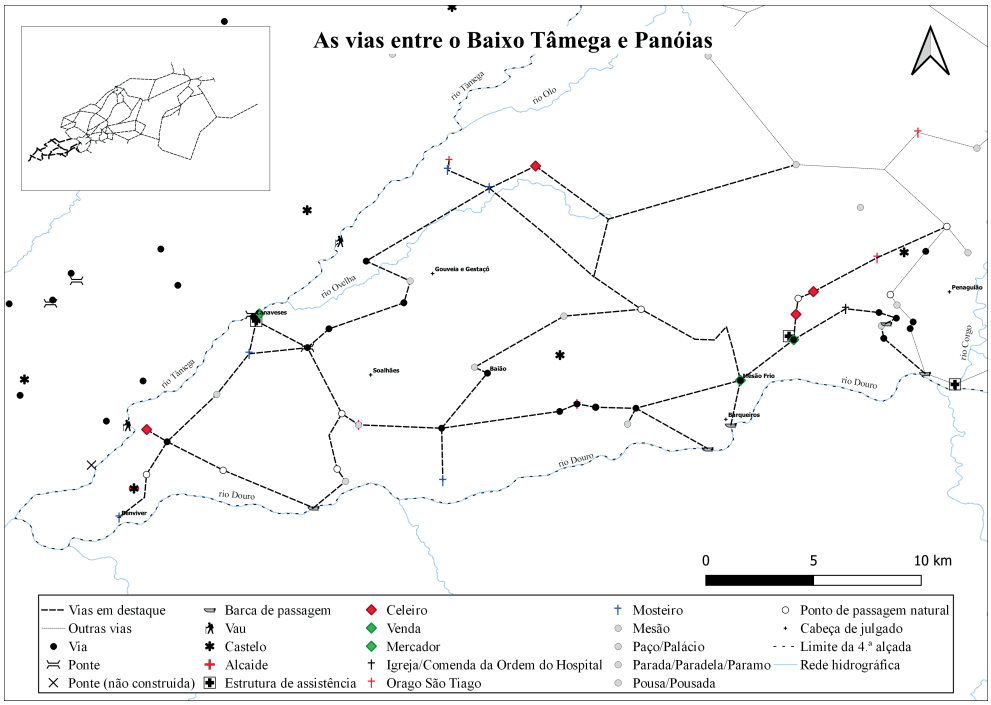


Fig. 10. As vias entre o Baixo Tâmega e Panóias

Gove (c. Baião) (pp. 1161 e 1189). A estas estruturas temos de associar a albergaria aí existente, tida como uma das mais antigas de que há memória em Portugal e à qual a rainha D. Mafalda atribuiu as rendas relativas à portagem de quem passasse a ponte (p. 1145)[80].

Não muito longe desta estrutura encontramos o Mosteiro de São Salvador de Tuías (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1144). Aqui chegariam duas estradas, uma oriunda da ponte sobre o rio Galinhas e outra da ponte de Canaveses, seguindo depois um caminho para o paço de Santa Maria de Rosém (p. 1137) e Lajes (pp. 1138, 1140 e 1143)[81]. Pensamos que este seria um ponto importante na rede viária, pois daqui poderia divergir para o Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo (p. 1384)[82], mas também para o vale de Ariz (p. 1384) rumo ao cenóbio de São João Baptista

[80] «Dominicus Menendi, juratus et interrogatus de omnibus, dixit quod jacet j quairela sub Pousadorio in Geestal. Et dixit quod coutavit albergariam de Canavezes Rex Donnus Sancius». Sobre esta instituição, veja-se Silva 2017, pp. 168-170. No século XII, a rainha D. Mafalda concede a esta albergaria, entre outras rendas, os dividendos relativos à portagem da ponte de Canaveses, provendo-a de fundos económicos com o objetivo de assegurar a sua sustentabilidade.

[81] O mordomo régio tinha o direito de pousar no casal que o Mosteiro de São João Baptista de Pendorada aí detinha (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1140).

[82] «Johannes de Cortes […] molino qui stat in regalengio Domino Regis dant iiij gallinas de foro et x oua et leuat inde Villa Bona Episcopi tercium de isto foro».

de Pendorada (p. 1381) e para a barca de Várzea do Douro. Apesar do silêncio da fonte relativamente a esta passagem do rio Douro, a mesma encontra-se documentada desde a ocupação romana (Dias 1997, pp. 312-314). Um terceiro itinerário com esta origem era aquele que rumava à barca de Mourilhe por Portela (p. 1140), em Sande.

Retornando à ponte sobre o rio Galinhas, daqui também se podia rumar para norte, por Santa Maria de Tabuado (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1145)[83] e, seguindo o vale do rio Ovelha, atingir a Igreja de São João de Pousada (p. 1147). Nas proximidades desta, encontramos a referência a uma *carreira* para o gado na herdade reguenga em Merelhe (p. 1148)[84], construída por Gomes Egas, o que provocava grande dano ao rei (p. 1148)[85]. De Pousada, continuaria pela estrada em Valadares (p. 1185)[86] rumo ao Mosteiro de Santa Maria de Gondar (p. 1151), de onde partiriam, pelo menos, três vias. Uma em direção ao rio Tâmega, passando pelo cenóbio de Santa Maria de Lufrei (c. Amarante) (p. 1151), o qual tinha associado a si três ermidas, incluindo uma dedicada a São Tiago (pp. 1151-1152)[87]. Apesar das informações que apontam para a travessia do rio Tâmega, em tempo romano, a norte de Amarante, entre Gatão e Vila Chã do Marão (Balsa 2017, p. 43), não nos foi possível recolher informação sobre qualquer tipo de estrutura ou outros meios de transpor o rio (Marques 1992, pp. 123-125)[88].

A segunda rumaria para nordeste com o objetivo de atingir Panóias pela via do Marão, através de Santo Isidoro de Sanche, onde o mordomo tinha o direito de comedoria e de guardar a penhora na quintã do rei (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1158)[89], e por São Cristóvão de Candemil, onde o mordomo também tinha o direito de aí pousar e comer (p. 1153)[90]. De Candemil continuaria até atingir o vale da Campeã (c. Vila Real), seguindo o traçado da antiga via romana (Balsa 2017, pp. 43-44), onde se

[83] «Petrus Petri Cabaaso de Canaveses, quondam maiordomus […] Et invenit aliam pezam de regalengo in Rivulo de Gallinis, prope pontem per ubi veniunt de Tavado».

[84] «Gunsalvus Roderici prelatus eijusdem ecclesie […] Et dixit quod homines qui morantur in Pousada qui sunt homines de Martino Johannis de Vinali quod fecerunt carrariam per hereditatem regalengam Regis, et tolerunt illam de sua hereditate, et ista carraria, est de ganatis et est magnum dampnum Regis».

[85] «Menendus Gunsalvi de Travazoo […] dixit quod audivit dicere quod Gomecius Egee fecit carrariam in hereditatem regalenga Regis pro ad ganatos et est dampnum Regis et de jure non debebat ire per illam carrariam».

[86] «Martinus Perez de Varzẽa […] e ouviu dizer a homẽes que sabiã que jaz j peça de regaẽgo en a estrada contra Valadares aa Pedra de Mira».

[87] «Petrus Menendi clericus juratus et interrogatus super Sancta Dei Evangelia si Dominus Rex habebat directum in ipso monasterio vel in Sancta Maria Magdalena ermida de Covelo vel in Sancto Frausto vel in Sancto Jacobo que sunt eccelsie sufranee de ipso monasteris dixit quod nesciebat».

[88] O autor chama a atenção para São Gonçalo de Amarante e para o protagonismo que lhe é atribuído na recolha de bens para a construção da ponte aí erigida, o que terá ocorrido na década de 50 do século XIII.

[89] «Durandus Petri de Bazeyros qui habitat in parrochia Sancti Mametis […] scit quod quintana de Sanchi erat forraria Regis et guardarent ibi pignus quod filiarte maiordomus et darent ei vidam».

[90] «Fernandus Gonsalvi prelatus […] solebat pousare prestamarius in ecclesia de Candimir et Alfonsus Godiniz et Menendus Lagoa deytarunt illum una vice per forciam et nunquam ibi pousavit et dixit quod maiordomus debet comede vidam de foro in ipsa ecclesia».

unia com o caminho medieval que atravessava o Marão no sentido norte-sul, desde terras de Basto, como anteriormente descrito.

Por último, o traçado que acompanhava os rios Fornelo e Teixeira, este último afluente do rio Douro, primeiro por São Mamede de Bustelo, cuja igreja era pousada do rei, mas onde também pernoitava o rico-homem, bem como em São Martinho de Carneiro (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1153)[91], como indicam alguns relatos (p. 1153)[92]. O rico-homem era Estêvão Hermiges de Teixeira, cabeça de linhagem dos Teixeira (Sottomayor-Pizarro 1997, vol. II, pp. 738 e 741-742), que detinha, entre outros bens, a posse da Igreja de São João de Gestaçô (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1165)[93]. A São Martinho de Carneiro chegariam os habitantes da paróquia vizinha de Candemil, aproveitando um corredor natural proporcionado pelo *vale de Geda* (p. 1154)[94]. A passagem para a portela proporcionada pelo rio Teixeira (p. 1154)[95] far-se-ia por Padrões, topónimo localizado na divisória de águas entre os vales do Douro e do Tâmega. Daqui rumaria a São Nicolau de Mesão Frio (c. Mesão Frio) (p. 1167), outro dos pontos nevrálgicos da rede viária em análise[96].

Aqui chegava a estrada vinda da ponte sobre o rio Galinhas, em Canaveses, que no seu trajeto passava pela portela de Carvalho Ventoso (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1161 e 1189), onde bifurcaria, ora por Viadores (p. 1138) e pela portela (p. 1141) e Paço de Gaiolo (pp. 1141, 1161, 1189 e 1385), rumo à barca de Mourilhe (c. Cinfães), onde os homens que fossem em hoste ou anúduva pelo rei não pagavam a passagem (PHM: Inq., fasc. VII, p. 953)[97], ora pela igreja e paço de São Tiago de Mesquinhata

[91] «Fernandus Gonsalvi prelatus ejusdem ecclesie […] et dixit quod Sanctus Martinus de Carneiro quod vidit tenere illam scribano de riquohomine et pousabat ibi riquushomo et modo tenet ecclesia de Geastazoo ipsum Martinum pro sua ecclesia sufraganea».

[92] «Fernandus Gonsalvi prelatus ejusdem ecclesie […] dixit quod riquushomo pausabat in Sancto Mamede de Bostello»; «Menendus Vincencii juratus et interrogatus de patronatus dixit quod nichil ibi habet Dominus Rex quod ipsa ecclesia est pausa de riquohomine»; «Joaninus juratus et interrogatus dixit quod ipsa ecclesia est pousa de Regis et vidit jam pausare ibi riquushominem»; «Dominicus Ermigiz juratus et interrogatus dixit quod scit ipsa ecclesia est pausa de riquohomine et debent dare ei mantens et scutelas in quibus ille comedat et postea ficarent ad ipsam ecclesiam scutelas et mantens ex quando comederit»; «Egeas Petri de Susano juratus et interrogatus dixit quod Dominus Rex nichil habet in ipsa ecclesia est de villanis montariis qui sedent in hereditate foraria Regis […] quod ipsa ecclesia est pousa riquihominis».

[93] «Fernandus Johannis prelatus ejusdem ecclesie juratus et interrogatus si Rex habebat jus in ipsa ecclesia aut in ipsa villa de Geestazoo dixit quod audivit dicere hominibus qui sciebant et per cartas quas inde vidit quas tenet Stephanus Ermigiz de Teyxeyra quod medium de toto Geestazoo quod fuit regalengum et habuerunt illum Reges de tempore imperatoris quod dectavir in regalengum uni militi qui vocatur donnus Eyro quod escusa quam invenit et Rex Donnus Alfonsi sus senex dedit ullum donno Ergigio Egee et modo habent illum sui nepoti et non faciunt inde forum Domino Regi».

[94] «Dominicus Martini […] et dixit quod homines de Candimir intrant in termino de Carneyro in valle de Geda in loco qui dicicut Marco et laborant ipsam hereditatem sine voluntate ipsorum hominum».

[95] «Dominicus Martini juratus et interrogatus dixit similiter et dixit quod Stephano Ermigii de Teygeyra filiavit ipsis hominibus de Carneyro de ipsa hereditate Regis in loco quomodo deze de Portela discunrente ad Carneyrum et dixit quod debebat esse toda Regis de portela ad sopee»; PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1155 – «Martinus Petri de Carneyro […] quod ambulabant laborando in ipso regalengo Regis que jacet sub Portela de Teyxera in termino de Carneyro».

[96] Como já referimos, o vocábulo *mesão* é comummente associado a estruturas de apoio aos viajantes.

[97] «Dominicus Johannis […] dixit quod in villa de Mourili habet Dominus Rex unum casale regalengum et duas focarias forarias Regis. Interrogatus, quod forum faciunt Regi de isto casali regalengo, dixit, quod dant Regi annuatim

(c. Baião) (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1159 e 1187) e por Santa Maria de Gove, término da estrada que procedia de Canaveses. Neste ponto entroncaria com outra via, oriunda de Ancede, dando seguimento ao caminho vindo da travessia existente no rio Douro, em Porto Manso (Lima 2010-2011, p. 86), rumo à portela de Teixeira através do vale do rio Ovil, por Campelo (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1160 e 1188)[98] e Paços de Queimada (pp. 1168 e 1195).

De Gove a Mesão Frio existiriam duas estradas. A romana, que passaria por Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas (L. Dias 1996, p. 42), e outra, a uma cota mais elevada, que passaria por Adrão (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1162 e 1190)[99] e São Tiago de Valadares (p. 1191)[100], pela portela de Fontelas e por Santa Marinha de Zêzere (pp. 1164 e 1191)[101], onde o caminho bifurcava, ora para Mesão Frio, ora para a barca de Porto de Rei (PMH: Inq., fasc. VII, p. 998)[102].

A centralidade de Mesão Frio é reforçada pela proximidade à passagem do rio Douro entre Barqueiros (c. Mesão Frio) e Barrô (c. Resende) (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1165-1166, 1169, 1192, 1194 e 1196)[103], pela *venda* aí erguida (pp. 1167 e 1195) e pelas ações realizadas por D. Sancho I (p. 1195)[104]. Num dos episódios relatados, o monarca é visto entre Mesão Frio e Vila Marim (p. 1196)[105], no caminho «britado», ou seja, destruído ou em mau estado de conservação, o que traria grandes danos à vila de Mesão Frio, mas pela qual Lopo Afonso Gato impelia os viajantes a passarem, certamente para aí cobrar portagem (p. 1196)[106].

---

de foro viiij quartas de vino et j quartarium de pane, et debent dare de foro de ipso casali unum barcum in Dorio pro ad passadum in eos totos homines Regis, qui per ipsum locum venerint sine alio precio, et pro ad passandum omnes illos, qui per ipsum locum fuerint vel venerint ad hostem Regis vel ad suam anuduvam, sine alio precio».

[98] «Gonçalo Veegas de Vilares jurado e preguntado do padro disse semelhavelmente e ouviu dizer a homees que sabiã que apa da carreira de Patelo avia El Rei regeẽgo».

[99] «Pero Soariz abade dessa igreja […] E disse que essa eigreja tẽ vila d Adrã que e toda foreira d El Rey per razõ do regeẽgo que tẽ. Preguntado qual e disse que a terça da herdade que jaz da caireyra velha a juso».

[100] «Lourenço Paez de Fonteelo […] ouviu dizer a Nuno Martinz de Pinheyro que en essa vila de Piheyro jaz j quairela de vinha de regeẽgo na Portela na veẽ pelo caminho de contra Valadares e nõ a ende El Rei ne migalha».

[101] «Paay Paez de Fonteelo […] ouviu dizer a homens que sabiã que en Fonteelo no casal d Arnoya en que ora Meendo Mendiz jaz regeẽgo e jaz na carreira que vẽ de Sancta Mariha pera a vila e nõ ha ende El Rey ni migalha».

[102] «De Portu Regis. Stephanus Petri juratus et interrogatus dixit, quod tota villa de Portu Regis est foraria Regis, excepto uno casali, quod monasterium de Mancelos habet in Portu Regis. Interrogatus, quod forum faciunt Regi, dixit, quod passant de foro in Portu Regis pro animabus Regum omnes illos, qui per ipsum locum venerint, sine precio sive cum bestiis sive sine bestiis. Interrogatus, si habent cartam de isto foro, dixit non, sed habuerunt istum usum semper cum regibus».

[103] Sobre esta passagem, veja-se Lima 2013, p. 186.

[104] D. Sancho I, por saber que Vila Marim e Mesão Frio de Susão estavam na posse de cavaleiros, manda, no primeiro caso, queimar «as casas que fezerõ en Vila Marin e defendeu que as nõ fezessem salvo se quisessem delas tal foro qual dava os que morava en Meygon Frio» e, na segunda ocorrência, por saber «que os homees de Meigõ Frio de jusão fazẽ casas apar de as casas de Meigõ Frio de susão e perde per hi El Rei muito do seu derecto per razõ das vendas que hi tee», proíbe-os de fazer tal coisa.

[105] «Lourenço Anes abbade dessa igreja […] sabe que vẽo El Rei dõ Sancho o velho pela vila de Meigõ Frio e mando queimar as casas que fezerõ en Vila Marin».

[106] «Pero Perez porteiro de Meigõ Frio […] disse que el encontou a carreira per mãdado d El Rey que vay pela herdade de Vila Marin e fez hy parede cõ homees de Meigõ Frio e acharõ a carreira aberta e britarõ o enconto e per esto perdeu

Chegados a São Mamede de Vila Marim, encontramos referências a uma albergaria (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1167 e 1195) [107], a fornos (pp. 1167 e 1195)[108] e a uma estrutura comercial, designada em relatos diferentes como *banca* (p. 1167)[109] e *venda* (p. 1195)[110]. A partir daqui o viajante tinha duas opções. Se pretendesse rumar para norte, em direção a Panóias, teria de o fazer pela portela de Sedielos (c. Peso da Régua) (pp. 1171, 1173-1174, 1198 e 1200-1201) e por São Tiago de Fontes (c. Santa Marta de Penaguião) (pp. 1175 e 1202) até Veiga, onde o seu caminho entroncava com o que ligava a Régua a Panóias. Caso o objetivo fosse o Peso da Régua, teria de tomar o caminho que o levaria por Santa Comba de Moura Morta, local de peregrinação em tempos idos (p. 1206)[111], e pela estrada que ligava Sequeirós a Remezal, por Paredes (pp. 1177-1178 e 1204)[112] e por Paradela (pp. 1176, 1179, 1201 e 1205), num trajeto paralelo ao realizado pelo caminho que, por Penaguião, se dirigia para Panóias, mas a uma cota mais elevada, iniciando de seguida a descida até à barca da Régua.

4.2.5. De Panóias ao vale do Tua e a Freixo de Espada à Cinta

Apesar das dificuldades sentidas na implantação de um povoado com cunho régio, Panóias não deixou de ser um ponto central na estrutura viária medieval. Dos vários traçados passíveis de reconstrução, iremos desenvolver aqueles que se dirigiam para nordeste/este, rumo aos espaços fronteiriços: um por Murça e pelo vale do Tua, e outro por Alijó e pelo vale da Vilariça (Fig. 11).

O primeiro partiria de Panóias aproveitando parte do caminho proveniente de Jales e que passava pelo vale de Mouçós por Laje (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1224, 1230-1231), lugar onde o mordomo pousava (pp. 1230 e 1232), por Pena de Amigo, onde existiria um celeiro no casal em posse de Estêvão de Moles (p. 1224) e pela

---

muito essa vila de Meigõ Frio dos derectos del Rei. Preguntado quen britou esse enconto disse que nõ sabia. E disse que Loppo Gato quis que fossen per essa carreira». Sottomayor-Pizarro 1997, vol. II, p. 902, nota de rodapé n.º 4.

[107] «Lourenço Anes abbade dessa igreja […] E sabe que os homees que veerõ fazer casas na erdade de dõ E. Martinz e de sa irmaidade apar de a albergaria de Vila Marin». Veja-se Silva 2017, p. 214.

[108] «Lourenço Anes abbade dessa igreja […] E sabe que essas casas son grã dano dessa vila d El Rei per razõ das vendas que hy tẽe e dos fornos que ora fezerõ de novo en que cozẽ porque soyã ir cozer aos fornos del Rey e já outra vez quiserõ fazer fornos esses homees de Vila Marin e os homees de Meigõ Frio defenderõ lhis que os nõ fezessem e non os fezerõ».

[109] «Petrus Pelagii de Teeyxeyroo […] dixit sicut prelatus et scit quod has bancas que vocatur regalengas que sunt Regis et modo tenet illas donnus E Martini et sua fraternitas et non faciunt unde forum Regi et posuerunt de novo nomine Entradas».

[110] «E sabe que essas casas son grã dano dessa vila d El Rei per razõ das vendas que hy tẽe e dos fornos que ora fezerõ de novo en que cozẽ porque soyã ir cozer aos fornos del Rey e já outra vez quiserõ fazer fornos esses homees de Vila Marin e os homees de Meigõ Frio defenderõ lhis que os nõ fezessem e non os fezerõ».

[111] «Gonsalo Perez capelam dessa igreja […] E ouviu dizer a omees que sabiã que hua Raynha veo y en romaria e que deu y a meadade dessa vila e dessa igreja e coutou lha per padroes. Preguntado qual Raynha disse que non sabia».

[112] «Johã de Lemos […] sabe que Gil Stevez tẽ j peça regeega apar de esa quintaa de Paredes apar da carreyra que vay do Remesal pera Sequeiros e ora nõ fazẽ ende foro al Rei» e «Johã Perez […] ouviu dizer a omees que sabiã que da estrada que vay de Remesal pera Sequeiros que era termho de Marvã que era todo regeẽgo».

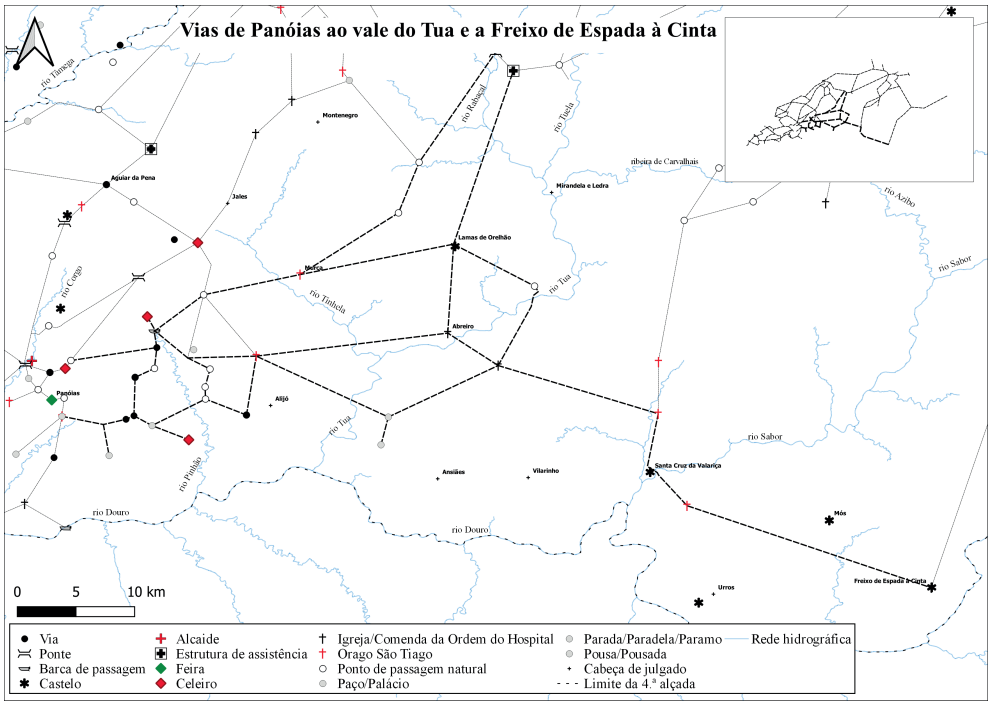


Fig. 11. Vias de Panóias ao vale do Tua e a Freixo de Espada à Cinta

portela de Alvites (p. 1223), onde bifurcaria para Jales ou para Parada de Pinhão (c. Sabrosa), e onde encontramos a referência a uma encruzilhada (p. 1231)[113]. Esta hipótese tem em conta as referências existentes na serra da Azinheira, cuja travessia poderia ser feita, julgamos nós, pelo vale de Saudel (p. 1256) e por Vilar de Celas, onde existiria uma *carreira* com ligação a *Valadaffes* (p. 1253)[114]. De Vilar de Celas, poderia entroncar com a variante sul em São Martinho de Antas.

De Parada de Pinhão a via rumaria a Balsa (c. Alijó) (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1255)[115], topónimo associado a um meio de transporte fluvial, e por onde passa atualmente a Estrada Nacional 15. A montante desta posição existiria uma serviçaria em Fundões (p. 1256), e aceitamos a possibilidade que de Balsa partiria um caminho rumo a Vilar de Maçada, a jusante, que prosseguiria pelos portos de Fermestes

[113] «Gonçalo Meendiz de Jales mordomo […] E disse que ouuiu dizer a omees que sabiam bem que en Vilela auia El Rej regeengo j casal contra Sam Lourenço assi como parte pela encruzilhada que chamã de Parada por esse ribei[ra] a sopee ata a auga de Pinhom».

[114] «Meendinho de San Lourenço […] disse que o uale que iaz sobre Valadafes assi como parte com Ceydes que era d El Rej e semelhauilmente disse que a seãra de Valadaffes que iaz a par de rregéengo en agro Coelhoso a par de a carreira que uay pera vilar de Selas que era foreiro d El Rey». Não foi possível localizar o topónimo *Valadafes*, o que nos leva a crer que se trate de um povoado ermo ou que tenha mudado de designação.

[115] «Meẽ Gonsaluiz de Parada iurado e perguntado disse que sabe que a herdade que Meen Gonsaluiz de Parada e seus filhos e o monasterio de Caramaros han en Quieyres e en Balsa que foi regeẽgo d El Rej».

(p. 1257), de Rio Mau (pp. 1252, 1255 e 1257) e de Cheires (p. 1264), onde convergiria com o traçado sul.

Voltando à via procedente de Panóias. Esta cruzar-se-ia com aquela que ligava Jales ao Douro em Perafita, continuando para oriente até atingir a Igreja de São Tiago de Murça (c. Murça) (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1295), sendo que daqui o viajante podia seguir pela vertente ocidental da serra de Santa Comba, por Vales (c. Valpaços)[116] (pp. 1266 e 1361) e por Veiga de Lila (pp. 1266 e 1360), onde divergiria para Paradela (pp. 1353, 1358-1359) e Santiago de Alhariz (p. 1356) rumo a Chaves, ou em direção a Ponte do Mente (pp. 1270, 1344-1347), no traçado da antiga Via XVII. Outro caminho seguiria de Murça para Lamas de Orelhão, onde está documentada a existência de uma importante albergaria desde os tempos de D. Afonso Henriques (p. 1301)[117], e contornando a vertente oriental da serra de Santa Comba, chegaria a Vale de Telhas, fazendo a travessia do rio Rabaçal mais a jusante. À albergaria de Lamas de Orelhão chegariam os caminhos provenientes do sul, de Santa Maria de Freixiel (c. Vila Flor), comenda da Ordem do Hospital (p. 1268), com a travessia do rio Tua a ser feita a vau entre Vale Verde (c. Mirandela) e Vilarinho das Azenhas (c. Vila Flor) (p. 1302), ou por Abreiro, localidade na posse dos Hospitalários e de onde sairia outro caminho rumo ao vale do rio Pinhão (p. 1301).

No que diz respeito ao segundo caminho, o tramo que fazia a ligação entre Panóias e São Tiago de Andrães seguiria o mesmo traçado que aquele que rumava ao vale do Douro. A partir de Andrães, tomava a direção de Sabrosa pela *carreira* entre Vessadios (c. Vila Real) (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1250)[118] e Anta (c. Sabrosa), confirmada por dois relatos relativos a caminhos, nomeadamente ao *carril velho* (p. 1238)[119] e à *carreira velha* (p. 1238)[120]. Os vocábulos utilizados dizem respeito à mesma estrutura. Realcemos ainda a utilização de marcos espaciais em conjugação com os caminhos, em ambas as descrições, neste caso da eira de São Martinho de Anta e de uma árvore junto ao caminho, como forma de descrever os limites da propriedade.

De São Martinho seguiria para Sabrosa pela corredoura em Santa Maria de Paços (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1238)[121], continuando para leste até ao vale do rio Pinhão.

---

[116] A atual freguesia de Vales corresponde à antiga paróquia de Santa Comba de Monte Orelhão.

[117] «Donnus Adam prelatus eiusdem ecclesie […] audiuit dicere hominibus qui sciebant quod Rex Donnus A[lfonsus] senex dedit ipsam villam [Lamis de Orelam] cuidam fratri nomine Pelagius Falcones qui fecit ibi unam albergariam per mandatum eiusdem Regis et cautauit sibi ipsam albergariam pro sua anima». Veja-se Silva 2017, pp. 155-156.

[118] «Jhoã Martjnz de Paaços […] e ouuiu dizer a homeẽs que sabiam que o termho de Roõaldi era pelo marco que see na Eira de San Martinho e como uaj desse áá çerdeyra que esta na carreira antre Anta Vessadiu».

[119] «Meẽ Johanis de Raoaldi […] sabe que quando pobrarõ Raoaldi que partiõ o termho cõ San Martinho pelo marco que esta en a eira uelha de San Martinho e uaj ao Carril uelho hu esta a carualha uelha e estes termhos».

[120] «Petrus Anes de Raoaldi […] ouuiu dizer a omeẽs que sabiam que o termho de Raoaldi era de uelho pelo marco que see na eyra uelha de San Martinho e uaij aa Cerdeira uelha que esta na Carreira uelha».

[121] «Pero Mendiz de Raoaldi […] ouuiu dizer a omeẽs que sabiã e uiron j. marco aa Corredoira que esta sobre Paaços e disse que era y termho de Raoaldi e dessas deuisões e marcos tẽ a jgreia de Paaços».

Não deixemos de notar a existência do vocábulo «celeiros» (pp. 1249-1250), que identificamos como sendo Celeirós, povoado de Vilarinho de São Romão (c. Sabrosa), onde poderia existir uma estrutura de armazenamento.

A travessia do rio Pinhão seria realizada nas proximidades de Cheires, aproveitando o vale aí formado por uma pequena ribeira (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1264)[122] para subir ao planalto de Favaios, onde encontramos a referência ao vale da Corredoura (p. 1255)[123], seguindo para Vila Chã, onde se juntaria ao caminho proveniente de Jales, pelo menos até Paradela (c. Carrazeda de Ansiães) (pp. 1254, 1261, 1265, 1272-1273 e 1296), podendo infletir para o rio Douro por Parambos (pp. 1249, 1273 e 1296). Poderia prosseguir ainda para norte até Freixiel, para depois continuar em direção ao vale da Vilariça, mais em concreto para São Tiago de Junqueira (c. Torre de Moncorvo) (p. 1276), Santa Cruz de Vilariça (p. 1274)[124] e à paróquia de São Tiago de Torre de Moncorvo (p. 1275), e daí até Freixo de Espada à Cinta (c. Freixo de Espada à Cinta), que no reinado de D. Sancho II seria propriedade da Ordem do Hospital (p. 1278)[125], e cujo castelo fazia parte da primeira linha de defesa contra possíveis incursões armadas.

4.2.6. A circulação em Trás-os-Montes Oriental

No que diz respeito aos traçados que passaremos a descrever, chamamos a atenção para a vila de Bragança, no limite norte da região em análise, destino de duas estradas de conhecida importância regional, devido à sua função de ligar os dois extremos de Trás-os-Montes Oriental, uma pelo vale da ribeira da Vilariça e do Azibo, outra seguindo paralelamente ao rio Douro, na faixa fronteiriça (Fig. 12).

O trajeto ocidental tinha início no povoado de Santa Cruz da Vilariça e seguia paralelo à ribeira da Vilariça, passando por Junqueira e Lodões[126] (c. Vila Flor) (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1276), cujas igrejas tinham São Tiago como orago. Na aproximação à serra de Bornes, o caminho tomaria a direção de Vale de Asnes (c. Mirandela) (pp. 1266-67, 1270-71 e 1276), ultrapassando a divisória de águas entre o vale do rio Tua e o vale do rio Douro. Aqui o caminho bifurcaria, sendo que ambos voltariam a unir-se em São Geraldo de Santa Comba Nova ou Santa Combinha, onde encontramos a referência ao Vale de Palácio (p. 1311), referindo-se provavelmente

[122] «Pero Pirez de Fauayos […] disse que sabe que os vales de Cheẽyras assi como uay ao lonbo de Cervada que era regeẽga d El Rey e que a uiu laurar por El Rey perguntado quẽ nas tẽ disse que nõ sabia».
[123] «Martim Ferreiro de Souto Mayor […] e uaj a enproõ auga vertente ata a foz do uale da Corredoyra». Este relato é substanciado pelas declarações de Pero Mendes de Cabeda e por Pero Martins de Vilar de Maçada (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1258).
[124] Este povoado situava-se num monte sobranceiro à confluência da ribeira da Vilariça com o rio Sabor e era cabeça de julgado aquando das Inquirições Gerais de 1258.
[125] «Petrus Martinj […] scit quod homines de ipsa villa mandauerunt Ospitali de hereditate de ipsa villa pro suis animis in tenpore Regis Domnj S[ancii] fratris istius».
[126] Tanto Junqueira como Lodões faziam parte do termo de Santa Cruz.

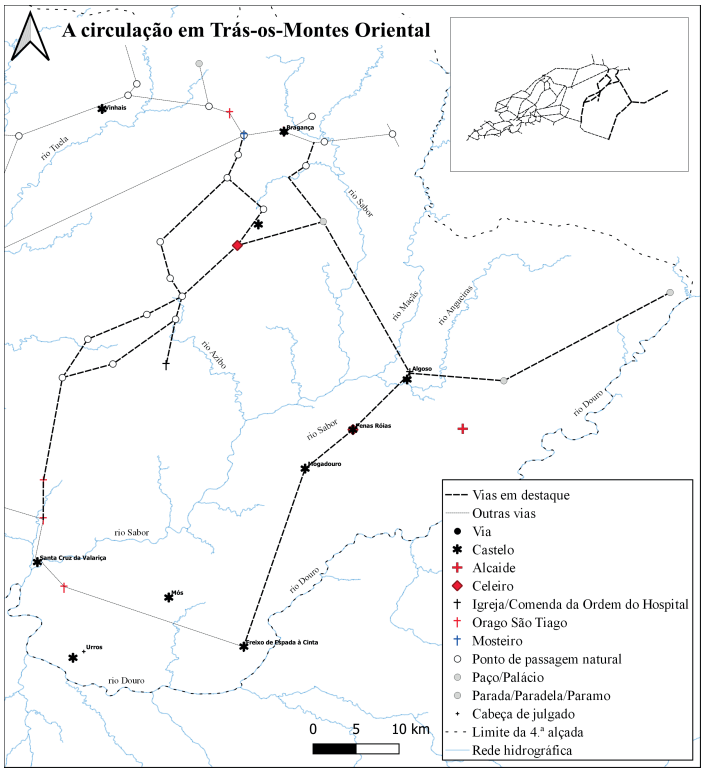


Fig. 12
A circulação em Trás-os-Montes Oriental

ao acidente geográfico provocado pelo rio Azibo. A primeira alternativa seguiria por São Nicolau de Vale de Cortiços (pp. 1266-67, 1270-72 e 1307) e circundaria a serra do Facho pelo sul, continuando por Vale de Prados (pp. 1310-11 e 1324), enquanto a segunda alternativa teria como pontos intermédios a paróquia de Santa Maria de Vale Benfeito (pp. 1272 e 1307) e Vale da Porca (pp. 1310 e 1314)[127], onde chegaria um caminho desde Malta (p. 1316), povoado situado numa das vertentes da serra de Bornes, cuja igreja e vila estariam na posse da Ordem do Hospital. Todavia, não foi possível continuar a reconstituição deste percurso por falta de informações, mas cremos que daqui seria possível chegar a Castro Vicente, junto ao rio Sabor, e eventualmente a Mogadouro.

De Santa Combinha partiriam dois percursos para norte até Bragança. O primeiro seria a via principal e teria como pontos de passagem o povoado de Moredo (c. Bragança), onde Nuno Martins de Chacim terá construído um celeiro de pão (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1311) e de onde podia divergir um caminho para Parada de Infanções (unindo-se à via procedente de Algoso) (pp. 1290, 1303-1305),

[127] Aqui foi criado o sobrinho de Nuno Martins de Chacim, o qual tinha direito de aí pousar.

continuando por Vale Verde (p. 1338) e pelas veigas de Rebordãos (p. 1290) e de Tourões (p. 1325), e por São Paio de Nogueira (p. 1321), até atingir o Mosteiro de Castro de Avelãs e daí dirigir-se para Bragança. O caminho alternativo passaria por Azibeiro (p. 1310) e Bousende (p. 1311), voltando a unir-se ao traçado principal em Rebordãos (p. 1325).

Relativamente ao trajeto oriental, são poucas as referências que nos permitem fazer a sua reconstituição exata. Todavia, sabemos que este acompanharia o rio Douro pela margem direita, desde Barca d'Alva (c. Freixo de Espada à Cinta) até ao planalto mirandês, sendo que em determinados tramos do percurso confundia-se com a estrada que ficou conhecida como *carril mourisco* (Lima et al. 2015, pp. 54-79), no trajeto que este efetuava pelo atual concelho de Freixo de Espada à Cinta e pelas Terras de Miranda.

A fonte diz-nos que, por ação régia, terá sido mandado construir um celeiro em Penas Róias (c. Mogadouro) (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1279)[128], cuja vila, igreja e castelo eram propriedade da Ordem do Templo (p. 1279). A norte encontramos o Castelo de Algoso (c. Vimioso), que à época era comenda da Ordem do Hospital (p. 1280) e de onde partia a estrada com destino a Bragança, passando por Parada de Infanções (c. Bragança), Veiga (p. 1288) e Vale de Ratos (pp. 1287 e 1290). A localização estratégica de Algoso tinha como objetivo controlar a ponte de passagem entre o vale do rio Sabor e as terras a sul, para o planalto mirandês, função acentuada pela falha geológica aí existente, que impele o rio Maçãs e a ribeira de Angueira a alterarem bruscamente a sua orientação, deixando ambos de correr no sentido norte-sul para o fazerem na direção este-oeste. De Algoso a terras leonesas, o caminho passaria ainda por Palaçoulo (c. Miranda do Douro) (pp. 1280 e 1283) e por Paradela (pp. 1281-1284), cujas vila e igreja eram propriedade do arcebispo de Braga, um testemunho da sua influência em terras tão periféricas relativamente ao centro da arquidiocese.

Devido à rarefação de pontos referidos na fonte para Trás-os-Montes Oriental — quando comparado com outras áreas do espaço em análise — os itinerários apresentam pouco rigor na sua reconstituição, traduzindo-se cartograficamente em longas linhas retas. Para reconstituirmos a provável rede viária com um maior grau de exatidão, realizámos um novo mapa analítico utilizando como suporte a 1.ª edição da *Carta Corographica de Portugal* à escala 1:100 000, nomeadamente as folhas 9 e 6, publicadas em 1900 e 1904, respetivamente[129].

---

[128] «Donnus Vincencius de Mugadoyro […] quod scit quod Pena Roya fuit Domnj Regis et scit ibi anbulare Maiordomum Domni Regis et facere ibi celarium Domni Regis».

[129] O interesse desta base cartográfica, levantada nos finais do século XIX, é incluir a rede viária anterior à revolução dos transportes motorizados e à implementação das correspondentes infraestruturas.

Fig. 13. Rede viária em Trás-os-Montes Oriental no século XIII

Iniciámos este processo decalcando os caminhos figurados na *Carta* para, na fase seguinte, procedermos à sobreposição das nossas informações no rascunho: as referências recolhidas nos textos da 4.ª Alçada, exclusivamente respeitantes a estradas e caminhos, como pontes, albergarias ou topónimos viários. O resultado obtido (Fig. 13) ilustra o que julgamos serem os principais itinerários em Trás-os-Montes Oriental em meados do século XIII.

Realizámos outro exercício, no julgado de Algoso, com o objetivo de observar, com o maior rigor possível, a rede viária neste espaço, não só no que diz respeito aos caminhos principais, mas também aos itinerários complementares. Para tal, recorremos aos topónimos presentes na 4.ª Alçada, bem como a diferentes tipologias

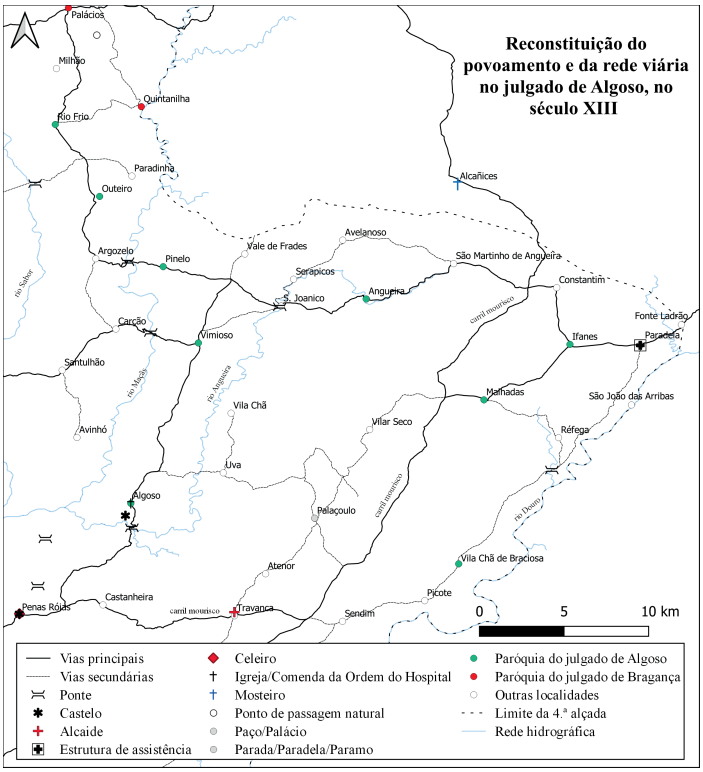


Fig. 14
Reconstituição do povoamento e da rede viária no julgado de Algoso, no século XIII

documentais e vestígios arqueológicos, como é o caso das pontes e do *carril mourisco* (Lima et al. 2015) (Fig. 14).

Do levantamento que daí resultou, podemos identificar uma multiplicidade de caminhos, que ligariam os pequenos povoados entre si, mas também aos principais aglomerados do julgado. Tenhamos em conta que Miranda do Douro foi fundada por D. Dinis, cuja carta de foral remonta a 1286. Por esse motivo, os principais eixos viários não convergiam para o local da futura vila, mas sim ora para Algoso e Vimioso, servidas por várias pontes que permitiam a passagem segura sobre os rios Sabor, Maçãs e Angueira, ora para as paróquias mais interiores do atual concelho de Miranda do Douro, como Palaçoulo e Genísio.

Seriam três as vias principais. A primeira, oriunda de São Julião de Palácios (c. Bragança), passaria por Milhão, Rio Frio e Outeiro — onde D. Dinis, anos mais tarde, mandaria erguer um castelo (Oliveira 2021) —, até atingir Argozelo (c. Vimioso), bifurcando para este rumo à ponte «velha» de Pinelo, sobre o rio Maçãs. Daí seguia para São Joanico, onde encontramos outra ponte, não sem antes passar por uma encruzilhada, ligando a Vale de Frades e a Vimioso. Em São Joanico convergiriam uma série de caminhos, dado ser um dos pontos de passagem do rio Angueira, com o principal a rumar

a Angueira (São Cipriano) (c. Vimioso) e a São Martinho de Angueira (c. Miranda do Douro) — aqui chegaria a variante norte oriunda de São Joanico, que passava por Serapicos e Avelanoso. A seguir a São Martinho cruzava-se com o *carril mourisco*, seguindo depois por Constantim e Ifanes, onde se juntava com o caminho de Malhadas, e por Paradela, onde está documentada uma albergaria desde meados do século XII (Silva 2017, p. 239).

A segunda ligaria Mogadouro e Penas Róias a Algoso e Vimioso, conectando os vários castelos que asseguravam a defesa da região. A Vimioso chegaria outra via vinda de Izeda e Santulhão, onde transpunha o rio Sabor por ponte, e por Carção, onde encontramos outra ponte, desta vez sobre o rio Maçãs. Ainda de Penas Róias sairia outro caminho para este, bifurcando com o *carril mourisco* entre Travanca (c. Mogadouro) e Sendim (c. Miranda do Douro), e que corria em paralelo, cruzando todo o espaço sem passar pelo interior dos núcleos populacionais, mas unindo toda a rede de caminhos entre si. Uma vez em terras leonesas, o *carril* serviria o Mosteiro de Alcañices, juntando-se mais a norte com a via que, oriunda de Bragança, tinha o vale do rio Tera, Benavente e Astorga como objetivos vários.

Quanto às vias secundárias, destacamos aquela que tinha origem no *carril mourisco*, perto de Travanca, e que entraria no atual concelho de Miranda do Douro rumo a norte por Atenor, seguindo por Palaçoulo, Vilar Seco, Genísio e Malhadas, não sem antes se cruzar novamente com o *carril*. De Malhadas ligaria a Ifanes ou a Réfega, nas proximidades do vale do rio Douro, até se juntar a outro caminho que, oriundo de Bruçó (freg. de Mogadouro e limitante com Freixo de Espada à Cinta) e que seguia uma trajetória paralela ao rio Douro, entraria em Miranda do Douro por Sendim, seguindo por Picote, Vila Chã de Braciosa e por São João das Arribas, para se unir ao caminho principal em Paradela.

4.3. A ASSISTÊNCIA

Paralelo ao estudo da rede viária, temos também de ter em conta aqueles que dela se serviam, independentemente do seu estatuto ou função social, e as estruturas que serviam de apoio às suas deslocações ou os serviços a que muitos estavam obrigados para com os senhores locais ou para com o oficialato régio.

4.3.1. Os serviços associados à assistência

Os serviços mais importantes relacionados com a assistência seriam a aposentadoria e a comedoria. Aliás, a questão da aposentadoria e o seu impacto na sociedade medieval portuguesa têm recebido uma ampla atenção por parte da historiografia portuguesa. Humberto Baquero Moreno, ao analisar a questão dos marginais no Portugal medievo, atribui à aposentadoria, que visava beneficiar as classes privilegiadas, o papel de catalisador dos problemas que afetavam os grupos sociais mais desfavorecidos (Moreno 2005, p. 99).

A partir do século XIII, a Coroa começa a dar mais atenção a esta questão, que foi ganhando força, sobretudo no século XIV, a partir do momento em que o Povo passa a ter representação nas Cortes (Monteiro 2012, pp. 100-102), dando maior visibilidade ao problema, ao queixarem-se frequentemente dos abusos que sofriam dos pequenos e grandes senhores, mas também do rei, do seu séquito e daqueles que compunham a «máquina» régia. Ouvidos os protestos, os monarcas começaram a impor limitações àqueles que usufruíam de tal direito e compensações a ser pagas àqueles que eram obrigados a cumpri-lo, bem como a ordenar que os viajantes pousassem nos alojamentos construídos para o efeito e, caso tais estruturas não existissem ou não tivessem as condições necessárias para desempenhar a sua função, mandava que fossem erguidas ou reparadas (Gonçalves 1988c, p. 143). Às queixas protagonizadas pelos concelhos e pelas populações locais, juntavam-se as das instituições religiosas (Monteiro 2012, pp. 101-102)[130].

Foi possível identificar 123 referências ao direito de aposentadoria, que correspondem a 61 pontos no mapa, enquanto para a comedoria contam-se 317 registos, equivalentes a 130 pontos. Espacialmente, são raras as referências cartografadas a leste do rio Tua (Fig. 15).

Quanto à aposentadoria, refiram-se três casos: o direito que um rico-homem detinha em Alagoa (c. Vila Flor)[131]; o caso da vila régia de Vale da Porca (c. Macedo de Cavaleiros), onde o sobrinho e escudeiro de Nuno Martins de Chacim foi criado, com o pároco local a relatar aos inquiridores os abusos perpetrados pelo fidalgo, pousando na vila, fazendo mal aos homens locais e forçando-os a fazer *serviço* (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1314)[132]; e o privilégio que os juízes de Bragança detinham na vila de Travanca (c. Vinhais), onde lhes eram conferidos os direitos de aposentadoria e de comedoria (p. 1286)[133]. Exemplos como o de Travanca, em que ambos os serviços eram concedidos em simultâneo, não é único, contabilizando-se 42 casos, tendo sido possível localizar e cartografar 38 locais. A imposição de comedoria a leste do Tua é ainda visível em Santo André de Tuizelo (c. Vinhais), onde a igreja teria de prestar

[130] A autora dá-nos como exemplos os pedidos de isenção que os monges do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, repetidamente, submetiam aos monarcas, bem como as reclamações feitas pelo Mosteiro de Santa Maria de Semide a D. Duarte, como consequência do desrespeito demonstrado pelos juízes da cidade de Coimbra à isenção de pousadia que as freiras desse cenóbio possuíam.

[131] Como exemplos, vejam-se PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1274 – «Gonsaluus Godinj de Sancte Cruce […] audiuit dicere hominibus qui sciebant quod due partes de villa Lagoa erant forarie Domni Regis et pausabat ibi riqus homo» e PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1277 – «Stephanus Dominicj de Junqueira […] audiuit dicere hominibus qui sciebant quod due partes de lagoa fuerunt regalenga Domni Regis et scit ibi pausare riquushomo». Veja-se ainda Costa 2016, p. 85, nota de rodapé 356.

[132] «Johannes Martinj prelatus eiusdem ecclesie […] quod Nunus Martinj de Chasjn dedit ad nutriendum suum soprinum in villa de Valle de Porca que est tota foraria Donni Regis in tenpore Regis Donnj S[ancii] fratris istius et ipse suus soprinus est iam scutifer et uenit pausare in ipsa villa et facit malum hominibus et ipsi homines faciunt sibi seruitium per forciam».

[133] «Petrus Petri judex de Bragancia […] quod terciam de Trauanca fuit foraria Donni Regis et vidit ibi pausare judices de Bragancia et dabant inde eis ad comedendum».

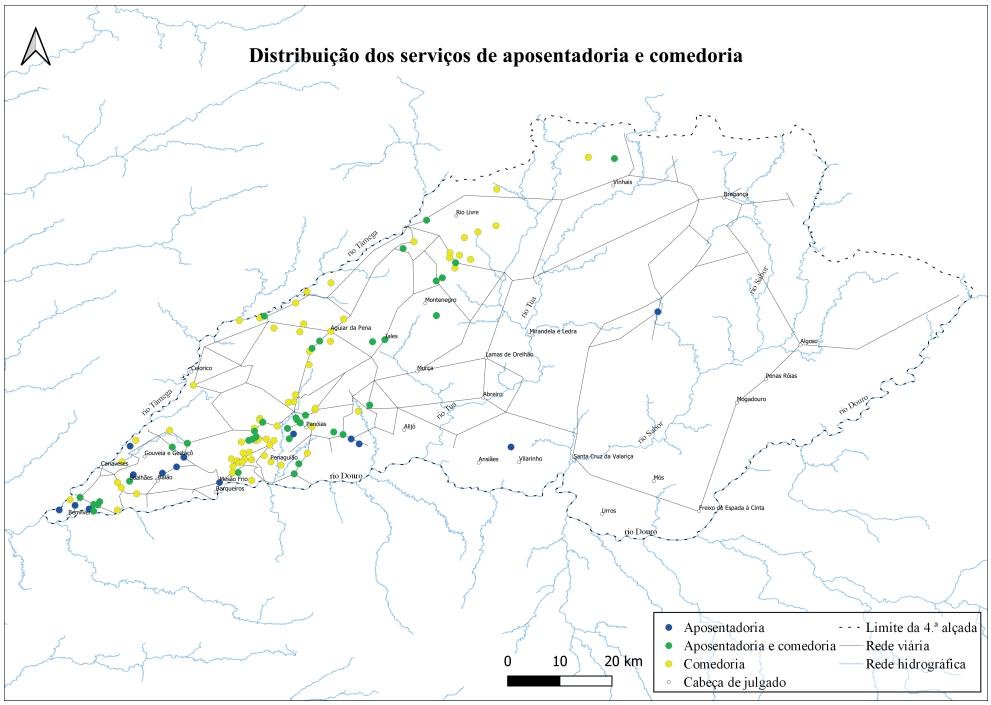


Fig. 15. Distribuição dos serviços de aposentadoria e comedoria

o serviço ao mordomo três vezes ao ano, caso o rico-homem dele não usufruísse (p. 1344)[134]. Todavia, tal não era cumprido (p. 1344)[135].

Porém, encontramos uma realidade diferente na margem ocidental do Tua. A norte a aposentadoria não apresenta uma grande densidade, estando sempre associada ao serviço de comedoria. O mesmo não se pode afirmar relativamente às áreas entre os vales do rio Pinhão e do rio Tâmega, nos seus tramos finais, onde é possível verificar uma distribuição mais homogénea, apenas interrompida pela serra do Marão. As maiores concentrações registam-se nas áreas de influência dos Mosteiros de Santa Maria de Vila Boa do Bispo e São João Baptista de Pendorada, e no vale do Corgo, no núcleo do julgado de Panóias.

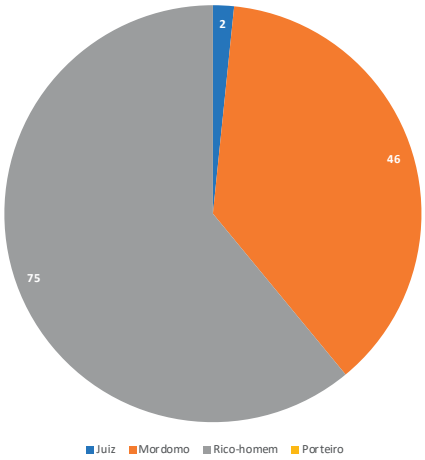
Quanto à implementação do serviço de comedoria, é notável a sua associação relativamente à aposentadoria, mas sobretudo o aumento significativo registado nos julgados de Panóias e de Penaguião, mas também a norte, nos julgados de Aguiar, de Jales, de Montenegro e de Rio Livre. Note-se ainda a existência de uma referência

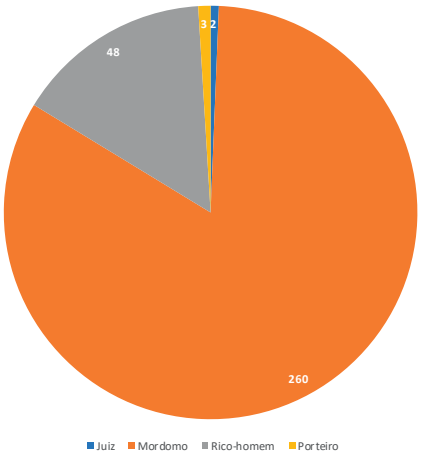
[134] «Martinus Pelagij de Luzedo traspasandi […] ipsa ecclesia [Sancti Andre de Luzedo] dabat i morabitino Domino Regi et uidam uice in anno riquohomini et si ibi riqushomo non fuisset dabat iij uices in quolibet anno prestamario aut maiordomo qualiscumque ibi uierit».

[135] «Valascus Roderici […] de villar de Torroselo quod nescit inde migala et ecclesia quod non dat ad comendendum prestamario ergo ij Uices in quolibet anno».

em Paradança, no julgado de Celorico. Verifica-se ainda um corte total entre a região de Canaveses e de Amarante com Panóias, justificado mais uma vez pela serra do Marão, mas também pela escassez de informações no julgado de Baião, que apresenta apenas uma menção.

Mas quem usufruía destes direitos? Antes de mais, temos de ter em conta que os dados em análise incluem diferentes relatos de diferentes indivíduos, mas incidindo sobre um ponto em concreto. Exemplo disso é o que se verifica no lugar de Eira, na paróquia de Santa Maria de Louredo, julgado de Panóias, sendo os seus beneficiários o mordomo e o rico-homem (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1210-1212 e 1230).





Figs. 16 e 17. Número de ocorrências relativas à prestação do serviço de aposentadoria e comedoria no Entre--Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, em 1258

Se relativamente à aposentadoria (Fig. 16) a figura principal é o rico-homem com 75 menções, equivalente a 61% das referências, seguido do mordomo com 46 (37%), esta situação inverte-se no que diz respeito à comedoria, com o mordomo a ser referido em 260 relatos (83%) e apenas 48 alusões ao rico-homem (15%). Esta discrepância poderá estar relacionada, no que diz respeito ao direito de aposentadoria, pela itinerância a que a nobreza local estava obrigada, de forma a melhor administrar e aproveitar os seus domínios.

Relativamente ao serviço de comedoria (Fig. 17), já referimos o aumento substancial de referências e de locais onde este serviço era imposto, sobretudo quando comparado com a aposentadoria. É natural que assim fosse, já que os mordomos viviam nessas áreas, assegurando o garante dos homens que desempenhavam estas funções. Mas seria eficaz? Por um lado, se o fosse, não teria

efeitos práticos, pois o património régio era, permanentemente, prejudicado pela incúria e ganância dos seus próprios oficiais (Trindade 1979, p. 73), muitas vezes associados aos senhores locais (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1215)[136], dada a autonomia que detinham, potenciada pela fraca presença do rei no território em análise. Por outro, não faltam nas Inquirições relatos de situações que atestam os perigos inerentes a este cargo, com inúmeras descrições de ameaças a mordomos (p. 1214)[137], algumas relatadas na primeira pessoa (p. 1213)[138], ou mesmo de casos em que são feridos (p. 1213)[139] ou mortos (p. 1210)[140] no cumprimento das suas funções. De tudo isto o rei sofria grande agravo, por não ver os seus direitos e a sua autoridade respeitados[141].

Por último, tenhamos em conta a relação entre os locais onde eram prestados ambos os serviços relativamente aos caminhos (Fig. 15), sendo possível concluir que havia uma estreita ligação entre estes e a aposentadoria e a comedoria, garantindo assim a existência de pontos de apoio ao longo do território, quer para membros da nobreza, quer para oficiais régios.

4.3.2. As estruturas tradicionais de apoio

Temos vindo a comentar os mecanismos de apoio que a nobreza, o rei e os seus oficiais usufruíam durante as suas deslocações. Todavia, esta era apenas uma face do sistema, pois nem todos tinham direito a usufruir dos serviços de aposentadoria e de comedoria.

---

[136] «Martim Johanes d Outeiro […] ouuiu dizer a omẽes que sabiã e a seus auoos e a seu padre que a terça parte da vila de Loordelo era d El Rej e uyu ende leuar o pam ao mordomo pera o senhor da terra e ora ano filhos de Don Gil Vaasquiz e nõ ha ende El Rey saluo iij quarteiros de pã»; PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1216 – «Duram Mendiz de Montezelos jurado e perguntado disse que ouuiu dizer a Gomes tanto que era mordomo que a terça parte de Loordelo era regeenga e que el quisera ende dizer o testemonhõ en Guimarães e deulhj dom Gil Vaasquiz j marco e nõ disse ende o testemonho e tynha sse ende per pecador».

[137] «Martim Martjnz de Seesmires iurado e perguntado disse que uyu moordomor a meija da vila de Seesmires ao mordomo d El Rej dous anos e uẽo Dõ Martim Gil pela terra e tolheu ende o mordomo ẽ tempo deste Rey que nõ andasse huy mordomando».

[138] «Pero Paez de Bisalhães […] ouuiu dizer aaqueles que tinha esse regeẽgo que disse ao mordomo eu me auerreij cõ uosco e nõ mj uaades medir esse pã ca nõ sabedes quanto nos seeredes mordomo, perguntado de que tempo disse que de tempo de El Rej Dõ S. ijmãao deste».

[139] «Petrus Annes de Refonteira iurado e perguntado disse que sabe que de toda Vila Mari soijam a dar ferros de fogo ergo de duas quintaãs ca'lhas tolheu Dõ Vasco Mendiz e feriu hy o mordomo porque os foij sacar e des entõ nunca ende derõ esses fferros al Reij»; PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1224 – «Juijão Johanis de Pena d Amigo […] e sabe que Pedrom auia erdade e esse Pedrom daua dessa erdade a El Rej fossadeira e entraua hj o mordomo e filhauã y condyto pera o Ricomẽ e Pedrom recebeu Martin Pirez filho de *Doni* Pero Martinz d Aguiar por filho e des entõ nõ faz ende foro a El Reij e esse Martim Pirez prendeu hj o mordomo d El Rej e pendorou o pelos braços per que demandaua os derectos d El Rei».

[140] «Gonçalo Veegas iurado e perguntado disse que oyo dizer a sseu padre que sabia que Ffernã Pirez caualeiro matou dous moordomos en huu dia ẽ essa vila de San Migel perque entravã y a penhorar e nuca *(sic)* fez foro a El Rej».

[141] Acerca da usurpação dos direitos e do património régio no contexto das Inquirições Gerais de 1258, vejam-se, entre outros, Marques 2019; Ventura 2015, pp. 189-210; Maurício 1997, pp. 223-267.

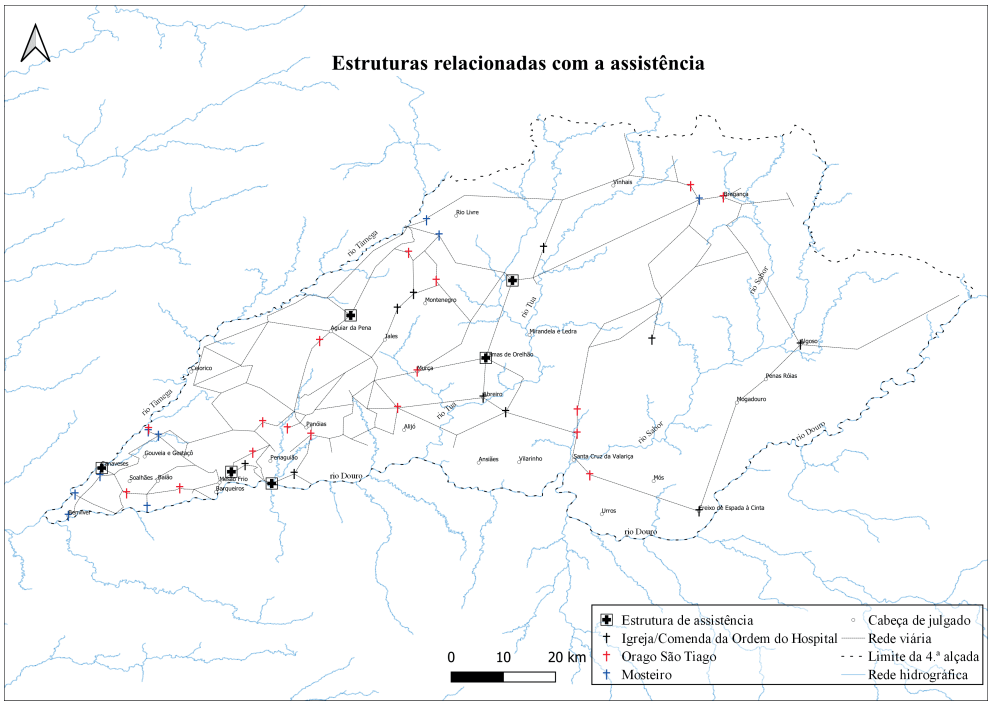


Fig. 18. Estruturas relacionadas com a assistência

Desde tempos longínquos que foi necessário assegurar uma rede de estruturas de apoio aos viajantes e aos pedintes nas suas deslocações (Alarcão 2017, p. 227)[142]. Estas tiveram continuidade no período medieval, sobretudo através das albergarias e das gafarias, mas também pelo apoio proporcionado pelo clero regular (Fig. 18). Aliás, o auxílio aos pobres, doentes e viajantes em Portugal foi sobretudo função dos mosteiros[143], pelo menos até ao século XI. As diferentes regras monásticas incorporaram, desde cedo, a doutrina da hospitalidade, recebendo sem embargo e de forma efusiva, de dia e de noite, todos os que procurassem refúgio durante a sua jornada (Yáñez Neira 1995, pp. 62-65).

[142] Segundo o autor, uma «*mansio* era uma estalagem onde os viandantes podiam pernoitar», podendo localizar-se em centros urbanos ou junto a um *vicus* (aglomerado urbano secundário), isoladas ou junto às *uillae* (a grande propriedade rústica).

[143] A partir da fonte em estudo, optámos por cartografar apenas os mosteiros identificados no território em análise. São eles: o cenóbio de SãoFrancisco de Alcañices, em território leonês; os de Santa Maria de Gondar, de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, de Santo André de Ancede, de São João Baptista de Pendorada, de São Salvador de Lufrei e de São Salvador de Tuías, na diocese do Porto; e os de Santo Estêvão de Chaves, de São Julião de Montenegro e o de São Salvador de Castro de Avelãs, pertencentes à arquidiocese bracarense. A título de exemplo, veja-se López Alonso, Sánchez Téllez e Navas López 2001, pp. 38-39.

A partir da centúria seguinte começa a verificar-se uma contínua secularização do setor da assistência, com a passagem gradual destas funções para os particulares, sempre à sombra da Igreja (Silva 2017, pp. 35-36) e, muitas vezes, com o aval régio, como a albergaria de Canaveses, localizada na via que ligava o Porto à região transmontana. A sua fundação remonta ao século XII pela iniciativa de D. Mafalda, primeira rainha de Portugal, dotando-a desde o início de rendas próprias (Silva 2017, p. 170). Anos mais tarde, em 1200, a sua filha D. Urraca doou, com o aval do seu irmão e rei, D. Sancho I, a dita albergaria a Mendo Pais e à sua esposa D. Ermesenda, com todos os seus termos e direitos (Silva 2017, p. 169), tendo tal ação ficado conservada na memória da população local, quer pela utilização dos vocábulos *albergariam* e *pousadoiro* (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1145)[144], quer pela referência aos *gafis* (p. 1141)[145]. Devido à utilização destes termos, julgamos que a referida estrutura serviria de apoio aos viajantes, reforçada pela presença de um mercador no local (p. 1145)[146], mas também, desde cedo, de amparo aos enfermos.

Relativamente à albergaria de Vila Marim, localizada na via que seguia de Canaveses para oriente pela margem direita do rio Douro, esta é apenas identificada como ponto de referência espacial[147], enquanto a estrutura que o rei possuía em Foz do Corgo, e onde também cobrava portagem, estaria na posse dos cavaleiros de Presegueda (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1228)[148], aquando das Inquirições de 1258, não obtendo daí o erário régio qualquer rendimento. Esta estrutura fazia parte da estrada que ligava o vale do rio Douro a Panóias e a Chaves, sendo que a análise da fonte nos leva a apontar para a existência de outras duas albergarias em Bornes de Aguiar. Isto porque Garcia Gomes de Vila Meã relata a existência de duas pousadas

---

[144] «Dominicus Menendi […] dixit quod jacet j quairela sub Pousadorio in Geestal et dixit quod coutavit albergariam de Canavezes Rex Donnus Sancius».

[145] «Menendus Egee prelatus de Sancti Martini de Fandiaes […] Et dixit quod audivit dicere quod jacet regalengum in Canaveses sub domibus de Gafis de ipso burgo, et tenunt eum filii de Dominico Ferrario de Canaveses, et ipsi tenent j vineam regalengam in Canaveses, et non dant inde directum Regi»; PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1145 – «Petrus Martini de Canaveses […] audivit dicere quod Dominus Rex habet directum in almuinas de Gafis que jacent in varzena prope pontem de Canavezes». Marques 1989, p. 18. O autor distingue as gafarias dos hospitais, atribuindo às primeiras uma «especificação assistencial», segregando-as do convívio da sociedade não contaminada de forma permanente e estável, enquanto os hospitais asseguravam o serviço a uma clientela móvel e passageira.

[146] «Petrus Mercham, juratus et interrogatus, dixit similiter».

[147] Vejam-se os seguintes relatos: PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1167 – «Laurencius Johannis prelatus […] quod homines qui venerunt facere casas in hereditate donni E. Martini et sui fraternitatis prope albergariam de Villa Marim qui filarunt aquam Regis»; PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1195 – «Lourenço Anes abbade dessa igreja […] E sabe que os homees que veerõ fazer casas na erdade de dõ E. Martinz e de sa irmaidade apar de a albergaria de Vila Marin».

[148] «Dom Viuas Tabelion de Panoijas […] e sabe que El Rej filhaua portagem en Foz Corago de toda las cousas que hij uendẽ do que per hj passa pera uender e ora nõ há ende El Rej nemigalha caa defendẽ caualeiros de Parede gueda e seos parentes e oiju dizer a omeẽs que sabiã que a Albergaria que esta en foz Corrago que deuia a seer d El Rej e ora teena os sobraditos caualeijros e El Rej non a ende nemigalha».

na dita vila, uma na posse do Mosteiro São João Baptista de Arnóia (p. 1372)[149] e outra na do cavaleiro Paio Soares (p. 1372)[150].

Quanto às albergarias de Lamas de Orelhão e de Ponte do Mente, ambas se localizavam no vale do Tua e faziam parte das vias que ligavam o vale do Tâmega e a região de Panóias a Trás-os-Montes Oriental.

A primeira terá sido construída por Fr. Paio Falcão a mando de D. Afonso Henriques (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1301)[151], coutando-a e atribuindo-a ao religioso, além da dita vila. Todavia, as malfeitorias praticadas posteriormente deixaram o povoado ermo, tendo D. Sancho II outorgado um novo foral à população, alargando o seu termo e apoiando os locais na construção de uma fortaleza e na reconstrução da albergaria (Gomes 1993, p. 91). Esta informação, retirada das Inquirições Gerais de 1258, vem pôr em causa a difundida por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que coloca a primeira referência conhecida no ano de 1220 (Almeida 1974, p. 51).

No que diz respeito à estrutura em Ponte do Mente, na atual freguesia de Vale de Telhas (c. Mirandela) (Alarcão 2017, p. 212)[152], não temos informações que remetam para a sua fundação. Pedro Garcia de Santalha refere que o rei, provavelmente D. Sancho II, terá oferecido a posse da referida vila de Albergaria e ponte, sendo que teria sido *filhada* por D. Afonso Lopes e por membros da linhagem dos Bragançães[153].

Outra das estruturas a ter em consideração são os templos dedicados a São Tiago, devido à sua íntima ligação com os caminhos de peregrinação rumo a San-

---

[149] «Garsias Gomez de villa Mediana […] scit quod Rex habet in ipsa villa de Bornes xj casalia et sunt incartata et dixit quod predictum monasterium de Arnoya habet ibi duo casalia et unam pousadam».

[150] «Garsias Gomez de villa Mediana […] in ipsa villa de Bornes illa casalia dixit quod nesciebat et Pelagius Suarij miles habet ibi i casale et unam pousadam interrogatus vnde habuit illam pousam et illlum casale dixit quod nesciebat».

[151] «Donnus Adam prelatus eiusdem ecclesie […] audiuit dicere hominibus qui sciebant quod Rex Donnus A[lfonsus] senex dedit ipsam villam [Lamis de Orelam] cuidam fratri nomine Pelagius Falcones qui fecit ibi unam albergariam per mandatum eiusdem Regis et cautauit sibi ipsam albergariam pro sua anima et dedit sibi ipsam villam et scit quod postea ipsa villa fuit herma in tenpore Regis Donnj Sancij fratris istius propter malfeitoriam quam tunc faciebant et homines de villa fuerunt ad ipsum Regem et ipse Rex mandauit sibi facere unam fortelezam et dedit eis maiorem terminum de suo regalengo quam ante non habebant ut ipsi homines darent ei annuatjm de ipsa villa c morabitinos et fecit inde eis cartam et modo dant istos c morabitinos annuatjm Donno Regi et ex tunc nichil dederunt albergarie».

[152] Este topónimo tem sido associado à estação de Pinetum do *Itinerário de Antonino*. Podemos, de certa forma, atribuir à estrutura medieval a qualidade de sucessora da sua congénere romana.

[153] Situação que é referida nos seguintes relatos: PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1270 – «Johannes Petri de Ponte do Mente […] et quod ipse Rex dedit eam cuidam hominj quod faceret ibi unam albergariam et quod manteueret pontem et ipsam albergariam por anima de ipso Rege interrogatus quale Rex fuit ille dixit quod nesciebat et modo milites bragantianj tenent ipsam uillam ecclesiam per rationem quod dicunt quod suus auolus dedit ipse albergarie j casalem et modo nichil inde habet domnus Rex et non seruiunt de ipsa albergaria pro anima de illo Rege»; PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1344 – «Petrus Garsia de Santaala […] et audiuit dicere hominibus qui sciebant quod Albergaria et aldeola de ponte de Domente fuerunt Regis et quod Rex dederat ipsam aldeolam Albergaria et ponti pro sua anima et modo Donnus Alfonsus Lopiz et milites Bragancianas filiant ipsam aldeolam et ipsam Albergariam quia dimisit ibi Donnus Garsias Petri suus auolus ij casalia et modo non faciunt inde elemosinam quam Rex mandauit facere nec faciunt inde forum Regi»; PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1345 – «Bazeiro Garsie de Santaala […] dixit sicut Petrus Garsie preter Albergariam et aldeolam de ponte de Domente quod nichil sciebat»; PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1345 – «Petrus Fernandi de Santaala […] et aldeolam de ponte de Domente et albergariam».

tiago de Compostela[154]. Nas últimas décadas, esta temática tem sido alvo de análise por inúmeros autores, estudos esses potenciados pela massificação das peregrinações, que anualmente levavam e continuam a levar milhares de pessoas ao túmulo do Apóstolo, moldando a nível socioeconómico todos os povoados que, desde a Idade Média, pontilham os diversos caminhos de peregrinação.

José Marques, em *O Culto de S. Tiago no norte de Portugal*, aborda esta questão, tendo identificado para os séculos XVI-XVIII e para as dioceses a norte do rio Douro, 125 paróquias com São Tiago como orago e 32 capelas a ele dedicadas (Marques 1994, p. 71). Seguindo esta linha de ação, fazemos um exercício idêntico para o espaço em análise, onde foi possível identificar 16 igrejas e ermidas devotas ao Apóstolo São Tiago, em: Lufrei, Macinhata, Valadares, Fontes, Mondrões, Folhadela, Andrães, Vila Chã, Lodões, Junqueira, Bragança, Murça, Lagomar, São Tiago da Ribeira de Alhariz e Soutelo de Aguiar (Tabela 4). A sua distribuição coincide com alguns dos principais corredores de circulação identificados, como é o caso daquelas existentes no vale do rio Corgo, em Panóias, das estruturas localizadas no vale da Vilariça ou em Bragança.

Tabela 4. Igrejas e ermidas devotas a São Tiago

Paróquia	Diocese	Fonte
Ermida de São Tiago, sufragânea do Mosteiro de São Salvador de Lufrei	Porto	p. 1152
Macinhata, sufragânea da Igreja de São Martinho de Soalhães	Porto	pp. 1159 e 1187
Valadares	Porto	pp. 1161 e 1189
Fontes	Porto	pp. 1175 e 1202
Mondrões, sufragânea da Igreja de São Miguel da Pena	Braga	p. 1213
Folhadela	Braga	p. 1224
Andrães	Braga	p. 1235
Vila Chã	Braga	p. 1261
Lodões	Braga	p. 1276
Junqueira	Braga	p. 1276
Vila de Bragança	Braga	p. 1289
Murça	Braga	p. 1295
Lagomar	Braga	p. 1329
São Tiago da Ribeira de Alhariz	Braga	p. 1356
Vila de São Tiago do Monte	Braga	p. 1360
Soutelo de Aguiar	Braga	p. 1373

[154] Sobre o impacto das peregrinações ao túmulo do Apóstolo Tiago no desenvolvimento da cidade de Santiago de Compostela, na Alta Idade Média, veja-se López Alsina 1988.

Por último, as referências às igrejas e comendas da Ordem do Hospital[155] (Tabela 5), em função da missão caritativa dos freires hospitalários, estipulada na regra da Ordem, que previa que esta fosse a sua ação prioritária (Costa 1999/2000, p. 87), mas não exclusiva (Costa 1999/2000, p. 90). A estrutura que melhor descreve o ideal de hospitalidade da Ordem de São João de Jerusalém é a enfermaria, onde todos eram tratados de forma modesta. Paula Pinto Costa descreve-nos a estrutura, a sua organização e funcionamento, incluindo as funções de todos aqueles que aí prestavam serviço (Costa 1999/2000, pp. 87-90). Apesar de não possuirmos, na fonte em análise, referências à assistência protagonizada pelos freires do Hospital na região transmontana, tomámos em conta as propriedades que estes aí possuíam como possíveis pontos de apoio aos viajantes.

Tabela 5. Igrejas e comendas da Ordem do Hospital

Instituição	Diocese	Fonte
Paróquia de Santa Comba de Moura Morta	Braga	pp. 1180 e 1206
Comenda de São Miguel de Poiares	Braga	p. 1243
Comenda de Santa Maria de Freixiel	Braga	p. 1268
Paróquia de São Pedro Velho	Braga	p. 1269
Paróquia de São Miguel de Freixo de Espada à Cinta	Braga	p. 1278
Vila de Algoso	Braga	p. 1280
Paróquia de Santo Estêvão de Abreiro	Braga	p. 1301
Paróquia de São Cristóvão	Braga	p. 1316
Comenda de São João de Corveira	Braga	p. 1361
Paróquia de Santa Maria de Tazém	Braga	p. 1361

Conjugadas as estruturas de assistência, é possível definir padrões. Os mosteiros apresentam uma disparidade acentuada entre si, com uma grande concentração na região do Baixo Tâmega, nos atuais concelhos de Amarante e de Marco de Canaveses, além dos cenóbios localizados nas áreas de Chaves e de Bragança, destacando-se, nesta última, o poderoso Mosteiro beneditino de Castro de Avelãs. Por sua vez, as albergarias e as paróquias que apresentam São Tiago como orago localizavam-se ao longo dos principais percursos viários, com destaque para Panóias como nó viário de referência. No que diz respeito às igrejas e comendas ligadas à Ordem do Hospital, estas apresentam-se dispersas pelo território em análise, assegurando o apoio aos viajantes e doentes em espaços periféricos, como no caso de Trás-os-Montes Oriental.

[155] Sobre as comendas da Ordem do Hospital e a sua dispersão pelo território em análise, veja-se Costa 1999/2000, pp. 100-107, inclusive o mapa da página 105.

4.3.3. Os viajantes

Como já fomos tendo a oportunidade de referir, eram muitos aqueles que palmilhavam os muitos quilómetros de caminhos existentes neste espaço, desde o mercador referido em Canaveses, os homens de Candemil que tinham de percorrer o caminho até Carneiro ou D. Sancho I no episódio em que manda queimar umas casas em Vila Marim, tendo chegado aí através de Mesão Frio, mas estes casos não são únicos. Gonçalo Peres, capelão da Igreja de Santa Comba de Moura Morta (c. Peso da Régua), relata aos inquiridores que em tempos idos uma rainha se terá deslocado aí em romaria (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1206)[156]. Perto daí, em São João de Lobrigos (c. Santa Marta de Penaguião), o abade dessa igreja refere um Martim Miguéns sendeiro (p. 1210)[157]. Ou ainda Fernando Peres que se intitula como pregoeiro de Chaves (p. 1360)[158].

Um último exemplo é o do prelado de São João de Castrelos, Paio Mendes, que refere aos inquiridores que uma mulher, sem precisar a sua identidade, estaria ausente havia dois anos por se encontrar em peregrinação a Jerusalém, tendo deixado a sua herdade à paróquia (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1330)[159]. Este caso não é único na Península Ibérica e na Cristandade[160]. Todavia, a inexistência de mais dados deixa-nos com mais interrogações do que respostas.

Fossem peregrinos, oficiais régios, militares, mercadores ou outros, fosse no cumprimento das suas funções ou com um significado que extravasasse o comum, estes foram os responsáveis pela abertura de novos caminhos (veja-se Barros e Barros 2001, p. 185), num período em que a construção e manutenção de caminhos não eram prioridades para a Coroa portuguesa.

4.4. A DEFESA DO TERRITÓRIO

José Mattoso refere que o século XII em Portugal foi uma *época de transição* (Mattoso 2015, pp. 82-83), na qual foram desenvolvidas importantes reformas a nível administrativo. Falamos da substituição das *Civitates,* grandes jurisdições territoriais que, com o tempo, se verificaram difíceis de governar de forma eficaz, pelas *Terras*, espaços mais pequenos e, consequentemente, de governo mais simples[161], com impacto nas questões militares.

---

[156] «Gonsalo Perez capelam dessa igreja […] E ouviu dizer a omees que sabiã que hua Raynha veo y en romaria e que deu y a meadade dessa vila e dessa igreja e coutou lha per padroes. Preguntado qual Raynha disse que non sabia».

[157] «Domingos Garçia abbade dessa Eigreia […] quem son ende padrões disse que e ende a quarta de Martim Migueẽz sendeiro».

[158] «Ffernandus Petri andador de Clauibus iuratus et interrogatus».

[159] «Pelagius Menendj prelatus eiusdem ecclesie […] dixit quod scit quod quidam mulier habebat in ipsa villa hereditatem forariam et faciebat inde forum Domino Regi et fuit ad Jerusalem in istis duobos annis et leixauit ipsam hereditatem predicte ecclesie et modo tenet ipsa ecclesia ipsam hereditatem et non facit inde forum Domino Regi».

[160] Acerca da temática vejam-se, a título de exemplo, García-Fernández 2019; San Millán 2005; Mackay 1992; González Vázquez 1989; Moreno 1986, pp. 83-84.

[161] Para melhor se compreender as mudanças operativas entre vários sistemas administrativos, veja-se o caso do território de Anegia em Lima 1999.

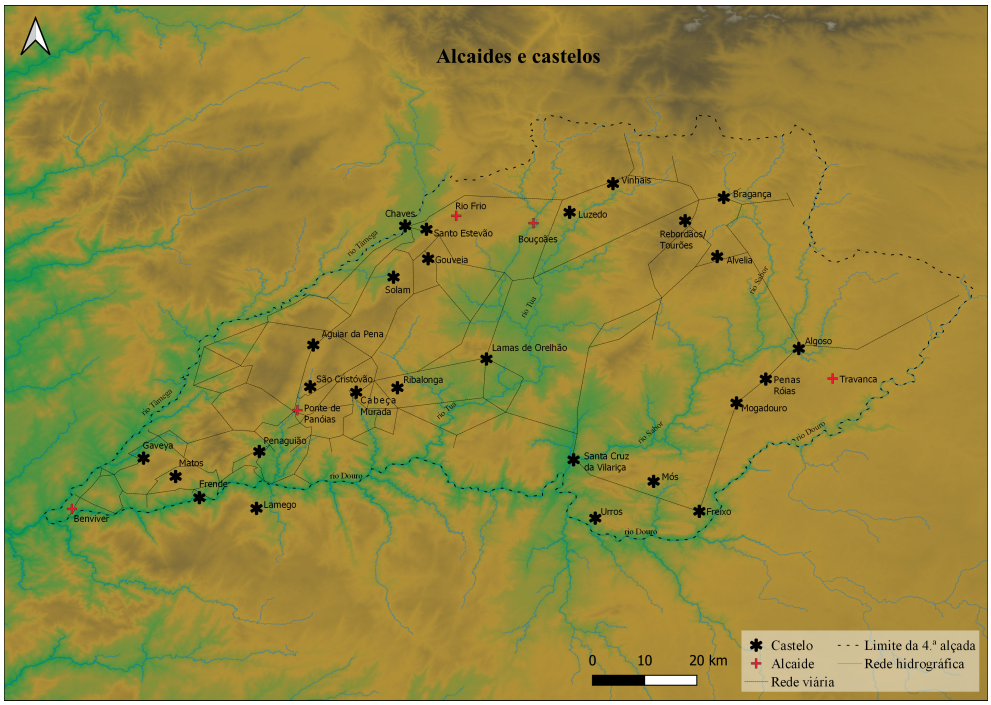


Fig. 19. Alcaides e castelos

Se nos séculos X e XI, o Entre-Douro-e-Minho seria marcado por uma densa rede de estruturas defensivas, fenómeno que ficou conhecido como *encastelamento* (Barroca 1990/1991, p. 91; Almeida 1989, pp. 43-44)[162], e que terá apagado o papel militar e até administrativo das *Civitates* (Almeida 1989, p. 47), a nova divisão territorial veio privilegiar a existência de um único castelo por *Terra*, ficando o governo militar da estrutura e do seu território nas mãos de um nobre da confiança do rei, o *tenens*, que retirava daí benefícios económicos e sociais, gozando ainda de influência política na Corte (Barroca 1990/1991, p. 120).

Ao contrário das estruturas roqueiras, que não demonstram articular-se com a rede viária (Mattoso 2015, p. 82), o novo tipo de castelo, dito *românico*, era concebido para uma «defesa passiva», confiando na espessura e na altura dos seus muros para resistir a possíveis cercos. O posicionamento destes castelos passa a ter em consideração a implantação dos principais aglomerados populacionais, os aspetos económicos do espaço que controlam e a existência dos principais eixos de circu-

[162] O encastelamento no atual território português traduziu-se no estabelecimento de uma densa rede de castelos, erguidos na sua larga maioria pelas populações locais. Estes eram locais de refúgio para pessoas, bens e animais em caso de ataque, sendo construídos em locais isolados, de forma a aproveitarem a morfologia do terreno, não só para potenciarem as capacidades defensivas das estruturas, mas também para minimizarem os custos de construção.

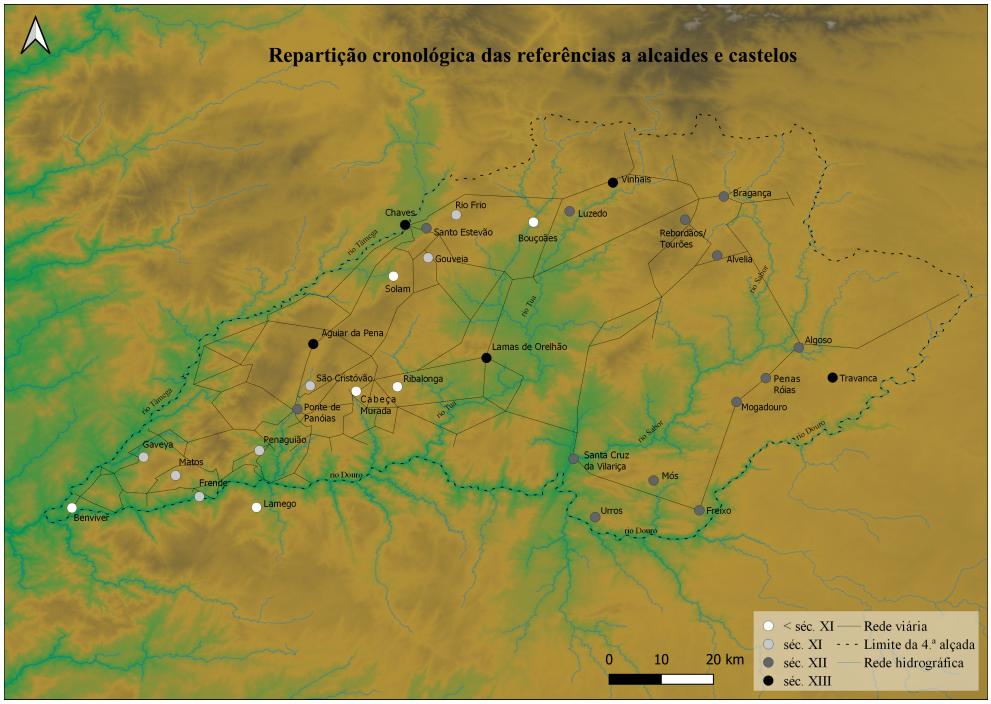


Fig. 20. Repartição cronológica das referências a alcaides e castelos

lação, deixando a sua localização de estar sujeita apenas às condições de defesa do local e ao campo de visão que daí obtinham (Barroca 1990/1991, pp. 120-121)[163]. Um bom exemplo é a articulação do Castelo de São Cristóvão ou de São Tomé, enquanto sede do poder político-militar da *Terra* de Panóias, com Constantim de Panóias, centro económico da região e onde se cruzavam várias vias (Gomes 1993, pp. 84-85), como já referimos.

O século XIII e o início do século XIV vieram trazer mudanças na arquitetura militar, com a introdução de elementos góticos na construção. Este processo acompanhou a substituição da *Terra* pelo *Julgado* como divisão administrativa, um sinal claro do avanço da influência da Coroa sobre a nobreza e os poderes locais. Privilegiaram-se as estruturas que se erguiam sobre os principais eixos de circulação, adaptadas a um modelo de «defesa ativa», com a adição de novos torreões, o aumento da espessura dos muros, ou a proteção das portas de acesso com balcões munidos

[163] Veja-se o que o autor afirma no que diz respeito às alterações que o castelo românico veio a apresentar no âmbito da construção militar do século XII, com destaque para a Torre de Menagem, que aparece isolada no centro do recinto, sendo o último reduto de defesa. Acerca da importância dos aspetos económicos como fulcrais para a implementação de um castelo, veja-se Barroca e Morais 1985/1986, pp. 35-115.

de matacães, permitindo o tiro vertical (Almeida e Barroca 2002, p. 79)[164]. Mas a alteração mais significativa terá sido a deslocação da torre de menagem do centro do pátio para junto de locais mais sensíveis, para aumentar a robustez do sistema defensivo (Barroca 1990/1991, pp. 124-126).

Apesar da existência de *nuances* no que diz respeito às informações recolhidas da fonte, as Inquirições Gerais de 1258 refletem e permitem que se reflita acerca destas mudanças. Para a reconstrução da rede de estruturas defensivas e a sua evolução ao longo da Idade Média, sobretudo entre os séculos X e XIII, considerámos as referências a castelos e a serviços a eles associados, como a anúduva (Fig. 21, p. 104), bem com as menções ao alcaide, cientes que estes não representam necessariamente a existência de uma estrutura no local onde aparecem referidos. Cartograficamente, optámos por relacionar estas estruturas com a rede viária, de forma a percecionarmos o seu impacto geoestratégico (Fig. 19), bem como proceder à repartição cronológica das referências que foi possível localizar (Fig. 20).

4.4.1. Estruturas anteriores ao século XI

São cinco as estruturas anteriores ao século XI que aqui iremos abordar, na sua larga maioria castros: em primeiro lugar, encontramos uma menção ao alcaide Domingos Vasques, morador de Bouças (c. Valpaços) (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1346). Apesar de se tratar de um oficial com funções militares, não somos capazes de estabelecer uma ligação com uma estrutura em concreto. Próximo daí, em Santa Maria de Moreiras de Montenegro, paróquia do julgado de Montenegro, registámos três menções acerca do que julgamos ser o Castro de Loivos (Teixeira 1996, p. 105), situado sobre a veiga da ribeira de Oura, com capacidade de controlar a estrada que ligava Chaves a Panóias. Garcia Peres de Loivos refere a existência do *castelum de Solam* (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1363), enquanto Martinho Nunes de Matosinhos alude à cividade no limite do termo da vila de Matosinhos (freg. Loivos, c. Chaves) (p. 1364) e Martinho Peres de Vidago à *forteleza de tenpore uetero* (p. 1364).

Encontrámos ainda referências ao Castelo de Ribalonga (c. Alijó) (pp. 1255 e 1259), um castro da Idade do Ferro, bem como à *cabeça murada do castelo* (pp. 1257 e 1259), que cremos ser um velho núcleo fortificado sobre o rio Pinhão. Segundo Ana Rita Rocha, a fortaleza de Ribalonga terá sido utilizada como referência espacial e não pela sua função militar (Rocha 2017, pp. 75-76).

Outro caso é o Castelo de Benviver, documentado desde 982 (Barroca 2017, p. 133), localizado no monte Aradros ou de Santiago, o que lhe permitia obter um amplo campo de observação sobre o traçado final do rio Tâmega e da confluência

[164] O balcão com matacães da cerca de Melgaço é um dos mais antigos de Portugal, remontando a 1263, como regista a inscrição que ainda hoje permanece junto a uma das portas, onde é feita a referência a um mestre Fernando, responsável pela obra.

deste com o rio Douro, e assim controlar com maior eficácia as vias de comunicação existentes na sua área de influência. Apesar de não possuirmos nenhuma menção que o refira diretamente, é possível verificar uma elevada concentração de populações que tinham de realizar diversos serviços no espaço envolvente do monte Aradros, sendo que na sua larga maioria estavam na posse do Mosteiro de São João Baptista de Pendorada, cenóbio intimamente ligado à estrutura em questão (Lima 2010-2011, pp. 96-97; Almeida 1978, p. 29). Apesar de muitas das referências serem relativas ao serviço de anúduva, já que 20 casais o referem como serviço a prestar (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1138, 1140, 1381-1385)[165], foi possível registar uma menção ao *pretor*, que deveria receber um frango e dez ovos (p. 1140)[166], e ao pagamento devido ao rei a que os homens de São Salvador de Magrelos estavam sujeitos por pastarem gado no monte Aradros, no valor de cinco quarteiros de pão, foro esse que não era pago (p. 1385)[167].

Por último, a referência ao serviço de anúduva a que os moradores de Vale (c. Peso da Régua) e os de Mesão Frio estavam sujeitos. Todavia, João Mendes refere que em Vale havia um reguengo que estava ermo devido aos «dinheiros que davã a anuduva ao castelo de Lamego» (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1179 e 1205). Já Mem Pires, juiz de Mesão Frio, expôs que os homens dessa vila haviam prestado o serviço no tempo em que reinava D. Sancho I, mas que já não o faziam, pois certos cavaleiros não os deixavam (pp. 1168 e 1195)[168]. De todas, Lamego foi a única localidade que manteve a sua relevância ao longo da Idade Média (Martins 2016, pp. 146-147)[169], em parte por se situar num dos mais importantes corredores de circulação, ligando Viseu ao vale do rio Douro e, consequentemente, à barca que permitia a entrada na região transmontana[170] ou descer o rio até à sua foz, junto ao burgo do Porto, com o objetivo de escoar a produção local[171].

---

[165] Estes casais dividiam-se pelas localidades de Lajes, Pinheiro, *Ponte*, Portela, Vimieiro, Agrela, *Riale*, *Ripario*, *Lamis*, Vila Nova, Mexide, Samoca, Casadela, Casal de Matos, *Viado*, Favões, Granja de Matos, Porta de Ariz.

[166] «Martinus Petri […] Et dixit quod audivit dicere quod solebant dare de loco ubi habitavit pretor j franganum et decem ova, et modo no faciunt inde istud forum».

[167] «Michael Egee iuratus et interrogatus dixit quod audiuit dicere Martino Fogosa qui erat maiordomus quod homines de Sancto Saluatore de Magrelos solebant dare Domino Regj V quarteiros de pane quare suj ganati pascebant in Monte de Aratris et modo pascunt ibi et non dant illum panem».

[168] «E disse mais que ouviu dizer a homees que sabiã por certo que a meiadade de Sã Martinho de Jusão foy regeẽgo e ora na o filhos e netos de don A. Ermigit e Gonsalo Flariz e Santo Tirso e Fernãd Ooriz e nõ fazẽ ende foro Al Rei. Preguntado onde o ouverõ disse que nõ sabia. E sabe que esses homees de Meigõ Frio forõ quando este Rei reinava en anuduva ao castelo de Lamego e ora nõ vã nẽ lhos ca os defendẽ esse cavaleyros sobredictos».

[169] Após a conquista aos muçulmanos, esta foi elevada a sede de *civitate*, antes de 906, por Afonso III das Astúrias, tendo sido tomada por Almansor em 997 e reconquistada pelas forças de Fernando Magno em novembro de 1057. A restauração da diocese deu-se no século XII. Veja-se também Barroca 1990/1991, pp. 102-103.

[170] Não é ao acaso que a diocese do Porto controlava a passagem do rio Douro no Peso da Régua que, com certeza, permitia arrecadar importantes verbas. Vejam-se PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1183 e 1208 e Barros e Barros 2001, pp. 186-187.

[171] Sobre a ligação entre o Porto, a Régua e o Douro desde tempos medievais, veja-se Barros e Barros 2001.

4.4.2. Os séculos XI-XII e os castelos românicos

É no século XI que se dá a transição das estruturas roqueiras para as construções militares românicas, como referimos, potenciada pela criação das *Terras* e pela elevação de um castelo em detrimento dos demais, no quadro de uma determinada área, tendo sido possível identificar e cartografar sete estruturas no território em análise. A primeira delas é o *castellum de Gaveya* (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1148)[172], mencionado pelo pároco de São João de Pousada (c. Marco de Canaveses), que julgamos que se localizaria na vertente ocidental da serra da Aboboreira. Apesar da indefinição acerca do lugar onde estava a estrutura em questão, apresentamos três possibilidades: na área da paróquia de São Simão de Vila Boa de Gouveia (c. Amarante) (p. 1150), o «Castelo dos Mouros» em Folhada ou o «Castelo de Côtos» (freg. Várzea de Ovelha e Aliviada, c. Marco de Canaveses) (Lima 2013, p. 189), tendo a opção de cartografar recaído sobre a primeira localização.

A leste da Aboboreira encontramos o Castelo de Matos (Barroca 1990/1991, p. 117)[173], documentado desde pelo menos 1103 (Barroca 2017, p. 134), sendo que existem referências à *Terra* de Baião desde 1066 (Almeida 1978, p. 41). Esta estrutura ficou registada nas Inquirições Gerais de 1258 através dos relatos de Pedro Peres, filho do pároco de São Bartolomeu de Baião (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1160 e 1188), e de Egas Mendes de Vilares (pp. 1160 e 1188), ao mencionarem que a herdade de Matos, onde morava Afonso Mendes, situava-se junto do dito castelo. O seu posicionamento estratégico permitia controlar a passagem entre os vales do Tâmega e do Douro, bem como a via proveniente de Marco de Canaveses, pelo vale do rio Galinhas, e ainda aquela oriunda de Amarante, pelo vale do rio Teixeira.

Nas proximidades, em Tabuado, D. Miguel de Baceiros faz referência a Santa Maria do Castelo e a Carvalho de Rei, que estariam na posse do Mosteiro de Santa Maria de Gondar (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1157). A localização do primeiro destes topónimos tem sido alvo recorrente de discussão. Enquanto António Lima refere a possibilidade de se tratar do Castelo de Frende, fazendo alusão ao que foi registado por Domingos A. Moreira, ao atribuir o nome de Santa Maria do Castelo de Gestaçô à paróquia de Frende (Lima 1993, pp. 191-192), Mário Barroca descarta que o Castelo de Gestaçô, referido na documentação medieval como *mons Genestazolo*, localizado em Paços de Gaiolo, seja a mesma estrutura que existiria em Frende (Barroca 2017, p. 134). Mais recentemente, Andrea Mariani voltou a colocar a hipótese desta fortaleza corresponder à estrutura localizada em Frende (Mariani 2020, pp. 140-141). Certo é

[172] «Gunsalvus Roderici prelatus de Sancti Johannis de Pausada […] Et dixit quod Dominus Rex habebat j regalengum prope castellum de Gaveya, et quod donna Fluyli, mater Roderici Porcalo, filiavit illum sicut intrat a Vaagem in Avela contra Fontearcadam, et deinde quomodo vadit per Vageem usque finem montis ubi stat casale quod est Regis quod fuit de Menendo Romeu».

[173] O autor dedicou bastante atenção a esta estrutura: Barroca 1988 e Barroca 1985.

que, à época das Inquirições Gerais de 1258, a dita paróquia tinha Santa Maria como orago (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1164 e 1192). A verificar-se tal hipótese, tratar-se-ia de uma posição excecional sobre o rio Douro, não só pelo local privilegiado a nível defensivo, mas também porque permitiria assegurar o controlo da passagem em Porto de Rei, a montante.

A leste, no vale do rio Corgo e num dos pontos sobranceiros ao rio Aguilhão, vamos encontrar o Castelo de Penaguião, cuja localização permitia vigiar a estrada que ligava Panóias e o rio Douro pelo Peso da Régua. A ele deveriam acorrer em anúduva as populações de *Vila Meã* (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1171 e 1198), de Quinta da Longra (pp. 1173 e 1200), de Ribeira de Elos (p. 1176), de Fiolhais (p. 1212), e aqueles que moravam dentro do castelo (p. 1212), o que indica que este acumulava a função residencial com a militar. Incumbidos de o guardar estavam, além dos supracitados moradores de *Vila Meã* (pp. 1172 e 1199) e de Fiolhais — estes encarregados de o fazer oito dias por mês (pp. 1175 e 1212) —, os de Matos (pp. 1171-1172 e 1198), cujo topónimo julgamos ser aquele localizado nas proximidades do Castelo de Baião. A verificar-se a hipótese, é um potencial indicador de que este terá perdido relevância militar em favor do de Penaguião. O serviço de anúduva seria ainda efetuado pelos moradores de São Tiago de Fontes (pp. 1175 e 1201) e de *Juspe* (pp. 1176 e 1202). Todavia, em meados do século XIII, este castelo já se encontraria destruído, em virtude de um conflito entre os moradores da fortaleza e D. Gil Martins de Riba de Vizela, no tempo em que este detinha a tenência da *Terra*[174], o que sugere que a estrutura funcionava como centro militar, mas não como residência do tenente.

A norte de Panóias localizava-se o Castelo de São Cristóvão ou de São Tomé, com funções idênticas ao de Penaguião e em articulação com Constantim de Panóias, que recebeu foral do conde D. Henrique logo em 1096 (Gomes 1993, pp. 84-85). Já muito escrevemos acerca da importância estratégica deste espaço, que exigiu um esforço incessante por parte dos primeiros monarcas portugueses para aí instalarem com sucesso uma vila régia.

Focando-nos na estrutura militar, sabemos que Domingos Gonçalves morava aí, sem qualquer registo relativamente a possíveis funções a desempenhar (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1221). Relativamente à anúduva, estavam responsáveis por este serviço os moradores de Escariz (p. 1216), de São João de Arroios (p. 1220), de *Gradim* (p. 1220), de São Tiago de Vila Nova (Folhadela) (p. 1226), de São Martinho de Mateus (pp. 1228 e 1247), de Outeiro (pp. 1230 e 1232), de São Lourenço de Ribapinhão (p. 1253) e de Revel (c. Vila Pouca de Aguiar), sendo que estes últimos

[174] São vários os registos (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1171, 1198 e 1212), sendo que o mais completo é o de Estêvão Viegas de Fiolhais (p. 1212) – «Stevez Ueegas de Foolhaes […] disse que sabe que os homẽes de Foolhaes soijan a yr uelar o castelo de Penaguijam viij dias de cada mes e esses homẽes de Foolhaes com o poboo desse castelo oueerosse cõ Dõ E. Martjnz quando tijnha essa terra e derribarono e des entõ nunca alo forõ».

estavam incumbidos, no tempo de D. Afonso II, de levar «madeiram cum suis bouis» uma vez por ano ao castelo (pp. 1291-1292 e 1295). De forma a evitar a deslocação até Constantim, conjeturamos acerca da possibilidade da existência de um caminho que fizesse a ligação entre a dita estrutura e a região mineira de Jales, pela ponte do Arco (c. Vila Pouca de Aguiar), facilitando assim o transporte de materiais.

Mais a norte deparámo-nos com referências a duas estruturas. Em primeiro lugar, o Castelo de Gouveia (c. Valpaços). Este aparece-nos com diferentes grafias, seja como *castellum de Tauueya* ou de *Gauuea*, com Paulo Dórdio Gomes a localizar a dita estrutura na aldeia da Torre, em Santa Maria de Moreiras (c. Chaves) (Gomes 1993, p. 76), enquanto Ricardo Teixeira alude para a possibilidade desta se localizar no chamado Alto do Castelo, entre Nogueira da Montanha (c. Chaves) e Friões (c. Valpaços) (Teixeira 1996, pp. 201-202). À fortaleza de Gouveia (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1355 e 1363) iam em anúduva as populações de Corveira, *Rio Mao*, Souto, além dos moradores do dito castelo. O seu posicionamento, na vertente este do planalto da serra da Padrela, permitiria controlar os corredores de circulação entre Chaves, a área de Jales e o vale do rio Tua, incluindo a vertente sul da Via XVII.

Por último, um pouco a norte, em São Pedro de Batocas, atual Águas Frias (c. Chaves), numa das vertentes da serra da Brunheira, encontramos a referência a Rodrigo Eanes, alcaide de Rio Livre (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1347). A primeira referência à *civitate de Batocas* remonta a um testamento datado de 25 de agosto de 1072, voltando a ser mencionada noutros documentos em 1086 e em 1155. Com a reorganização administrativa verificada no século seguinte, o topónimo perde relevância até reaparecer nas Inquirições de 1258 (Teixeira 2015, pp. 51-53; Teixeira 1996, pp. 202-203; Gomes 1993, p. 78). Presume-se que, apesar do silêncio verificado na documentação, o povoado tenha continuado a desenvolver-se como ponto de defesa, numa estreita relação com as povoações vizinhas de Avelelas e Águas Frias (Teixeira 1996, p. 203).

No final do século XIII receberá carta de foral de D. Dinis, ao longo de cujo reinado terão sido levantadas a muralha e a torre de menagem, esta localizada no ponto mais elevado do complexo, de forma a melhor comandar a sua defesa. Foi também aí instituída uma feira mensal (Cunha 2019, p. 349). Paralelamente, a posição estratégica sobre a veiga de Chaves permitiria controlar qualquer investida oriunda do território leonês, em articulação com as demais estruturas militares, ora com o Castelo de Gouveia em períodos mais recuados, ora com os de Santo Estêvão de Chaves e, mais tarde, o de Chaves, bem como proteger a via que circundava o sopé da serra da Brunheira rumo a Vinhais e Bragança, bem como outras estradas secundárias.

São várias as conclusões que podemos retirar até ao momento. Em primeiro lugar, os castelos cabeça de terra da antiga *civitate de Anegia* desenvolvem-se, por um lado, de forma assimétrica, moldados pelas divisões das *Terras*, mas, por outro,

paralelos ao rio Douro, a sul, e à serra do Marão a leste. Verificamos um efeito semelhante nos vales dos rios Corgo e Tâmega, com as estruturas localizadas em pontos estratégicos, sobre os referidos vales, controlando a circulação e funcionando como uma linha defensiva no eixo norte-sul.

4.4.3. Os séculos XII e XIII: os primórdios da fronteira militarizada

O conceito de fronteira até meados do século XIII, e ainda mais de uma fronteira militarizada, com castelos e bandeiras em lados opostos[175], era uma realidade inimaginável, sobretudo para aqueles que habitavam estes espaços[176], o que nos leva a questionar acerca do impacto deste fenómeno nas relações do dia a dia destas comunidades e da sua relação com a rede viária que identificámos.

O período agora em análise foi marcado pela expansão da rede defensiva que, devido à independência política do Condado Portucalense face ao reino de Leão preconizada por D. Afonso Henriques, teve de se adaptar a uma nova realidade. Não bastava apenas reforçar a presença da Coroa portuguesa nos espaços onde já tinha assento, mas obter o controlo efetivo de Trás-os-Montes Oriental, área de influência dos Braganções. Além das várias tentativas para atrair esta poderosa família à sua esfera de influência, os sucessivos monarcas portugueses levaram a cabo uma série de ações em coordenação com os poderes locais e com as ordens religioso-militares presentes no território, bem visíveis através do elevado número de estruturas referidas nesta fonte. Com efeito, são 18 num total de 31 as estruturas localizadas nos mapas, incluindo-se a tentativa gorada de D. Sancho II de fundar a Póvoa de Ponte de Panóias[177] num local sobranceiro à ponte de Piscais, estrutura relevante na rede viária da região. Procuraremos demonstrá-lo nas linhas que se seguem (Fig. 19, p. 94).

4.4.3.1. A veiga de Chaves e a ligação a Panóias

De forma a melhor articularmos a nossa exposição, optamos por a apresentar por áreas geográficas, começando pela análise da veiga de Chaves e pela criação do Castelo de Santo Estêvão de Chaves. Esta estrutura tem sido alvo de debate nas últimas décadas, pela relação estabelecida com o burgo da antiga *Aquae Flaviae*, mas sobretudo pela indefinição acerca da sua localização. Leontina Ventura avança, com base

---

[175] Todavia, algumas das componentes aqui abordadas fizeram parte de um vasto processo que conduziu, indubitavelmente, à assinatura do Tratado de Alcañices em 1297. Veja-se Barroca 2003, pp. 173-181.

[176] Muitos são os investigadores que se têm dedicado a esta temática, abordando o impacto que a existência do conceito de «fronteira» terá tido em populações que conviveram, durante anos e séculos, longe do olhar das estruturas centrais (e assim continuaram). Veja-se, a título de exemplo, Fonseca, coord., 2014, a obra coletiva dedicada à fronteira entre o norte de Portugal e a Galiza.

[177] Não são raras as menções na fonte ao insucesso desta iniciativa. Uma delas é-nos dada por Gonçalo Mendes, morador em Muxagata, que refere saber que «se hermo a pobla de Ponte de Panoijas que El Reij Don S. irmão deste Rej outorgou as cartas que auian que os homeẽs do regeẽgo por tal preito que lhis ualesse enquanto prouvesse al Rej» (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1243).

no estudo de Rita Costa Gomes, que este castelo se situaria na veiga, hipótese defendida também por Miguel Gomes Martins (Martins 2016, p. 253). Para tal, remonta aos tempos da última investida de Afonso IX de Leão por terras transmontanas em 1222 (Teixeira 1996, p. 207), momento em que este terá conquistado os Castelos de Chaves e de Santo Estêvão, devolvendo o primeiro no ano seguinte, após a assinatura de um tratado de paz, sendo que a posse do segundo permitiria ao monarca leonês controlar «um fertilíssimo vale agrícola e ameaçando diretamente, a partir da sua torre, o castelo que garantia o domínio do rei português na área, o de Chaves» (Ventura 2006, p. 118).

Porém, Paulo Dórdio Gomes alude ao facto de não existirem referências, no século XII e na primeira metade do século seguinte, à *Flavias* ou *Chavias* romana e altimedieval. Consequentemente, Santo Estêvão de Chaves elevar-se-ia como centro militar e administrativo deste espaço (Gomes 1993, p. 75). Verificando-se tal vazio documental (o que não implica que a área estivesse erma, apenas não tinha qualquer papel defensivo), a localização defendida por Rita Costa Gomes e veiculada por Leontina Ventura e por Miguel Gomes Martins perde força, ainda mais se tivermos em conta que no ano de 1253, no qual terá sido concedida carta de foral para a criação da atual Chaves, D. Afonso III faz uma incursão por terras transmontanas, assinando vários documentos aquando da sua presença em *Sanctum Stephanum de Chaves*.

Subsiste ainda a questão da localização de Santo Estêvão. Em 1993, Paulo Dórdio Gomes apontava a possível posição da fortaleza a nordeste da atual cidade de Chaves, em plena veiga (Gomes 1993, p. 42), enquanto Ricardo Teixeira, em 1996, defende que esta se localizava, em verdade, no *Penedo de Santiago* (freg. Eiras), apresentando vários argumentos (Teixeira 1996, pp. 207-208): a torre existente na atual Santo Estêvão, do tipo *domus fortis*, não será muito anterior ao século XIV; a implantação proposta, na freguesia de Eiras, dá-se a uma cota mais elevada, em que o terreno proporciona melhores condições defensivas para a construção de um castelo roqueiro do que em plena veiga; os relatos recolhidos pelo autor nas Inquirições Gerais de 1258, que referem que o termo de Santo Estêvão confrontaria a sul com Isei, o que se verifica. Apesar desta indefinição ter sobrevivido no tempo (Ribeiro 2010, p. 84), Mário Barroca subscreve esta hipótese, ao dissertar sobre duas inscrições medievais encontradas na Igreja de Santo Estêvão (Barroca 2013, pp. 263-273).

A nosso ver, a localização proposta por Ricardo Teixeira é a mais plausível, não só pelas características defensivas da estrutura, mas pela capacidade que esta aufere no controlo da veiga de Chaves e das estradas que dela partem em várias direções, bem como pela proximidade aos Mosteiros de Santo Estêvão e de São Julião de Montenegro, provavelmente numa relação semelhante à que se verificava entre o Castelo de Benviver e o cenóbio de São João Baptista de Pendorada. Ao castelo acorriam,

em anúduva ou para levar mantimentos para o celeiro do rei (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1355)[178], as populações das paróquias de Santo Estêvão de Chaves e de São Pedro de Vale de Santo Estêvão de Chaves (São Pedro de Agostém), de Sesmil, de Vilar de Nantes e de Outeiro Seco (na margem direita do Tâmega).

Apesar da importância de Santo Estêvão na administração deste espaço, estas inquirições registam as alterações iniciadas por D. Afonso III nos anos anteriores, resultantes do foral concedido pelo Bolonhês à dita póvoa, em 1253. Este esforço será reforçado pela carta que o monarca concedeu aos moradores de Santo Estêvão, datada de 1258, para que povoassem a nova vila, concedendo ao concelho de Chaves não só o termo da vila, como também os territórios de Santo Estevão e de Gouveia (Gomes 2015, p. 30), informação replicada poucos meses depois por Mendes Aires, juiz do julgado de Chaves, aos inquiridores da 5.ª Alçada (PMH: Inq., fasc. IX, p. 1527)[179].

Esta mudança foi gradual, como atesta a fonte, o que significa que ambas as estruturas terão coexistido, pelo menos, durante a fase inicial do novo assentamento. Segundo as informações relatadas aos inquiridores, iam em anúduva à fortaleza em construção os moradores da bouça de Sordo, localizada entre Cela e São Julião de Montenegro (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1355), os de Monteiros e de Parada de Monteiros (c. Vila Pouca de Aguiar), no julgado de Aguiar (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1368), além dos homens da dita vila do Castelo de Chaves (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1353), povoado esse que já seria um facto em 1258, pela circunstância de já se constituir como julgado à data destas inquirições (Gomes 2015, p. 30; PMH: Inq., fasc. IX, pp. 1527-28).

Edificado num monte nas proximidades do rio Tâmega, o novo castelo estaria sujeito a ameaças oriundas de todos os quadrantes. Todavia, terá beneficiado dos avanços preconizados pela arquitetura militar gótica, tendo em conta que a sua construção foi iniciada durante o reinado de D. Afonso III e apenas finalizada no de D. Dinis (Gomes 2015, p. 32). A defesa da veiga e o controlo da rede viária passarão pela articulação das funções militares com o Castelo de Monforte de Rio Livre, sobretudo a partir do final do século XIII, como já tivemos a oportunidade de referir. Mas a nova posição traria ainda benefícios para o desenvolvimento socioeconómico da região, como a instituição da Colegiada de Santa Maria em 1262, que se tornou numa das mais importantes e ricas de todo o arcebispado de Braga (Gomes 2015, p. 31), ou a criação de uma feira mensal, como veio a acontecer, também no reinado de D. Dinis, em 1289 (Cunha 2019, p. 326).

---

[178] Quem o diz são Mendes Aires, juiz da povoação de Chaves, Martinho Lopes, Andreas Petri e Fernando Rodrigues da dita vila de Santo Estêvão.

[179] Além de ser a principal testemunha aquando da inquirição ao julgado de Chaves, o juiz Mendes Aires é também inquirido pelos homens da 4.ª Alçada. Veja-se PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1355.

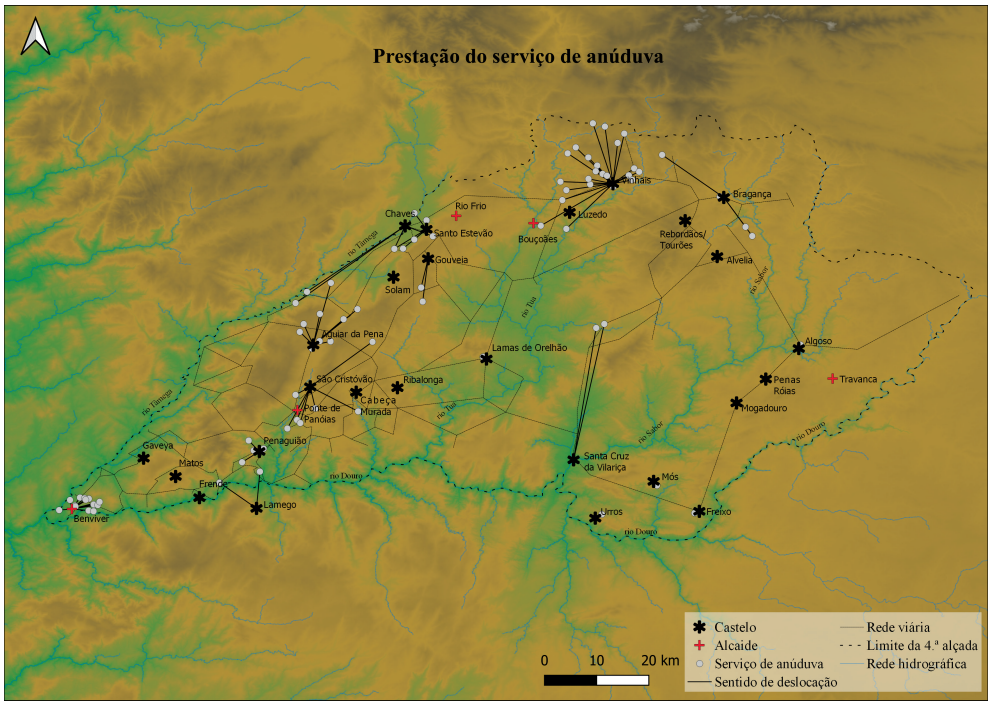


Fig. 21. Prestação do serviço de anúduva

A sul de Chaves encontramos o Castelo de Aguiar da Pena, que completaria a rede de estruturas responsáveis pela defesa da estrada que ligaria a faixa fronteiriça com o vale do rio Douro, controlando ainda as ligações que atravessavam perpendicularmente o território sob a sua jurisdição, ligando dessa forma o vale do rio Tâmega à área de Jales. Ao contrário do exame realizado para as fortalezas de Chaves e de Santo Estêvão, a análise desta estrutura será restringida à prestação da anúduva e do serviço de guarda, remetendo um comentário mais aprofundado para o artigo conjunto de Mário Barroca e de António Morais (Barroca e Morais 1985/1986). Através da fonte, sabemos que tinham de cumprir com a anúduva as populações de Vilarinho de São Bento (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1366), de Carrazedo do Alvão (p. 1366), de Trandeiras (p. 1367), de Soutelo de Aguiar (p. 1369), de Montenegrelo (p. 1370), de Pontido (pp. 1370 e 1374), de Vila Meã (p. 1372), de Eiriz (p. 1373), de Cabanas (p. 1374), de Parada de Monteiros (p. 1367) e de Monteiros (p. 1367), relembrando-se o facto de que os moradores das últimas duas vilas também prestavam este serviço no Castelo de Chaves. Paralelamente, os herdadores da propriedade régia de Telões estavam incumbidos de velar pelo Castelo de Aguiar (pp. 1374-1375).

4.4.3.2. O território de Vinhais

Quanto ao vale do rio Tuela, identificamos duas estruturas militares de relevo, cuja relação com a rede viária e o povoamento existente terá ditado a ação dos monarcas portugueses em toda a área. Falamos do castelo roqueiro edificado entre Vale de Janeiro e Nuzedo de Baixo (c. Vinhais) e da fortaleza erguida na atual sede do concelho de Vinhais, tendo ambos merecido a atenção de Armando Redentor, em 2008 (Redentor 2006, pp. 22-30)[180].

No século XII, a estrutura roqueira seria o centro administrativo do território de Vinhais (Redentor 2006, pp. 22-23; PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1342-1343), situação que se começará a alterar a partir do reinado de D. Sancho II, com a tentativa de fundar uma nova vila e uma fortaleza, como refere Martinho Paio de Tuizelo, ao afirmar «quod concilium de Vinaes habuit facere unam villam a fortelezatam ad Regem Donnj S[ancii] fratris istius Regis et popularent illam et habitauerint illam et non fecerunt illam» (p. 1344), estando toda a terra de Vinhais sujeita a tal pacto, o qual não foi cumprido (p. 1340)[181]. Apesar da empresa falhada, a construção do castelo no outeiro sobranceiro a São Facundo de Crespos já seria uma realidade em 1258, pelo facto de Pedro Paio de Santalha mencionar ter visto o casteleiro de Vinhais «filhar o pão» na vila régia de Manzalvos, que naquela época estava na posse de D. Fernando Eanes da Galiza (p. 1342)[182]. A menção ao dito casteleiro vem confirmar a sua existência e, consequentemente, o que se encontra estabelecido no foral de 1253, ao referir-se que o tenente da dita estrutura teria de receber anualmente 100 morabitinos dos homens de Vinhais (Redentor 2006, p. 22; Barroca 2003, p. 180).

Quanto à posição geoestratégica, a mudança de localização em cerca de 11 quilómetros para norte, visava a reorganização de um território no qual a autoridade dos monarcas portugueses era diminuta, como demonstram inúmeros relatos presentes na fonte (Redentor 2006, p. 23). Consequentemente, permitiria controlar de forma mais eficiente um importante corredor de circulação, nomeadamente, a variante norte da antiga Via XVII, mas também os vários portos e portelas existentes entre o rio Tuela e o território leonês, no eixo norte-sul.

---

[180] Veja-se ainda Gomes 2015, p. 80.

[181] «Petrus Petri de Jzindo […] et scit quando homines de Vinaes se aduenerunt cum Rege Donno S[ancii] fratre istius Regis et arrendauerunt sibi totam terram de Vinaes et posuerunt cum eo tale pactum ut ipsi homines facerent unam bonam villam in Vinaes et quod a fortelezasent eam et non fecereunt ipsam villam».

[182] «Petrus Pelagij de Santaala […] scit quod medietas de villa de Manzluos fuit Regis Portugalie et uidit quando castelarius de Vinaes fuit filiare panem in loco Regis Portugalie ad ipsam villam et modo tenet illam Donnus Fernandus Eannes de Galicia et non facit inde forum Regi».

4.4.3.3. O território de Bragança

São três as estruturas militares que identificamos no território de Bragança. A primeira é o Castelo de *Aluelia*, que o Abade de Baçal identifica como sendo o Castelo de Pinela (freg. Pinela, conc. Bragança), aludindo ao facto de que a sua construção teria sido encomendada pelo rei D. Sancho I e D. Galego tendo em vista o seu estabelecimento como o centro da autoridade régia na região, ainda antes do povoamento da herdade de Benquerença, sede da atual Bragança (Alves 2000, tomo IX, pp. 149-151; Gomes 1993, p. 35). O segundo outorgante terá recebido em troca a vila de Prada, no vale de Paçó (c. Vinhais) (PMH: Inq., fasc. VIII, pp. 1319 e 1330-1331). Outra das estruturas identificadas é o Castelo de Tourões (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1325) ou Rebordãos (Alves 2000, tomo IX, p. 568)[183], localizado a meia-vertente, no lado oriental da serra de Nogueira, a cerca de dois quilómetros de Rebordões, localidade que recebeu foral de D. Sancho I em 1208 (Alves 2000, tomo IX, p. 391). Estas duas estruturas supervisionariam o acesso a Bragança via Macedo de Cavaleiros, bem como os espaços a leste de Bragança, pelo menos até à construção do Castelo de Outeiro de Miranda, já no reinado de D. Dinis, estabelecendo-se então como uma segunda linha de defesa face à fronteira com Castela.

Por último, o Castelo de Bragança. A sua história é longa e cheia de escolhos, por isso iremos cingir-nos ao essencial. Será D. Sancho I a conceder foral à referida povoação em junho de 1187, escolhendo para tal a herdade de Benquerença, no cimo de um monte entre os rios Fervença e Sabor (Gomes 1993, p. 73), o que permitia controlar uma vasta área e as várias estradas nela existentes. Em finais de 1198 ou inícios de 1199, o monarca acorre à dita vila para a socorrer do cerco a que tinha sido sujeita por parte de Afonso IX de Leão (Gomes 1993, p. 73). Refira-se que a missão de defesa estava a cargo de vários nobres leoneses que não respeitaram o pacto estabelecido com o rei português (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1280 e 1282). Este evento terá sido suficiente para se iniciar o amuralhamento do povoado a partir de 1200 (Almeida e Barroca 2002, p. 79).

No que toca à manutenção do muro, as Inquirições Gerais de 1258 evidenciam bem as obrigações a que estavam sujeitas várias das povoações vizinhas, sendo que as igrejas de Santa Maria de Bragança (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1286), de São Vicente de Freixedelo e de Santa Maria de Grijó de Parada (p. 1304) estavam obrigadas a conceder um terço do seu foro ao concelho de Bragança para a manutenção da estrutura, enquanto os homens da paróquia de São João de Fontes de Transbaceiro iam em anúduva ao dito muro (p. 1335).

[183] Veja-se também Lopo 1897.

4.4.3.4. A defesa da Terra de Miranda e do vale do Douro

Se no espaço em análise há uma faixa de fronteira que se destaca é o Entre-Douro-e--Sabor, limitada a norte, em Paradela (c. Miranda do Douro), pela vizinha Espanha, e a sul pelo rio Douro, em Barca d'Alva (c. Freixo de Espada à Cinta), devido à multiplicidade de instituições aí presentes. Cruzando-a meridionalmente, encontramos o *carril mourisco*, a antiga estrada que atravessava todo o território. Aliás, D. Bermudo de Urrós refere que as vilas de Mogadouro, de Penas Róias, de Algoso e toda a Terra de Miranda eram da Coroa e que estas faziam divisão com o reino de Leão, sendo que D. Mendo Guedaz levava o montádigo e rendas de toda a Terra de Miranda e que as Ordens do Hospital e do Templo, bem como o Mosteiro de Santa Maria de Moreruela, tinham toda a terra (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1280). À apropriação de terras e rendas temos de associar os vários eventos militares que aqui ocorreram ao longo da segunda metade do século XII e durante a centúria seguinte, com destaque para as várias incursões de Afonso IX de Leão, as quais já tivemos oportunidade de abordar.

Aliás, a conquista do Castelo de Algoso (Gomes 1993, p. 75) por Afonso IX de Leão antecede o cerco à vila de Bragança verificado no final do século XII. Alcandorado num local sobranceiro à ribeira de Angueira e capaz de controlar um importante cruzamento de estradas, a sua construção foi encomendada por D. Sancho I a Mendo Bufino em troca da vila de Vimioso (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1284)[184], tendo a tenência da estrutura estado, num período posterior, nas mãos de D. Mem Guedaz durante 17 anos (p. 1266)[185], o qual arrecadaria, no cumprimento das suas funções, todas as rendas da Terra de Miranda (p. 1282)[186]. Martinho Alho de Mogadouro refere que esta estrutura estava na posse da Ordem do Hospital após o rei leonês a ter *filhado*, mas que não sabia quando tal aconteceu (p. 1279), sendo que D. Vicente de Mogadouro menciona que Algoso terá passado para os Hospitalários por doação de D. Afonso II (p. 1279).

A sul erguem-se os Castelos de Penas Róias e de Mogadouro, cuja construção será anterior ao verão de 1145. Esta hipótese é avançada por Mário Barroca com base nas Inquirições Gerais de 1258, mencionando que Fernão Mendes de Bragança, *tenente* da Terra de Bragança entre 9 de julho de 1128 e 29 de julho de 1145, terá doado ambas as estruturas à Ordem do Templo. Mais tarde, D. Sancho I procurará recuperar os castelos: em 1197 doa aos Templários a vila de Idanha-a-Velha e o seu

---

[184] «Pelagius Petri capellanus eiusdem ecclesie […] Rex Donnus S[ancius] senex dedit ipsam villam Menendo Busino pro castelo de Ulgoso quem fecit ipse Menendus Busino predicto Regi […] quando milites Donni Regis stabant in castello de Ulgoso et recipiebant totam rendam de Miranda pro ad Donum Regem».

[185] «Martim Egee prelatus eiusdem ecclesie […] audiuit dicere hominibus qui sciebant quod Domnus Rex dedit ipsam medietatem Donno Menendo Guedaz cuius erat alia medietas pro seruicio quem sibi fecit stando xvij annos in castelo de Vlgoso». Barroca 1990/1991, p. 124.

[186] «Stephanus Exeminis de Vila Chana de Barceosa […] et scit quando inde recipiebant totas rendas pro ad Donnum Regem et scit quando milites Donni Regis stabant in castello de Vlgoso de manu Donni Regi».

termo em troca de Penas Róias e Mogadouro e, em 1199, a herdade de Açafa (atual Ródão) pelas igrejas dessas localidades (Barroca 1996/1997, pp. 174-175). Em Penas Róias existiria um celeiro do rei, estrutura onde as populações das redondezas se deslocariam para aí entregarem os foros devidos à Coroa (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1279).

Refira-se ainda a presença de Domingos Estêvão, alcaide de Travanca, aquando da inquirição de 1258, em Algoso, que julgamos ser uma das freguesias de Mogadouro que limita com o atual concelho de Miranda do Douro e onde, segundo o Abade de Baçal, existiria um castelo, em Figueirinha (Alves 2000, tomo IX, p. 573). Datámos esta estrutura como sendo do século XIII, por ser a referência mais antiga de que dispomos, mas poderá remontar a um período anterior.

Estas estruturas seriam a componente norte do sistema de controlo e de vigilância deste espaço fronteiriço, atravessado longitudinalmente pelo *carril mourisco*, e que tinha nos Castelos de Mós, de Urros e de Freixo de Espada à Cinta a sua componente sul, à qual adicionámos a fortificação de Santa Cruz da Vilariça, num ponto mais recuado do sistema defensivo do vale do Douro face a leste. Segundo o relato de Paio Peres dito de Freixo de Numão, o concelho de Freixo recolhia a renda da Igreja de São Miguel, sendo que um terço seria para o clérigo e os outros dois para a construção do castelo da vila (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1278). Esta ação era realizada pelos concelhos das vilas de Mós (p. 1277) e de Urros (p. 1277), que levavam um terço da dízima para a construção dos castelos das respetivas localidades. Chamamos a atenção para o facto de em Alva ter existido um castelo, mas que é omisso na fonte, muito provavelmente por ter sido ocupado por forças leonesas no reinado de D. Sancho II, tendo o monarca expulso todos os que aí moravam (Jana 1994 e Costa 2001) e anexado a povoação ao termo de Freixo (p. 1278). Localizado junto à foz da ribeira do Mosteiro, controlava a passagem entre as duas margens do rio Douro (Lima et al. 2015, p. 57).

O Castelo de Santa Cruz situava-se na vila de Santa Cruz da Vilariça, cabeça do julgado com o mesmo nome, estrutura à qual os homens de São Miguel de Cernadela e de São Nicolau de Vale de Cortiços, do julgado de Mirandela, tinham de ir em anúduva, levados pelo mordomo do rei, Aparício (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1271). Esta vila, além de se constituir como um ponto defensivo recuado, controlava as vias que ligavam os espaços fronteiriços ao vale do Tua e à área de Panóias, mas também aquelas que percorriam o vale da Vilariça rumo a norte, tomando a direção de Mirandela ou de Bragança. Seria através desta estrada que os homens das paróquias supramencionadas alcançariam o Castelo de Santa Cruz.

4.4.3.5. Lamas de Orelhão

A última estrutura alvo da nossa análise é Lamas de Orelhão. Devido ao seu posicionamento estratégico na rede viária transmontana, onde se inclui, entre outras,

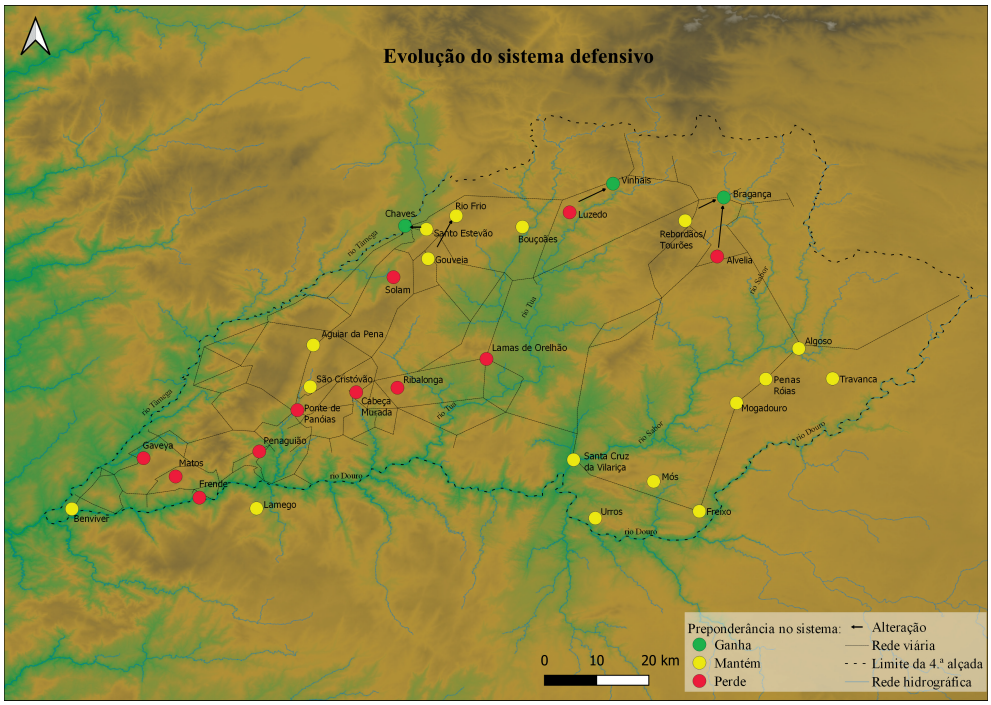


Fig. 22. Evolução do sistema defensivo

a estrada que ligava a área de Panóias ao vale do Tua. Relativamente à estrutura aí levantada, os relatos das Inquirições remetem o início da sua construção para o reinado de D. Sancho II, como forma de criar um assentamento permanente e proteger as estruturas de apoio aí existentes, com destaque para a albergaria mandada erguer por D. Afonso Henriques (PMH: Inq., fasc. VIII, p. 1301).

Símbolo por excelência do poder militar do rei, é possível perceber que existiu um avanço da linha defensiva e, consequentemente, do controlo do território, por parte da Coroa portuguesa, de oeste para este. A Figura 22 ilustra alguns destes movimentos, que se tornam reais pelo abandono de estruturas como castros e castelos roqueiros, substituídas por outras mais recentes, como sucedeu na Terra de Vinhais, com a construção de uma fortaleza num sítio sobranceiro a São Facundo de Crespos, paróquia primitiva da atual Vinhais, substituindo assim o Castelo de Nuzedo como centro do poder administrativo e militar da referida *Terra*. Para este avanço muito contribuíram os sistemas de alianças criados pelos monarcas portugueses, que através de cedências várias para com a nobreza local e regional, como foi o caso dos Bragançes, e para com as ordens religioso-militares, nomeadamente os Hospitalários e os Templários. Estas ações foram essenciais para atrair este espaço de transição para a esfera da Coroa portuguesa, o que permitiu estabilizar a linha

de fronteira, por exemplo, no vale do Douro Internacional, expandindo a influência efetiva dos monarcas portugueses muito além do vale do Tâmega.

Tabela 6. Alcaides e castelos no Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, em 1258

< Séc. XI	Séc. XI	Séc. XII	Séc. XIII
Ribalonga (Ribalonga, Alijó)	*Gaveya* (Marco de Canaveses)	Santo Estêvão de Chaves (Eiras, Chaves)	Aguiar da Pena (Telões, Vila Pouca de Aguiar)
Cabeça Murada (Vila Verde, Alijó)	Baião (Ovil, Baião)	Santa Cruz da Vilariça (Adeganha, Torre de Moncorvo)	Chaves (Santa Maria Maior, Chaves)
Castelo de *Solam* (Loivos, Chaves)	Santa Maria do Castelo (Frende, Baião)	Mós (Mós, Torre de Moncorvo)	Vinhais (Crespos, Vinhais)
Alcaide em Benviver (Magrelos, Marco de Canaveses)	Penaguião (Fontes, Santa Marta de Penaguião)	Urros (Urros, Torre de Moncorvo)	Lamas de Orelhão (Lamas de Orelhão, Mirandela)
Alcaide que mora em Bouças (Bouçoães, Valpaços)	São Cristóvão (São Tomé do Castelo, Vila Real)	Freixo (Freixo de Espada à Cinta)	Rebordãos ou Tourões (Bragança)
Lamego (Lamego)	Gouveia (Friões, Valpaços)	Mogadouro (Mogadouro)	Alcaide de Travanca (Mogadouro)
	Alcaide de Rio Livre (Águas Livres, Chaves)	Penas Róias (Penas Róias, Mogadouro)	
		Algoso (Algoso, Vimioso)	
		Bragança (Bragança)	
		Alvelia (Pinela, Bragança)	
		Luzedo (Vale de Janeiro, Vinhais)	
		Alcaide de Ponte de Panóias (Mouçós, Vila Real)	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poderá parecer demasiado redutor ou simplista, mas a história dos caminhos em Trás-os-Montes poderia ser resumida a um contínuo aproveitamento das estruturas já existentes. Os romanos, tidos como um dos povos que mais investiu na construção da sua rede viária, terão feito uso dos caminhos preexistentes, calcorreados pelas populações que já ocupavam este espaço antes da sua chegada. Dos marcos miliários às estalagens ou *mutatio* e pontes espalhadas por todo o território, estas estruturas asseguram-nos, com as devidas reservas, a passagem das vias, sendo a mais conhecida aquela que ligava Braga a Astorga por Chaves, imortalizada por Antonino Pio como Via XVII.

Apesar do colapso do Império Romano, foi a rede viária implantada por este que permitiu ligar, durante séculos, com maior ou menor eficácia, as estruturas de poder aos que delas dependiam e que para elas contribuíam. Podemos afirmar que este terá sido um dos principais, senão dos poucos, fatores de uniformidade neste espaço. Se aos estudos realizados para a época medieval lhe juntarmos os mapas elaborados a partir do século XVI, a matriz viária romana é facilmente identificável, com os principais itinerários medievais a seguirem, *grosso modo*, os percursos construídos durante o domínio romano. Este panorama permaneceu, em certa medida, quase inalterado até aos nossos dias, mesmo com o advento das estradas de macadame no século XIX ou com a construção das autoestradas no final da segunda metade do século XX.

Apesar do contributo romano, não significa que os seus sucessores não tenham deixado a sua marca. Por exemplo, a construção de pontes foi uma constante, visando suprir a necessidade de transpor rios caudalosos, como aquelas erguidas nos rios Tâmega e Tua, em áreas desprovidas de tais estruturas ou cujas soluções existentes, como a utilização de barcas ou a passagem a vau, não asseguravam uma transposição segura e eficaz de pessoas, animais e mercadorias. Vemos isso, por exemplo, nos legados deixados nos testamentos de vários eclesiásticos das catedrais de Coimbra e do Porto[187], para a manutenção da ponte de Canaveses a partir da segunda metade do século XIII.

Ademais, à matriz viária romana foram sendo adicionados novos traçados. Apesar de serem poucas, diríamos quase raras, as referências a caminhos existentes num território tão vasto como aquele aqui em análise, o que dificultou o estabelecimento de uma hierarquia mais complexa entre caminhos a um nível regional, esta existia, com a fonte a demonstrar as diferenças ao nível do vocabulário utilizado, para descrever determinados caminhos. Temos de ter ainda em atenção de que esta hierarquia é condicionada pela escala da leitura, ou seja, uma escala menor ou de conjunto irá sempre apresentar um menor detalhe (Fig. 6, p. 62), dificultando a identificação de possíveis diferenças; enquanto a utilização de uma maior escala ou local permitirá

[187] Estes encontram-se presentes na coletânea dos *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*.

verificar, com maior rigor, a existência de uma hierarquia entre vias, como visível na Figura 9 (p. 69), junto à Régua.

No que respeita aos vocábulos utilizados, tomem-se como exemplos o caminho de gado construído em Merelhe (c. Marco de Canaveses) e a *carreira* entre Mesão Frio e Vila Marim, na qual Lopo Afonso Gato cobraria portagem. Paralelamente, a presença de referências a *carreiras velhas* pressupõe a existência de outras mais recentes nas proximidades. Vemos isso acontecer nos julgados de Baião, de Penaguião e de Panóias, provavelmente obedecendo às dinâmicas demográficas e económicas, de forma a conectar os assentamentos já existentes com aqueles criados de raiz ao longo da Idade Média que, por ação senhorial, mas sobretudo régia, foram sendo implantados um pouco por todo o território em análise. Admitamos a existência de uma simbiose entre as vias e o povoamento, reforçada pelas inúmeras cartas de foral e de feira outorgadas ao longo dos séculos XIII e XIV.

O estabelecimento deste tipo de vínculos não foi exclusivo da região transmontana, pois tinha como objetivo a solidificação do poder da Coroa portuguesa em territórios tidos como periféricos, no contexto de uma política que, ao longo da segunda metade do século XII e da primeira metade do século XIII, se centrou na expansão territorial para sul e sudeste. Estagnado o avanço para sudeste graças à conquista de Sevilha em inícios de 1248 por Fernando III de Castela e Leão, e finalizada a conquista do Algarve entre 1248 e 1249 por D. Afonso III, iniciou-se um longo pleito entre as duas monarquias respeitante à posse do Algarve e, consequentemente, à questão fronteiriça, que verá no Tratado de Alcañices de 1297 a sua resolução.

É neste plano que as Inquirições Gerais de 1258 evidenciam várias das estratégias conduzidas pelos diferentes poderes a várias escalas, como, por exemplo, no uso dos vocábulos *termo de Portugal* e *termo de Leão* para os espaços fronteiriços, no registo dos forais outorgados em tempos anteriores e onde se definem determinados serviços militares, ou nos acordos entre a Coroa e os senhores locais no que toca à defesa de determinadas vilas, como foi o caso de Bragança no final do século XII. Este avanço é notório nos mapas temáticos produzidos. Se os principais castelos existentes no século XI permitiam o controlo dos vales do Tâmega e do Corgo, assegurando assim a ligação entre Chaves e o rio Douro, é no século XII, com D. Afonso Henriques e D. Sancho I, que se deram os primeiros passos tendo em vista assegurar a presença da Coroa portuguesa no espaço de Trás-os-Montes Oriental, reforçada posteriormente no século XIII pelas políticas de D. Afonso III e de D. Dinis: as 11 estruturas a leste do rio Tua são fundações do século XII ou posteriores (Fig. 20, p. 95).

Mas terá o estabelecimento de uma fronteira física, entre duas unidades políticas distintas, surtido algum efeito nas populações locais? Certamente alguns dos antigos caminhos terão perdido a sua importância em detrimento de outros, agora mais controlados pelas autoridades locais. Mas os resultados não terão sido imediatos,

tendo em conta os conflitos que se alastraram ao espaço da 4.ª Alçada nos reinados de D. Afonso II e de D. Sancho II, fazendo regredir o processo centralizador iniciado pelos monarcas anteriores. Por exemplo, vemo-lo acontecer em Vinhais, em que o *concilium* da dita vila negociava propriedades com membros da nobreza e com instituições eclesiásticas, fossem portuguesas ou leonesas, desde o tempo de D. Sancho I até ao de D. Afonso III.

Quanto à uniformidade da região em estudo, a verdade é que, ao longo destas páginas, foi-se tornando cada vez mais claro para nós a existência de dois espaços diferenciados. Se na parte ocidental o território é visivelmente fragmentado pelas múltiplas instituições eclesiásticas e monásticas, pela aristocracia e por pequenos proprietários, em concorrência direta com o rei, a oriente o domínio era indubitavelmente exercido pelos Bragançoes, sobressaindo em meados do século XIII a figura de Nuno Martins de Chacim e do Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs, contando-se ainda com a presença de nobres e instituições monásticas galegas e leonesas nos espaços de fronteira, muitos deles associados também aos Bragançoes. Aliás, julgamos ter sido este um dos fatores que mais contribuiu para a discrepância entre os dados recolhidos sobre este espaço e os respeitantes à região ocidental. As informações aqui recolhidas são focadas, sobretudo, em quem detinha a posse da propriedade e não tanto no registo dos serviços a prestar ou nos limites espaciais, onde encontramos, por norma, as menções a caminhos.

Como resposta a este vazio remetemos ao que redigimos na Introdução deste estudo. Sabemos que o alargamento da base documental e, consequentemente, do período temporal em análise, permitiria reduzir as lacunas com que nos deparámos ao longo deste estudo. Entre as fontes primordiais para almejar esse objetivo contam-se, entre outras, o tombo do Mosteiro de Castro de Avelãs (Afonso 2002) e as chancelarias régias.

Todavia, o nosso objetivo era outro: o de procurar entender as potencialidades desta fonte em particular ao nível dos estudos dos caminhos. Acreditamos ter conseguido atingi-lo, pelo menos parcialmente, como fica patente no diversificado conjunto de mapas temáticos produzidos. Porém, para entendermos o impacto da rede viária no dia a dia das populações locais, de uma forma mais alargada e não apenas em casos específicos, teríamos de enquadrá-la no quadro socioeconómico da região.

Apesar de existirem cada vez mais estudos para a região Trás-os-Montes utilizando as Inquirições Gerais como fonte primária para analisar as questões sociais e económicas, desde a análise da pequena propriedade até aos que detinham o poder e à forma como o exerciam, eles circunscrevem-se, sobretudo, no estudo das instituições locais e dos julgados, como divisão administrativa. Para se avançar para um estudo de grande envergadura tendo como base as Inquirições Gerais de 1258, seria necessário proceder a uma nova edição dos fascículos dos *Portugaliae Monumenta*

Historica referentes a este inquérito, substituindo a versão existente, publicada a várias mãos, entre 1891 e 1977, de forma a sistematizar as informações aí presentes e regularizando assim as várias falhas existentes.

Auxiliados pela cartografia temática elaborada, verificamos ainda uma tendência no que diz respeito à orientação das vias medievais. Estas desenvolvem-se no sentido sudoeste/nordeste, aproveitando os vales dos principais rios, nomeadamente do Tâmega, do Tua e do Sabor, quando assim a paisagem o permitia, como acontece na veiga de Chaves, ora pelos planaltos recortados por cursos de água, cujas vertentes íngremes impedem a construção de caminhos a meia-encosta ou junto ao rio, como acontece na transição entre a Terra de Miranda e Bragança. Em alguns casos, este fenómeno é aplicável no que diz respeito a rios mais pequenos ou que são afluentes dos anteriormente referidos, como os rios Pinhão e Rabaçal, mas no sentido noroeste/sudeste. Este é mais um sinal da simbiose entre o Homem e o espaço que ocupa, procurando adaptar-se-lhe, conservando assim recursos e energia.

Resta-nos concluir afirmando que muito mais há por fazer no estudo do Portugal medievo, quer no âmbito dos caminhos, quer na área da História económica através das Inquirições Gerais. Esperamos que este trabalho contribua para o desenvolvimento de ambos.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES IMPRESSAS

Carta Corographica de Portugal. Folha 6. Escala 1:100 000 [material cartográfico]. Lisboa: Direcção Geral dos Trabalhos Geodesicos e Topographicos, 1904.

Carta Corographica de Portugal. Folha 9. Escala 1:100 000 [material cartográfico]. Lisboa: Direcção Geral dos Trabalhos Geodesicos e Topographicos, 1900.

PMH: Inq., fasc. IX [*Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo Post Christum usque ad Quintum Decimum: Inquisitiones*]. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1977. Vol. I, Fasc. IX.

PMH: Inq., fasc. VIII [*Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo Post Christum usque ad Quintum Decimum: Inquisitiones*]. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1961. Vol. I, Fasc. VIII.

PMH: Inq., fasc. VII [*Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo Post Christum usque ad Quintum Decimum: Inquisitiones*]. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1936. Vol. I, Fasc. VII.

ATLAS, COROGRAFIAS E DICIONÁRIOS

ALVES, Francisco Manuel, 2000. *Bragança: Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 2.ª ed. Bragança: Câmara Municipal de Bragança.

RIBEIRO, João Pedro, org., 1815. *Memorias para a Historia das Inquirições dos primeiros Reinados de Portugal colligidas pelos discipulos da Aula de Diplomatica no anno de 1814 para 1815 debaixo da direcção dos Lentes Proprietário, e Substituto da mesma Aula*. Lisboa: Impressão Régia.

VASCONCELOS, José Leite de, 1938. *O Douro geográfico-etnográfico*. Régua: Imprensa do Douro. Coleção Estudos Durienses, Série B, 4.

VASCONCELOS, José Leite de, 1933-1985. *Etnografia portuguesa: tentame de sistematização*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, José Leite de, 1928. *Antroponimia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, 1965-1966. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram* […]. Lisboa: Livraria Civilização. Vols. I e II.

GUIAS, ROTEIROS, CATÁLOGOS, INVENTÁRIOS, ÍNDICES E BIBLIOGRAFIAS

ANDRADE, Amélia Aguiar, coord., 2003a. *As Estradas em Portugal. Memória e História*. Braga: Centro Rodoviário Português. ISBN 972-98649-6-9.

ANDRADE, Amélia Aguiar, 2003b. Um roteiro para uma Estrada-Património. *Pedra & Cal*. Lisboa: GECoRPA. (19), 26-27.

ARMAS, Duarte de, 2006. *Livro das Fortalezas*. Introdução de Manuel da Silva CASTELO BRANCO. 3.ª ed. Lisboa: ANTT; Edições Inapa. ISBN 972-8387-07-5.

BRONSEVAL, Claude de, 1970. *Peregrinatio Hispanica: Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal: (1531-1533)*. Introduction, traduction et notes par Don Maur Cocheril. Paris: Presses Universitaires de France. 2 tomos.

DIAS, João José Alves, 1986. Itinerário de D. Afonso II (1211-1223). *Estudos Medievais*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, Secretaria de Estado da Cultura. (7), 29-47.

DIAS, João José Alves, 1980. Itinerário de D. Afonso III (1245-1279). *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. (XV), 453-519.

FREITAS, Isabel Vaz, 2004. Itinerários dos Oficiais de Cobrança de Direitos Régios. Os Livros de Portos Secos no século XVI. Em: *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua Época*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 316-331. Vol. I.

GALEGO, Júlia, João Carlos GARCIA, e Maria Fernanda ALEGRIA, 1988. *Os itinerários de D. Dinis, D. Pedro e D. Fernando: interpretação gráfica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Instituto Nacional de Investigação Científica.

GALEGO, Júlia, e Suzanne DAVEAU, 1986. *O numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

GONÇALVES, Iria, 2005-2006. Percorrendo a fronteira na companhia de Duarte de Armas. *Media Aetas*: *Revista de Estudos Medievais*. Carnaxide: Patrimonia. II Série. (2), 67-100. ISSN 0874-484X.

LOPES, Paulo, 2006. Os livros de viagens medievais. *Medievalista*. Lisboa: IEM-FCSH-UNL. **2**(2), 1-32.

MACHADO, J. T. Montalvão, 1978. *Itinerários de el-rei D. Pedro I: 1357-1367*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

MARQUES, José, 1978. Os Itinerários do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467). *Revista de História*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto. (1), 89-182. ISSN 0870-4511.

MORENO, Humberto Baquero, 1997. *O Infante D. Pedro, duque de Coimbra: itinerários e ensaios históricos*. Porto: Universidade Portucalense. ISBN 972-9354-17-0.

MORENO, Humberto Baquero, 1988. *Os itinerários de el-rei Dom João I: 1384-1433*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

MORENO, Humberto Baquero, 1976. *Itinerários de El-Rei: D. Duarte: 1433-1438*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

MORENO, Humberto Baquero, 1968. Os itinerários do Infante D. Pedro: 1438-1448. *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques. **1**(1, Série B), 1-168.

PEREIRA, Rui Filipe Ferreira, 2016. *D. Afonso, Duque de Bragança: da morte de D. Duarte a Alfarrobeira*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

RAU, Virgínia, 1962. *Itinerários régios medievais: 1279-1325: elementos para o estudo da administração medieval portuguesa. Itinerário del-rei D. Dinis I*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura; Centro de Estudos Históricos.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1993. *Itinerários de El-Rei D. João II: 1481-1495*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. ISBN 972-624-091-3.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1987. *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568-1578)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1975. *Itinerários de el-rei D. João II*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1967. *Itinerários de El-Rei D. Sebastião*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

SILVA, Joaquim Candeias da, e José Manuel GARCIA, 2022. *Itinerários do rei D. Manuel I*. Lisboa: Edições Colibri.

ESTUDOS

AFONSO, Ana Maria, 2002. *O mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs. Um património monástico no dealbar da Idade Moderna (1500-1538)*. Cascais: Patrimonia Historica.

ALARCÃO, Jorge de, 2017. *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-1479-3.

ALARCÃO, Jorge de, 2005. Povoações Romanas da Beira Transmontana e do Alto Douro. *Côavisão: cultura e ciência*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. (7), 9-18.

ALARCÃO, Jorge de, 2004. Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA. **7**(1), 317-342.

ALARCÃO, Jorge de, 1998. Três níveis de aglomerados populacionais romanos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série IV. (16), 175-186.

ALARCÃO, Jorge de, 1988a. *O domínio romano em Portugal*. 4.ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América. ISBN 972-1-02627-1.

ALARCÃO, Jorge de, 1988b. *Roman Portugal: gazetteer: inventário*. Warminster: Aris & Phillips. ISBN 0-85668-445-7.

ALARCÃO, Jorge de, 1987. *Portugal Romano*. 4.ª ed. revista. Lisboa: Editora Verbo.

ALARCÃO, Jorge de, 1974. *Portugal Romano*. 1.ª ed. Lisboa: Editora Verbo.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, 1980. Via Veteris, antiga via romana? Em: SOCIEDADE MARTINS SARMENTO. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, vol III, pp. 151-170.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, 1979. A Rede Viária do Conventus Bracaraugustanus – Via Bracara Asturicam Quarta. *Minia*. Braga: ASPA. **2**(3), 61-163.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1989. Castelos e cercas medievais – Séculos X a XIII. Em: Rafael MOREIRA. *Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 38-54.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1978. *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho: desde as origens a 1220*. Trabalho complementar para prestação de provas de Doutoramento em História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1974. Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal. Em: *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1as Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, pp. 39-57. Separata.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1968. *Vias Medievais Entre Douro e Minho*. Tese de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, e Mário Jorge BARROCA, 2002. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. II: *O Gótico*. ISBN 972-23-2841-7.

ÁLVAREZ ÁLVAREZ, César et al., 1993. *Los Constructores de catedrales: el Camino de Santiago*. León: Deputación de León. 2 vols. ISBN 84-87081-67-3.

AMARAL, Luís Carlos, 1994. *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV - estudo de gestão agrária*. Lisboa: Edições Cosmos.

ANDRADE, Amélia Aguiar, 1987. Um percurso através da paisagem urbana medieval. *Povos e Culturas*. Lisboa: CEPCEP-UCP. (2), 57-77.

BALSA, Carlos, 2017. Via do Marão – Contributos para a identificação do traçado do antigo caminho do Marão. *Oppidum: Revista de Arqueologia, História e Património*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada. (10), 39-61.

BALSA, Carlos, e Vítor NOGUEIRA, ed., 2023. *Povoamento e vias de comunicação ao longo da História* [Em linha]. Vila Real: Biblioteca Municipal de Vila Real. Vol. II [consult. 2024-03-17]. Disponível em: https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/28347.

BALSA, Carlos, e Vítor NOGUEIRA, ed., 2021. *Povoamento e vias de comunicação ao longo da História* [Em linha]. Vila Real: Biblioteca Municipal de Vila Real. Vol. I [consult. 2024-03-17]. Disponível em: https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/24163.

BARCELOS, Hugo Nuno Aguiar, 2013. *Os julgados de Lanhoso, São João de Rei e Vieira em meados do século XIII. O testemunho das Inquirições de 1258*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

BARRADAS, Lereno Antunes, 1956. Vias romanas das regiões de Chaves e Bragança. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Casa de Sarmento. (66), 159-239.

BARROS, Amândio Morais, e Susana Pacheco BARROS, 2001. Caminhos e devoções: viajar no Douro medieval e moderno. *Douro: Estudos & Documentos*. Porto: GEHVID. **6** (11, 1.º), 181-195.

BARROS, Henrique da Gama, 1922. *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*. Lisboa: Typographia Castro Irmão. Tomos I a IV.

BARROCA, Mário Jorge, 2017. A Arquitectura Militar Portuguesa no Tempo de D. Afonso Henriques. Em: Mário BARROCA, coord. *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM, pp. 125-158. ISBN 978-989-8351-75-3.

BARROCA, Mário Jorge, 2013. Santo Estêvão de Chaves: Uma nova inscrição do Bispo D. Pedro. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. Porto: FLUP-DCTP. (XII), 263-273.

BARROCA, Mário Jorge, 2004. Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI). *PORTVGALIA*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP. Nova Série. **XXV**, 181-203.

BARROCA, Mário Jorge, 2003. Uma paisagem com castelos. Em: Vitor Oliveira JORGE, coord. *Arquitectando espaços: da Natureza à Metapolis*. Porto: FLUP; Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, pp. 173-181. ISBN 972-9350-83-3.

BARROCA, Mário Jorge, 1996/1997. A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII. *PORTVGALIA*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP. Nova Série. **XVII/XVIII**, 171-209.

BARROCA, Mário Jorge, 1990/1991. Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII). *PORTVGALIA*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP. Nova Série. **XI-XII**, 89-136.

BARROCA, Mário Jorge, 1988. A Ocupação Medieval em Castelo de Matos: Primeira abordagem. *Arqueologia*. Porto: Governo Civil do Porto; [S.l.]: Ministério das Relações Exteriores (França). (17), 3-15. Separata.

BARROCA, Mário Jorge, 1985. Notas sobre a Ocupação Medieval em Baião. *Arqueologia*. Porto: Governo Civil do Porto; [S.l.]: Ministério das Relações Exteriores de França. (10), 1-21. Separata.

BARROCA, Mário Jorge, e António J. Cardoso MORAIS, 1985/1986. A Terra e o Castelo – uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena. *PORTVGALIA*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP. Nova Série. **VI/VII**, 35-115.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de, 2013. Marcos de referência e topónimos da cidade medieval portuguesa: o exemplo de Coimbra nos séculos XIV e XV. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra. **13**, 157-176. ISSN 1645-2259.

CARVALHO, Pedro C., 2017. Época Romana. Em: Pedro C. CARVALHO, Luís Filipe Coutinho GOMES, e João Nuno MARQUES, coord. *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua (Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)*. Porto: Fundação EDP; Edições Afrontamento, pp. 240-383. Vol. I. ISBN 978-972-36-1601-9.

CASTRO, Ana Sampaio, 2014. *O Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: Da fundação à extinção*. Lamego: Vale do Varosa; Vila Real: Direção Regional de Cultura do Norte. ISBN 978-989-98708-2-6.

CHARLESWORTH, M. A., 1926. *Trade-routes and Commerce of the Roman Empire*. 2.ª ed. London: Cambridge University Press.

COELHO, Maria Helena da Cruz, 2006. As Cortes de Leiria e Leiria em Cortes. Em: *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional*. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, pp. 21-37.

CONCEIÇÃO, Rúben Filipe Teixeira da, 2020a. A rede viária de Trás-os-Montes ao longo de Duzentos. Em: GIHM. *Incipit 8 – Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2019*. Porto: GIHM, pp. 125-139. ISBN 978-989-8969-38-5.

CONCEIÇÃO, Rúben Filipe Teixeira da, 2020b. A evolução da rede de estradas em Trás-os-Montes (séculos XIII-XIX): uma análise cartográfica comparativa. Em: Mário Gonçalves FERNANDES, coord. *Atas do VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 189-204. ISBN 978-989-8969-57-6.

CONCEIÇÃO, Rúben Filipe Teixeira da, 2019. «Quo Vadis?»: pelos caminhos do Entre-Cávado-e-Minho nas Inquirições Gerais de 1258. Em: *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 163-197.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, e Marina Afonso VIEIRA, 2014. A habitação e a arquitectura corrente do Norte Transmontano em finais da Idade Média. Em: Ana CUNHA, Olímpia Pinto, Raquel MARTINS, coord. *Paisagens e poderes no medievo ibérico: actas do I Encontro Ibérico de Jovens Investigadores em Estudos Medievais: arqueologia, história e património*. Braga: Universidade do Minho; Porto: CITCEM, pp. 1-43.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, e Marina Afonso VIEIRA, 2013. Elementos para o estudo da rede viária de Trás-os-Montes no início de Quinhentos. Em: Iria GONÇALVES, coord. *Paisagens Rurais e Urbanas: fontes, metodologias, problemáticas*. Lisboa: Universidade NOVA de Lisboa/Centro de Estudos Históricos, pp. 67-97. Vol. II.

COSTA, António Domingues de Sousa, 1963. *Mestre Silvestre e Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*. Braga: Editorial Franciscana.

COSTA, Marco António da Silva, 2008. *Date et dabitur vobis: aspectos cristãos na Assistência Medieval Portuguesa*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

COSTA, Paula Pinto, 1999/2000. A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos Finais da Idade Média à Modernidade. Em: Luís Adão da FONSECA, dir. *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida. Vol. 3/4. ISSN 0874-0003.

COSTA, Paulo Sousa, 2016. *Alfândega da Fé de Sobre a Valariça: Do domínio senhorial ao senhorio régio (séculos XII-XIV)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CUNHA, Paulo Morgado, 2019. *As Feiras no Portugal Medieval (1125-1521): Evolução, Organização e Articulação*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DIAS, João José Alves, 1996. *Gentes e Espaços: em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. I. ISBN 972-31-0710-4.

DIAS, Lino Tavares, 2013. Contributo para o reconhecimento de «Estratigrafia» na paisagem da bacia do Douro. O caso do território entre Marão, Montemuro, Sousa, Tâmega e Douro. *CEM – Cultura, Espaço & Memória*. Porto: CITCEM. (4), 177-190. ISSN 2182-1097.

DIAS, Lino Tavares, 1997. *Tongobriga*. Lisboa: IPPAR. ISBN 972-8087-36-5.

DIAS, Lino Tavares, 1996. Contributo para a análise do ordenamento romano do território marginal do Rio Douro. *Douro — Estudos & Documentos*. Porto: GEHVID. **I** (2, 2.º), 31-56.

FABIÃO, Carlos, 1992. A Romanização do actual território português. Em: José MATTOSO, coord. *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 203-299. ISBN 972-42-0589-8. Vol. I: *Antes de Portugal*.

FAURE, Francisco G. C. Líbano Monteiro, 2017. Viajar no Tempo de D. Afonso Henriques. Vias e Pontes no território vimaranense. Em: Mário BARROCA, coord. *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM, pp. 303-357. ISBN 978-989-8351-75-3.

FERREIRA, Manuela Barros, 2001. A situação actual da língua mirandesa e o problema da delimitação histórica dos dialectos asturo-leoneses em Portugal. *Revista de Filología Románica*. Madrid: Universidad Complutense. **18**, 117-136. ISSN 0212-999X.

FERREIRA, Pedro Ricardo Gonçalves, 2016. *Os caminhos da estrutura do território do Baixo Ave*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

FERREIRA PRIEGUE, Elisa, 1988. *Los caminos medievales de Galicia*. Ourense: Museo Arqueoloxico Provincial.

FIALHO, Manuel, 2018. O Sistema Viário da Lisboa Medieval. Em: João Carlos de Sena MARTINEZ, ed. lit. *Meios Vias e Trajetos… Entrar e Sair de Lisboa. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa 2*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa; Sociedade de Geografia de Lisboa, pp. 135-145. ISBN 978-972-8543-49-5.

FONSECA, Luís Adão da, coord, 2014. *Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPESE; Fronteira do Caos. ISBN 978-989-8434-25-8.

GARCÍA-FERNÁNDEZ, Miguel, 2019. Dominae viatrices. Viajes y desplazamientos de las mujeres nobles en la Galicia medieval. *Medievalismo - Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales. (29), 175-214. ISSN 1131-8155.

GOBIERNO DE NAVARRA, 1992. XVIII Semana de Estudios Medievales, Estella, Pamplona, 22-26 de Julio de 1991. *Viajeros, Peregrinos, Mercaderes en el Occidente Medieval (Actas de la XVIII Semana de Estudios Medievales de Estella. 22-26 de julio de 1991)*. Pamplona: Gobierno de Navarra. Departamento de Educación y Cultura. ISBN 84-235-1083-2.

GOMES, Paulo Dórdio, 2015. *Chaves e as suas Fortificações: Evolução Urbana e Arquitectónica*. Chaves: Município de Chaves. ISBN 978-972-97158-6-0.

GOMES, Paulo Dórdio, 1993. *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro — A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GONÇALVES, Iria, 2017. *À Mesa nas Terras de Alcobaça em Finais da Idade Média*. Alcobaça: DGPC; Mosteiro de Alcobaça. ISBN 978-972-776-512-6.

GONÇALVES, Iria, 2013. Para o estudo da percepção do espaço nos finais da Idade Média: a identificação da rede viária na Beira Interior. *Paisagens Rurais e Urbanas: fontes, metodologias, problemáticas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade NOVA de Lisboa, pp. 163-182. Vol. V.

GONÇALVES, Iria, 2012. *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Porto: CITCEM; Afrontamento. ISBN 978-989-8351-22-7.

GONÇALVES, Iria, 2007. Uma vila da Beira Interior nos seus caminhos medievais. Em: Avelino de Freitas de MENESES, e João Paulo de Oliveira e COSTA, coord. *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar/ FCSH-UNL; Ponta Delgada: Universidade dos Açores, pp. 47-57. Vol. I.

GONÇALVES, Iria, 2003. Sobre a rede viária em torno de Castelo Branco nos finais da Idade Média. Em: Luís Adão da FONSECA, Luís Carlos AMARAL, e Maria Fernanda Ferreira SANTOS, coord. *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de homenagem ao Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Livraria Civilização Editora; Universidade Portucalense, pp. 473-485. Vol. I.

GONÇALVES, Iria, 1998. Entre a Peneda e o Barroso: uma fronteira galaico-minhota em meados de Duzentos. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2.ª Série, **XV**(I), 63-76.

GONÇALVES, Iria, 1988a. *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte.

GONÇALVES, Iria, 1988b. Viajar na Idade Média: através da Península em meados do século XIV. Em: Iria GONÇALVES. *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 157-176.

GONÇALVES, Iria, 1988c. Privilégios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV). Em: Iria GONÇALVES. *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 143-155.

GONZÁLEZ VÁZQUEZ, Marta, 1989. *Las mujeres de la Edad Media y el Camino de Santiago*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. ISBN 84-453-2962-6.

GRADÍSSIMO, António Elias, 2014. *Macedo de Cavaleiros na Idade Média: a região, as famílias e os homens (séc. XIII a 1325)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

KRUS, Luís, 1981. Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III. *Estudos Medievais*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, secretaria de Estado da Cultura. (1), 59-79.

LEMOS, Francisco Sande, e Carla MARTINS, 2011. Explorações Auríferas no Alto Douro Português (entre a foz do rio Tua e Barca de Alva). Em: *Actas do V Congresso de Arqueologia — Interior Norte e Centro de Portugal*. Lisboa: DRCN, pp. 293-315. ISBN 978-989-658-184-8.

LEMOS, Francisco Sande, e Carla MARTINS, 2010. Povoamento e Rede Viária no Território de Influência de Aquae Flaviae. Em: MARTINS, Carla Maria Braz, coord., *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: CITCEM, pp. 79-113. ISBN 978-989-8351-03-6.

LEMOS, Francisco Sande, e Gonçalo CRUZ, 2008. Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental. Em: *Atas do III.º Congresso de Arqueologia. Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. Pinhel: Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, pp. 39-57. Vol. 3. ISBN 978-972-99799-3-4.

LEMOS, Francisco Sande, 1993. *Povoamento romano de Trás-os-Montes oriental*. Braga: Universidade do Minho.

LIMA, António M. C., 2013. Fortificações e vias de comunicação no curso terminal do Douro (Séculos IX-XI). Em: Isabel Cristina Ferreira FERNANDES, coord. *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*. Lisboa: Edições Colibri; Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 183-198. Vol. I. ISBN 978-989-689-374-3.

LIMA, António M. C., 2010-2011. Povoamento e Organização do Território do Baixo Douro na Época da Monarquia Asturiana. *PORTVGALIA*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP. Nova Série. **XXXI-XXXII**, 83-114.

LIMA, António M. C., 1999. O Territorio Anegia e a Organização Administrativa e Militar do Curso Terminal do Douro (Séculos IX-XII). Em: Mário Jorge BARROCA, coord. *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*. Porto: FLUP, pp. 399-414. Vol. I.

LIMA, António M. C., 1993. *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séc. IX-XII)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

LIMA, Alexandra Cerveira et al., 2015. O Carril Mourisco — O traçado romano de uma grande rota contemporânea. *CôaVisão 17. Economia, Ciência e Cultura*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 54-79. ISBN 978-972-872-8763-20-6.

LÓPEZ ALONSO, Antonio, Carmen SÁNCHEZ TÉLLEZ e Antonio NAVAS LÓPEZ, 2001. *El entorno sanitario en el camino de Santiago Vía de la Plata (norte de Zamora) durante la Edad Media*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá. ISBN 84-95721-11-2.

LÓPEZ ALSINA, Fernando, 1988. *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media (años 800-1150)*. Santiago de Compostela: Ayuntamiento e Centro de Estudios Jacobeos.

LOPES, Isabel, 2002. *Contextos Materiais da Morte durante a Idade Média: as necrópoles do Douro Superior*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. I.

LOPO, Albino Pereira, 1897. O «Castello» de Rebordãos. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnologico Português. **III**, 115-117.

MACKAY, Angus, 1992. Una peregrina inglesa: Margery Kempe. Em: GOBIERNO DE NAVARRA, 1992. XVIII Semana de Estudios Medievales, Estella, Pamplona, 22-26 de Julio de 1991. *Viajeros, Peregrinos, Mercaderes en el Occidente Medieval (Actas de la XVIII Semana de Estudios Medievales de Estella. 22-26 de julio de 1991)*. Pamplona: Gobierno de Navarra. Departamento de Educación y Cultura, pp. 193-200. ISBN 84-235-1083-2.

MARIANI, Andrea, 2020. *Le strutture fortificate medievali nel territorio della Diocesi di Porto (Nord del Portogallo) e della Brianza (Nord Italia): uno studio comparativo (IX-XII secolo)*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MARQUES, Daniel, 2019. *Usurpação de direitos, foros e outras formas de conflitualidade na segunda alçada das Inquirições Gerais de 1258*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MARQUES, José, 1994. O Culto de S. Tiago no Norte de Portugal. Em: *Actas del II Encuentro sobre los Caminos Portugueses a Santiag*o. Vigo: Associación Amigos de los Pazos, pp. 59-85.

MARQUES, José, 1992. O Culto de S. Tiago no Norte de Portugal. *Lusitânia Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*. Porto: CEHR-UCP. Série II. (4), 99-149.

MARQUES, José, 1989. A Assistência no Norte de Portugal nos Finais da Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto. **6**, 11-93.

MARTINS, Carla Maria Braz, coord., 2010. *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: CITCEM. ISBN 978-989-8351-03-6.

MARTINS, Miguel Gomes, 2016. *Guerreiros de Pedra — Castelos, Muralhas e Guerra de Cerco em Portugal na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros. ISBN 978-989-626-734-6.

MAURÍCIO, Maria Fernanda, 1997. *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*. Lisboa: Edições Colibri. ISBN 972-8288-40-9.

MATTOSO, José, 2015. *Identificação de um País. Oposição — Composição. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Temas e Debates. ISBN 978-989-644-358-0.

MATTOSO, José, Luís KRUS e Olga BETTENCOURT, 1982. As Inquirições de 1258 como fonte de história da nobreza — o julgado de Aguiar de Sousa. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Sá da Costa Editora. **9**, 17-45.

MONTEIRO, Helena Patrícia Romão, 2012. *A estrada da Beira: reconstituição de um traçado medieval*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

MORENO, Humberto Baquero, 2005. Os Marginais no Portugal medievo. Comportamentos anti-sociais perante as normas de hospitalidade. *Campus Social*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. (2), 99-107.

MORENO, Humberto Baquero, 1986. Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto. **3**, 77-89.

MORENO, Humberto Baquero, 1985. A Acção dos Almocreves no Desenvolvimento das Comunicações Inter-Regionais Portuguesas nos fins da Idade Média. Em: *Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal. Actas do Colóquio*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, pp. 185-239.

MORENO, Humberto Baquero, 1982. Linhas de comunicação em Trás-os-Montes no século XV. *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*. Porto: Arquivo Distrital do Porto. **1**, 191-202.

MORENO, Humberto Baquero, 1972. Alguns documentos para o estudo das estradas medievais portuguesas. *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques. Série A. **V**, 5-18.

NUNES, António Jorge, 1997. *Pontes Antigas do Concelho de Bragança*. Viseu: João Azevedo Editor. ISBN 972-9001-21-9.

OLIVEIRA, Ana Maria, 2021. *Castelo de Outeiro, um marco na fronteira transmontana*. Porto: CITCEM; Bragança: Junta de Freguesia de Outeiro. ISBN: 978-989-8970-27-5.

PEREIRA, Angelina, coord., 2006. *Actas das I Jornadas — As Vias do Algarve*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal de São Brás de Alportel; Faro: CCDR Algarve.

PEREIRA, José da Silva, 1985/1986. A ponte medieval de Cabreiro (Arcos de Valdevez) – Homenagem a Félix Alves Pereira. *PORTVGALIA*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP. Nova Série. **VI/VII**, 117-126.

PICCAT, Marco, 2010. Montañas y peregrinos en los Caminos de Santiago. *Ad Limina*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. ISSN 2171-620X. **I**(1), 111-127.

PLOTZ, Robert, 2012. El peregrino y su entorno. Historia, infraestructura y espacio. *Ad Limina*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. **3**(3), 165-180. ISSN 2171-620X.

RAU, Virgínia, 1982. *Feiras Medievais Portuguesas: subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Editorial Presença.

REDENTOR, Armando, 2019. A ocupação romana no território de Bragança. Em: Fernando SOUSA, org. *Bragança: Das origens à Revolução Liberal de 1820*. Bragança: Município de Bragança, pp. 135-185. ISBN 978-989-8344-50-2. Vol. I.

REDENTOR, Armando, 2006. A vila de Vinhais: da sua fundação e amuralhamento. Em: *Da Idade Média à Contemporaneidade — ambientes e musealização. Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. Freixo de Numão: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, pp. 22-30. ISBN 978-972-99799-3-4. Vol. 04.

RESENDE, Nuno, 2014. Pontes e vias medievais a sul do Douro na região de Montemuro: as primeiras questões. Em: António Barros CARDOSO, dir. *Douro: vinho, história & património*. Porto: APHVIN/GEHVID. **3**, pp. 205-232. ISSN 2182-8490.

RIBEIRO, João Manuel Gonçalves, 2010. *O Tecido Urbano Flaviense: De Aquae Flaviae a Chaves Medieval*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

RIBEIRO, Orlando, 1986. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 4.ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

RIBEIRO, Orlando, e Hermann LAUTENSACH, dir., 1989. *Geografia de Portugal.* Lisboa: Edições Sá da Costa. ISBN 972-9230-32-3. Vol. III: *O Povo Português*. Organização, comentários e actualização de Suzanne DAVEAU.

RIBEIRO, Orlando, e Hermann LAUTENSACH, dir., 1988. *Geografia de Portugal.* Lisboa: Edições Sá da Costa. ISBN 972-9230-32-3. Vol. II: *O Ritmo Climático e a Paisagem*. Organização, comentários e actualização de Suzanne DAVEAU.

RIBEIRO, Orlando, e Hermann LAUTENSACH, dir., 1987. *Geografia de Portugal.* Lisboa: Edições Sá da Costa. ISBN 972-9230-32-3. Vol. I: *A Posição Geográfica e o Território*. Organização, comentários e actualização de Suzanne DAVEAU.

ROCHA, Ana Rita, 2017. O Vale do Tua desde a formação da nacionalidade ao fim da Idade Média. Em: Pedro C. CARVALHO, Luís Filipe Coutinho GOMES, e João Nuno MARQUES, coord. *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua (Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)*. Porto: Fundação EDP; Edições Afrontamento, pp. 59-125. ISBN 978-972-36-1601-9. Vol. II.

ROLDÃO, Filipa, 2015. Vidimus cartam: os documentos apresentados aos delegados régios nas Inquirições de 1258. Em: Amélia Aguiar ANDRADE, e José Luís FONTES, ed. *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (séculos XII-XIV) — Tributo a Luís Krus*. Lisboa: IEM, pp. 165-186. ISBN 978-989-98749-7-8.

ROMÃO, João Maia, 2012. *No encalço do passo do Homem medieval: as vias de comunicação do antigo termo e atual concelho de Tomar*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

SAA, Mário, 1956-1967. *As Grandes Vias da Lusitânia*. Lisboa: [s.n.]. 6 vols.

SALDANHA, Júlia, 2005. Itinerâncias e comunicações no Portugal medieval. *Códice*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações. Ano VIII. Série II. (2), 4-19.

SAN MILLÁN, Félix Cariñanos, 2005. La mujer en el Camino de Santiago. *Fayuela: revista de estudios calceatenses*. Santo Domingo de La Calzada: Ayuntamiento de Santo Domingo de La Calzada/ Asociación Cultural «Ayuela». (1), 39-56. ISSN 1886-3795.

SILVA, Carmen Dolores Marques, 2012. *Povoamento e organização de um território transmontano: o Julgado de Panoias nas Inquirições régias de 1258*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SILVA, Leonardo Manuel Cabral, 2017. *Arquitetura das estruturas de assistência no Norte de Portugal (século XII a XVI)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SILVA ROMERO, Manuel Antonio, dir., e PEÑAMARÍA SUÁREZ, Sergio, coord., 1995. *Actas Congreso sobre o Camiño Xacobeo en Ourense - Feito físico, arquitectura e urbanismo históricos. Camiño principal e tecido secundario*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia/Consellería de Cultura/ Dirección Xeral de Promoción do Camiño de Santiago. ISBN 84-453-1288-X.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, 2019. Para o estudo da fiscalidade régia em Portugal. As inquirições gerais dos séculos XIII e XIV. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE. **31**, 1-23.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, 2015. As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV), fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica — breves apontamentos. Em: Amélia Aguiar ANDRADE, e José Luís FONTES, ed. *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (séculos XII-XIV) — Tributo a Luís Krus*. Lisboa: IEM, pp. 117-133. ISBN 978-989-98749-7-8.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, 2014. *Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território. ISBN 978-989-97769-6-8.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, 1997. *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, 2005. *D. Afonso IV (1291-1357)*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-3515-7.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, 1990. *A propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. ISBN 972-667-107-8.

SOUTINHO, Pedro, 2021. A Serra do Marão na rede viária romana. Em: Carlos BALSA, e Vítor NOGUEIRA, ed. *Povoamento e vias de comunicação ao longo da História* [Em linha]. Vila Real: Biblioteca Municipal de Vila Real., vol. I, pp. 19-44 [consult. 2024-03-17]. Disponível em: https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/24163.

TEIXEIRA, Ricardo Jorge Pinheiro, 2015. *A Evolução do Povoado e Castelo de Monforte de Rio Livre na Idade Média*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. I.

TEIXEIRA, Ricardo Jorge Coelho, 1996. *De Aquae Flaviae a Chaves — Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

TRINDADE, Maria José Lagos, 1979. Questões da administração local nas inquirições gerais de Afonso III. *CLIO*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. **1**, 69-80.

VALES VILLAMARÍN, Francisco, 2002. Las antiguas rutas jacobeas del territorio brigantino (1.º, 2.º y 3er itinerarios): Ligera ojeada sobre las principales sendas santiaguistas del territorio brigantino. *Anuario Brigantino*. Betanzos: Concello de Betanzos. (25), 389-400.

VENTURA, Leontina, 2015. Norma e transgressão: malfeitorias e usurpações nobiliárquicas na Terra de Faria (séc. XIII). Em: Amélia Aguiar ANDRADE, e José Luís FONTES, ed. *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (séculos XII-XIV) — Tributo a Luís Krus*. Lisboa: IEM, pp. 189-210. ISBN 978-989-98749-7-8.

VENTURA, Leontina, 2006. *D. Afonso III*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-3726-5.

VENTURA, Leontina, 1985. O cavaleiro João Gondesendes — sua trajectória político-social e económica (1083-1116). *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Sá da Costa Editora. **15**, 31-69.

VETERE, Benedetto, 2010. Europa Mediterránea: Peregrinos y guerreros, peregrinos guerreros. *Ad Limina*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. **I**(1), 81-110. ISSN 2171-620X.

VILAR, Hermínia Vasconcelos, 2005. *D. Afonso II — um rei sem tempo*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-3441-X.

YÁÑEZ NEIRA, Damián, 1995. Hospederías monásticas en la provincia de Ourense Em: *Actas Congreso sobre o Camiño Xacobeo en Ourense. Feito físico, arquitectura e urbanismo históricos. Camiño principal e tecido secundario*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia/Consellería de Cultura/Dirección Xeral de Promoción do Camiño de Santiago, pp. 59-73. ISBN 84-453-1288-X.

RECURSOS *ONLINE*

ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL, 2012. *Paróquia de Cumeeira* [Em linha]. Arquivo Distrital de Vila Real [consult. 2024-03-17]. Disponível em: https://digitarq.advrl.arquivos.pt/details?id=1080638.

DGPC [DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL], 2001-2016. *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico* [Em linha]. Direção-Geral do Património Cultural – Ministério da Cultura [consult. 2024-03-17]. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SitePageContents.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8.

DGT [DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO], 2024. *Direção-Geral do Território: Cartografia* [Em linha]. Direção-Geral do Território – Ministério do Ambiente e Ação Climática [consult. 2024-03-17]. Disponível em: https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia.

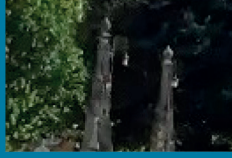
JANA, Ernesto, 1994, e COSTA, Marisa, 2001. *Castelo de Alva* [Em linha]. Direção-Geral do Património Cultural – Ministério da Cultura [consult. 2024-03-17]. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=477.

REGNUM REGIS, 2005-2008a. *As inquirições do reinado de Afonso II (1211-1223)* [base de dados] [Em linha]. Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA [consult. 2024-03-17]. Disponível em: https://iem.fcsh.unl.pt/projeto/regnum-regis-as-inquiricoes-de-1220-e-a-genese-da-memoria-documental-do-reino-medieval-portugues/.

REGNUM REGIS, 2005-2008b. *As inquirições do reinado de Afonso II (1211-1223)* [base de dados] [Em linha]. Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA [consult. 2024-03-17]. Disponível em: https://jlimaiem.fcsh.unl.pt/Unidadeespacials/queryForm.

SERENO, Isabel, e Paulo AMARAL, 1994, e NOÉ, Paula, 2011. *Fragas de Panóias/Santuário de Panóias* [Em linha]. Direção-Geral do Património Cultural – Ministério da Cultura [consult. 2024-03-17]. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=3671.

SOUTINHO, Pedro, 2024. *Vias Romanas em Portugal* [Em Linha]. [consult. 2024-03-17]. Disponível em: https://www.viasromanas.pt/



A REDE VIÁRIA DO ENTRE-DOURO-E-TÂMEGA, BRAGANÇA E SEUS TERMOS, NOS MEADOS DO SÉCULO XIII

RÚBEN FILIPE TEIXEIRA DA CONCEIÇÃO

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

FRAUGA
Instituição de Utilidade Pública
PICOTE